

ROMUALDO DIAS

Este exemplar corresponde à redação final da
Tese defendida por Romualdo Dias e aprovada
pela Comissão Julgadora em.....

Data: 1 - 12 - 86

Assinatura: Roberto Faccini

A METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO POPULAR:

O PROJETO EDUCATIVO DA IGREJA CATÓLICA

NA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA - E.S.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNICAMP

1986

ROMUALDO DIAS

A METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO POPULAR:

O PROJETO EDUCATIVO DA IGREJA CATÓLICA

NA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA - E.S.

Esta dissertação foi aprovada com o conceito A. exultante.

Munir Zuh

112 p.

Prof. Dr. Newton Aquino Von Zuben
COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
Faculdade de Educação - UNICAMP

Tese apresentada à Faculdade de Educação - Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação - como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Romano

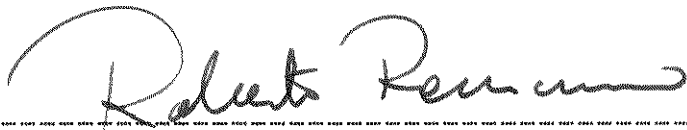
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - S.P.

1986

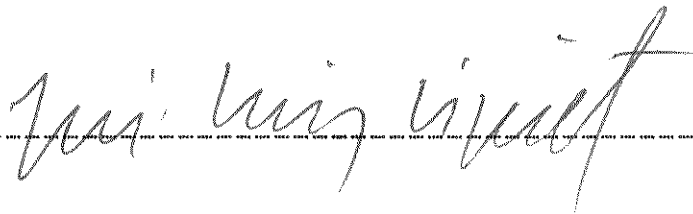
UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

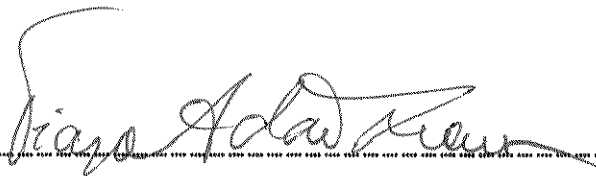
BANCA EXAMINADORA

 A

Prof. Dr. Roberto Romano da Silva
Orientador

 A

 A



Para os agentes de pastoral da Arquidiocese
de Vitória, com amizade;

Para Rony e Luíza, meus afilhados,
com carinho;

Para Onice, minha companheira,
com amor.

"A vontade de mandar é o pecado original das CEB's."

(Marcelo Cortey)

AGRADECIMENTOS

O tempo que me envolvi nesta pesquisa, foi uma ocasião rara de convivência, na amizade e na aprendizagem, com o Prof. Dr. Roberto Romano. A ele quero agradecer a orientação firme e o estímulo constante.

Agradeço a D. Silvestre Luiz Scandian e D. Geraldo Lyrio Rocha, bispos de Vitória, que acompanharam meu trabalho e permitiram o uso dos arquivos do Secretariado Pastoral. Do mesmo modo, agradeço ao Pe. Rubens Duque e à Ir. Maria Carmem Mendes Torga, da Coordenação Pastoral. Também sou grato aos Agentes e partícipes das CEB's que se dispuseram a prestar os depoimentos para esta pesquisa.

Os professores e colegas do Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação da Faculdade de Educação-UNICAMP, participaram desta pesquisa através dos debates em diversas ocasiões. Sempre foram disponíveis nos atendimentos solicitados. Tenho muito que agradecer a eles.

O Prof. Pedro Ribeiro de Oliveira, do Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER, leu os meus relatórios de pesquisa e acompanhou com todo o interesse o seu desenvolvimento. Agradeço-o por esta valiosa contribuição.

Há pessoas, que mesmo distantes, acompanharam e apoiaram meu trabalho. É o caso dos participantes da Comunidade Católica do Setor Lugny - La Roche - Vineuse (França), militantes no Comité Catholique contre le Faim et pour le Deve-

loppement (C.C.F.D.), e dos cristãos da Diocese de Langres (França). A eles os meus agradecimentos.

A convivência fraterna com Jadir, Luís Carlos, Vidal e Casé sustentou o ânimo e entusiasmo durante o tempo da pesquisa. Sou muito grato a eles pela amizade partilhada.

Muitos trabalhos práticos foram divididos com Luciane Moreira, Helvira Gabateli, Sílvia Helena dos Santos e Zulei Bassi. A elas agradeço a disponibilidade nos trabalhos prestados.

Outras pessoas se empenharam nesta pesquisa. Torna-se muito difícil citar todos os nomes se tomar desde o tempo de preparação para o Mestrado, em Rio Bananal, até este momento. Agradeço a todos que de alguma forma comigo colaboraram.

Por fim, agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que, através do financiamento, tornou possível todo este trabalho, cujo resultado agora diserto.

Í_N_D_I_C_E

INTRODUÇÃO

PRIMEIRO CAPÍTULO: História da Arquidiocese de Vitória. . . .8

1. A Igreja na Vila do Espírito Santo (1541-1895).8
2. A Diocese do Espírito Santo (1895-1958) 16
3. As bases para uma Igreja Renovada (1958-1974) 28
4. A Igreja Renovada nas bases (1974-1984) 49

SEGUNDO CAPÍTULO: A Estrutura Pastoral. 71

1. A Comunidade Eclesial de Base 71
2. As Equipes de Serviços. 76
3. O Conselho da Comunidade. 78
4. O Conselho do Setor 81
5. O Conselho Paroquial. 81
6. O Conselho da Área. 82
7. O Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória. 85
8. A Assembléia Arquidiocesana 86
9. O Secretariado Pastoral 87
10. Comissões 89
11. Pastoral Especial 91
12. Institutos de Formação. 95

13. Pistas Pastorais.	95
14. Prioridades	97

TERCEIRO CAPÍTULO: O Agente na Pastoral Popular102

1. Quem é o educador?.	103
2. Quem é o educando?.	109
3. Do agente para si mesmo	110
4. A militância educativa.	113
5. Oração e militância	116
6. A indeterminação da linguagem	121
7. O discurso da instituição	123
8. O processo conservador moderno.	129

QUARTO CAPÍTULO: Impasses Pedagógicos da "Caminhada". . . .134

1. Primeiro Passo: "Conscientizar"	135
2. Segundo Passo: "participar"	137
3. Terceiro Passo: "compromisso comunitário"	143
3.1 - Comunidade nos documentos da Arquidiocese	149
3.2 - De um termo ambíguo a um caso original.	152
4. Outros impasses	155
4.1 - O mesmo grupo	155
4.2 - O tempo e sua vivência.	157
4.3 - Ritual como estratégia.	160

CONCLUSÃO	164
1. Da Ferramenta	166
2. Sobre meios e fins.	167
3. Organizar e articular	169
4. Sujeito e Objeto.	173
4.1 - O sujeito	174
4.2 - O objeto.	176
5. O Projeto	178
5.1 - O único sentido histórico	180
6. O Processo	181
7. Alguns desafios pedagógicos para a pastoral.	184
7.1 - Diferenciar as contradições pedagógicas das contradições de classe	185
7.2 - Aprimorar o cálculo entre meios e fins	187
7.3 - Elaborar e confrontar os projetos.	188
7.4 - Sustentar o movimento tenso entre o indivíduo e o grupo.	188

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Uma pedagogia de cunho libertador faz parte do plano pastoral na Arquidiocese de Vitória, no Estado do Espírito Santo. O projeto eclesialístico pretendeu agrupar um número significativo de católicos nas chamadas comunidades eclesiais de base, onde efetivaria a missão evangelizadora articulada com a interferência no social.

Enquanto realiza a evangelização a Igreja está atenta aos desafios advindos do contexto social. Para respondê-los ela se renova interiormente e atualiza seus serviços. A Igreja Católica assumiu o papel de ser "sal e fermento" na sociedade. Ao cumprir esta tarefa, ela realiza o ato evangelizador em duas direções: para o interior do indivíduo, visa formar a consciência; para o exterior do indivíduo, pretende transformar as estruturas sociais nos aspectos, que conforme seu modo de perceber, são identificados como injustos.

A Arquidiocese de Vitória desenvolveu um programa de ação evangelizadora que mostra coerência com o objetivo para a ação pastoral da Igreja no Brasil. Vejamos:

"Evangelizar

o povo brasileiro

em processo de transformação

sócio-econômico e cultural,

a partir da verdade sobre Jesus Cristo,

a Igreja e o Homem;

2

à luz da opção preferencial pelos pobres,
pela libertação integral do homem,
numa crescente participação e comunhão
visando à construção de uma sociedade
mais justa e fraterna,
anunciando assim o Reino Definitivo." (1)

O anúncio do Reino se efetivará, conforme o objetivo acima, com o empenho evangelizador que leva à construção de uma sociedade mais justa e fraterna. A missão da Igreja se apresenta em duas perspectivas: a escatológica, que considera o homem como um ser que caminha para Deus; e a histórica, que relaciona com ele, identificado nas suas condições materiais de existência.

No dizer desta Igreja Particular, a sociedade é vista como que marcada pela injustiça, numa situação adversa aos desígnios de Deus, onde as relações entre os homens deveriam se reger por uma ordem baseada na justiça. A fórmula eclesial para a construção da sociedade justa e fraterna é a união e a solidariedade de todos para com todos sem excluir nenhum segmento da sociedade. A nova vida social deverá construir-se em função do homem, deverá garantir a justa distribuição dos bens; dará prioridade ao trabalho em relação ao capital, criará empregos para todos e fundos em favor dos desempregados, a remuneração será com justo salário, o que permitirá a todos o acesso aos bens destinados ao uso comum. Possibilitará a participação de todos em todas as esferas sociais e promove-

1. Documento Nº 28, CNBB.

rá o desenvolvimento garantindo a qualidade de vida. (2)

Enfim, o Projeto Católico se propõe, enquanto finalidade em si, colaborar na construção do Reino de Deus, o que exigirá necessariamente a interferência no social, para nele operar mudanças. A Arquidiocese de Vitória elaborou este projeto e adquiriu um caráter específico no modo de estruturar a pastoral: descentralizou diversos serviços, organizou pequenas comunidades eclesiais e articulou-se em níveis diferenciados com os seus Conselhos. Esta especificidade será objeto de análise de pesquisa, atendo-me somente em seu aspecto pedagógico.

A característica específica da Arquidiocese de Vitória foi evidenciada por Pedro Ribeiro de Oliveira, num de seus trabalhos. Vejamos:

"O fato de sua experiência de comunidades eclesiais de base contar já 20 anos faz de Vitória um caso excelente para o estudo do processo de renovação pós-conciliar que atravessa a Igreja no Brasil. Some-se a isso o fato de ser a Arquidiocese de Vitória uma igreja particular de grande porte e diversificada. Contando com extensas áreas rurais, mas também com um centro industrial avançado e periferias carentes, a Arquidiocese de Vitória é um caso excelente para o estudo da nova forma de ser Igreja no Brasil." (3)

No presente trabalho preocupo-me em analisar a metodologia renovada na pastoral de Vitória, apenas em seu âmbito interno. Por extrapolar os limites estabelecidos para a pesquisa, deixei de abordar qualquer significado que esse proces-

2. D. Silvestre Luiz Sacandian e D. Geraldo Lyrio Rocha, Carta Pastoral sobre Avaliação, Aprofundamento e Reflexão da Pastoral da Igreja de Vitória, 1984.

3. Pedro Ribeiro de Oliveira, A nova forma da Igreja de Vitória, p. 2.

so religioso possa ter para as outras dióceses e para aqueles que a observam de fora. Se tomasse a segunda perspectiva, acredito que haveria muitos méritos a descrever. (4)

A tarefa evangelizadora articulada com os propósitos de operar mudanças no social faz com que ocorra uma intersecção entre o sagrado e o político. Não me proponho a descrever o processo de sacralização dos movimento reivindicatórios nas classes populares em que se supõe um crescente envolvimento dos membros das CEB's (5), e nem a politização do sagrado. Interessa-me, porém, mostrar que tal cruzamento resulta em consequências problemáticas e desfavoráveis para uma pedagogia que se apresenta como laica e religiosa simultaneamente.

Apresento este trabalho em cinco partes. No primeiro capítulo descrevo a história da Arquidiocese de Vitória, subdividida em quatro períodos. Desses, o quarto é destacado pelo fato de ser a etapa priorizada para a análise proposta. Em seguida, na segunda parte, mostro o funcionamento da estrutura pastoral, em que o leitor poderá perceber a diversidade de trabalhos articulados para realizar os propósitos da chamada "Igreja Renovada".

Após descrever o desenvolvimento diacrônico e sincrônico da pastoral passo a analisar a prática educativa das li-

-
4. Nesta perspectiva há o trabalho de Laura Maria Schneider Duarte, Isto não se acende na Escola: a Educação do povo nas CEB's, Editora Vozes.
 5. Uma análise deste tipo pode ser encontrada no trabalho de Ana Maria Doimo, Movimento social urbano. Igreja e participação popular, onde a autora aborda o envolvimento de membros das CEB's no movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo.

deranças católicas, no terceiro capítulo, e alguns impasses detectados nesse processo religioso, no quarto capítulo. Nestas duas partes procuro discutir contradições percebidas nos depoimentos recolhidos por mim. (6) Para concluir, esforcei-me para elaborar algumas pistas teóricas que possam contribuir com o esforço de elucidar e superar as contradições apontadas.

A tese que o leitor tem em mãos é resultado de um trabalho coletivo. Esta pesquisa foi feita com os agentes pastorais e a hierarquia católica da Arquidiocese de Vitória, através das assessorias, treinamentos e debates. Muitas contribuições indispensáveis foram dadas pelos técnicos e funcionários do Instituto Jones Santos Neves, da Secretaria Estadual de Agricultura, da EMATER-ES, do Arquivo Público e do Departamento Estadual de Estatísticas. Foi realizada com a FAPESP, que através do assessor, apresentou críticas enriquecedoras e oportunas no decorrer da pesquisa. Contou com a participação dos professores e colegas do Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação da UNICAMP. Com eles pude discutir o projeto inicial de pesquisa e dar novos encaminhamentos ao mesmo.

Alguns professores se envolveram de modo mais intenso e deram contribuições indispensáveis para chegar ao resultado final da pesquisa. Em primeiro lugar, quero destacar a participação do meu orientador, o Prof. Roberto Romano. Foram in-

6. Os depoimentos utilizados em toda esta pesquisa foram gravados e transcritos por mim. Eles podem ser encontrados na íntegra nos relatórios (IIIº e IVº) apresentados para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

contáveis as discussões que realizamos. Nelas pude afinar minha sensibilidade para detalhes que antes me passavam despercebidos. O meu crescimento, intelectual e humano, ocorrido nesses anos de convivência com o Prof. Roberto, não se explicita em seu todo, neste trabalho. Ainda devo citar e agradecer as orientações da Profa. Eni Orlandi, do Instituto de Estudos da Linguagem-UNICAMP, e do Prof. Tiago Adão Lara, da Universidade Federal de Uberlândia. Atribuo a todos os que participaram comigo desta pesquisa aquilo que ela tem de mais elaborado com coerência e rigor científico. As deficiências, porém, são de minha responsabilidade.

Os católicos adeptos das CEB's compõem um grupo envolvido no projeto inovador pastoral. A Igreja Católica, na Arquidiocese de Vitória, participa deste empenho por iniciativa de algumas lideranças, constituídas por membros da hierarquia, religiosos e leigos. Ao realizar sua missão evangelizadora, a Igreja propõe a interferência no social com propósitos de mudança.

A Arquidiocese de Vitória (7) localiza-se no centro do Estado do Espírito Santo, cujos limites são:

ao Norte: Diocese de São Mateus

ao Sul: Diocese de Cachoeiro do Itapemirim

a Leste: Oceano Atlântico

a oeste: Diocese de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Caratinga (Minas Gerais).

7. Ver no Anexo, Mapa 1, a localização geográfica da Arquidiocese de Vitória, Diocese de São mateus e Diocese de Cachoeiro do Itapemirim.

O Espírito Santo encontra-se na região Sudeste do Brasil, com a área territorial de 45.597 Km², com 2.023.752 habitantes (Censo de 1980). A Arquidiocese de Vitória abrange uma área de 20.160 Km² (45,2% da área do Estado), com 1 milhão e 400 mil habitantes. (8)

A micro-região de Vitória (9), chamada de Grande Vitória, abrange os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Nela se encontram 706.138 habitantes e sua área representa 3,2% do território do Estado do Espírito Santo. (10)

Foi nesse espaço social e religioso que surgiram minhas preocupações pedagógicas. Por isso, distanciei-me da militância pastoral direta para um período mais intenso na lida teórica. Apresento, portanto, o resultado desta pesquisa, na esperança de que possa ser útil às pessoas diretamente envolvidas no projeto católico e às que militam noutras instâncias do movimento popular.

8. O índice populacional é de 1980. Conferir Relatório para a visita ad limina.

9. A micro-região de Vitória, pode ser localizada no mapa em Anexo, Mapa Nº 2.

10. Conf. Cadastro de Informação Estatística, 1984, Ano I, Nº1, Departamento Estadual de Estatísticas, Vitória. 1984.

PRIMEIRO CAPÍTULO

HISTÓRIA DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA

1. A Igreja na Vila do Espírito Santo (1541-1895)

Os primeiros momentos da Igreja Católica já foram vividos na terra capixaba quando o português implantou seu projeto de colonização. A caravela de Vasco Fernandes Coutinho aportou no dia 23 de maio de 1535. No calendário eclesiástico este dia é dedicado à terceira pessoa da Santíssima Trindade, estando neste fato a justificativa para o nome da terra ocupada. Os novos moradores dedicaram-se à construção de suas casas e de uma pequena capela votada à Nossa Senhora do Rosário.

A única vila da freguesia do Espírito Santo estava sob a jurisdição do Arcebispado de Lisboa. Em 1541 o Pe. João Dermundo foi nomeado vigário. A terra de Santa Cruz teve o seu primeiro bispado em 1551, o bispado da Bahia, criado pelo papa Júlio III. O primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha tomou posse em 1552.

Os jesuítas, Pe. Afonso Brás e o Ir. Coadjutor Simões Gonçalves, chegaram em 1551 para fortalecer o trabalho apostólico, contribuindo assim para a implantação da Igreja Católica. Além dos trabalhos religiosos, catequese dos colonizadores

7

e dos indígenas e a administração dos sacramentos, esses homens se empenharam nas tarefas educacionais, assistência médica e nos serviços de arquitetura. As principais povoações tiveram seu início marcado pelo trabalho dos Jesuítas, como ocorreu com a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, em 1555.

Outro nome que marcou o início da Igreja no Espírito Santo, foi Frei Pedro Palácios. Em 1558 o leigo franciscano chegou e sem conseguir abrigo no povoado passou a residir numa gruta vizinha. Rezava o terço com os índios Aimorés em torno de um painel de Nossa Senhora da Penha, catequisava as crianças e pedia esmolas no povoado. O nome de Pedro Palácios está ligado à devoção de Nossa Senhora da Penha. Construiu no alto de um rochedo a Ermida das Palmeiras, uma primeira capelinha dedicada à Virgem, onde hoje se encontra o Convento da Penha. A festa da Penha, conservada até hoje, foi celebrada pela primeira vez, por Frei Palácios, numa segunda-feira da oitava da Páscoa.

Pio V instituiu a festa de Nossa Senhora da Vitória no dia 8 de setembro, no ano de 1571. A freguesia do Espírito Santo passou para a jurisdição da Prelazia do Rio de Janeiro, quando esta foi criada em 1575, pelo Papa Gregório XIII, tendo como bispo D. Bartolomeu Simões Pereira. A Prelazia do Rio de Janeiro passou a ser Bispado em 22 de novembro de 1676 por iniciativa de Inocêncio III.

A freguesia sofreu uma forte decadência com a expulsão dos Jesuítas em 1759. A produção agrícola retrocedeu, diversos povoados permaneceram paralizados, muitos indígenas catequisados se dispersaram. Através do apostolado, os pa-

dres conseguiam a contribuição dos índios para diversos trabalhos. O serviço religioso facilitava o aproveitamento da mão-de-obra indígena por parte do colonizador português.

O aldeamento merece destaque no empenho global dos seguidores de Loyola. "(...) origina-se de um descimento ou redução de indígenas do interior para a zona litorânea, ou para a confluência de rios, na região amazônica. Caso clássico de um descimento é a missão dos Mares Verdes" de 1624, pela qual os padres jesuítas João Martins e Antônio Bellavia desceram 450 indígenas paranaubis do interior do Estado de Minas Gerais para a aldeia cristã dos Reis Magos, nas proximidades da atual cidade de Vitória do Espírito Santo, onde - entre 1598 e 1759 (data da expulsão dos Jesuítas) - existia importante centro de catequese e doutrinação de índios." (1) Uma análise do discurso missionário jesuítico (2) ressalta como a obra missionária se traduz em "doutrinação", obrigando a uma redução da alteridade do índio. O trabalho citado relembra as seguintes reduções: "a do indígena ao 'índio', isto é, a das diversas nações indígenas brasileiras à terminologia redu-tiva 'índio', de cunho colonialista; depois, a do índio reduzido à minoridade (...); em seguida a das línguas indígenas, extremamente complexas e diversas, a uma só 'língua geral' (...)" (3). Os analistas já detectaram nessa obra evangeliza-

1. Eduardo HOORNAERT et alii, História da Igreja no Brasil, tomo 2, p. 126.

2. Id., Ibid., p. 144-8.

3. Id., Ibid., p. 147.

dora o sério problema da redução de outras culturas, com valores diferentes e estranhos à visão eclesiástica do mundo, caracterizando assim uma deficiência da pedagogia católica oficial. Este ponto, como se verá adiante, constitui um dos focos principais para o meu trabalho.

Nos primeiros séculos da colonização portuguesa formaram-se povoações de pequeno porte na faixa litorânea. A ocupação do solo e o desenvolvimento da agricultura deram-se lentamente, pois faltavam recursos aos colonizadores. Desde o início da Capitania de Coutinho a legislação proibia a abertura de estradas para o interior, como forma de proteção às zonas de mineração de Minas Gerais. A metrópole transformou o território do Espírito Santo em obstáculo à penetração e fuga dos contrabandistas de ouro e outros minerais. Não oferecendo riquezas aos exploradores, a capitania deveria servir enquanto área estratégica e de proteção militar.

A exploração agrícola foi iniciada com o cultivo da cana-de-açúcar. Nos principais núcleos de ocupação, ao longo da costa, foram implantados engenhos de açúcar, cuja produção era suficiente para suprir o consumo interno. Do período colonial aos primeiros anos da independência a situação da província permaneceu precária.

O Brasil entrou no regime monárquico em 1822, desligou-se politicamente de Portugal, as capitanias passaram à condição de províncias. Em meio a um complexo de modificações institucionais e ideológicas surgiram também os partidos Liberal e Conservador.

A seção do Partido Liberal na Província do Espírito

Santo foi organizada pelo Pe. Inácio Bermudes, também advogado, pouco antes de 1830. Este padre foi o representante da província na Câmara dos Deputados e chefiou os Liberais até 1847. Nas eleições de 1834 foram eleitos como deputados provinciais os seguintes padres: Pe. João Clímaco de Alvarenga Rangel, Pe. João Luís de Fraga Loureiro, Pe. Manuel d'Assunção Pereira, Pe. Inácio Félix de Alvarenga, Pe. Francisco Ribeiro Pinto. A Igreja participou da instalação da primeira Assembléia Provincial no dia 1º de fevereiro de 1835 com uma celebração eucarística.

A Lei Provincial de 16 de setembro de 1837 restabeleceu uma verba destinada às festividades de Nossa Senhora de Vitória a ser promovida pela Câmara Municipal. A festa que como já indiquei, havia sido criada por Pio V em 1571, passando a ser celebrada no dia 8 de setembro, se enfraquecera com o passar do tempo, e agora voltava a se reativar.

Os frades capuchinhos chegaram à província nesse período. "Com a reorganização das missões capuchinhas, pela Congregação de Propaganda, vieram Frei Gregório de Bene para o Queimado; Frei Paulo Antônio de Casanova, para o Itapemirim; Frei Daniel de Nápoles para o Imperial Afonsino e Frei Ubaldo de Civitela para o Rio Doce (1847)". Em Queimado explodiu a insurreição de negros escravos, em 1849, na qual esteve envolvido o Frei Gregório. "Figura destacada na insurreição dos escravos do Queimado, Frei Gregório de Bene deixou o Espírito Santo, após o julgamento dos apontados pela ocorrência. Iniciou, ali, a igreja de São José, com o trabalho dos escravos,

aos quais prometera alforria; mas, acabaram na forca!..."(4).

Por volta de 1850 a economia entrou no ciclo cafeeiro. Por meio do café, que começou a ser cultivado no sul do Estado, e depois, se expandiu na região do Vale do Rio Doce, a agricultura ultrapassou os limites da subsistência e possibilitou o surgimento de uma economia de mercado. A produção do café ultrapassou a do açúcar, que manteve a liderança até 1850 (5). Os migrantes mineiros e fluminenses chegaram ao sul do Estado, trazendo seus escravos da região de origem, ocuparam terras férteis e devolutas do vale do alto Itapemirim, do rio Castelo e do rio Itabapoana, onde constituíram grandes fazendas.(6)

O período em que a produção cafeeira apresentou um desempenho significativo coincidiu com a introdução de nova força de trabalho, a dos migrantes europeus (7). Em 1847 chegaram 163 alemães na região à beira do rio Jucu, a 35 km de Vitória; em 1857, 140 suíços e 22 migrantes de diversas nacionalidades, para Santa Maria; em 1860, 410 alemães em Santa Leopoldina. Novos migrantes alemães, por volta de 5 a 7 mil, formaram colônias nas seguintes regiões: baixo curso do rio

4. Maria Stela de NOVAES, Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo, p. 242.

5. Sebastião José BALARINI (Coord.), Setor agrícola capixaba: diagnóstico, perspectivas, Revista Fundação Jones dos Santos Neves, Nº 3 (Jul./Set. 1979):66.

6. Marcelo Carneiro SANTIAGO, A questão fundiária e o processo de ocupação do solo do Espírito Santo, (Mimeo.)

7. Renato C. GAMA, Desenvolvimento do capitalismo no Espírito Santo, (Mimeo.)

Guandu, Vila Afonso Pena; curso médio de Santa Maria, do Rio Doce, vila São João de Petrópolis (Município de Santa Teresa), curso médio do rio Piraquê e Piraquê Mirim (Município de Alfredo Chaves); curso médio do rio Benevente (Município de Alfredo Chaves); parte alta do rio Itabapoana e média do rio Novo (Município de Rio Novo do Sul) (8).

As primeiras famílias de colonos italianos aportaram no Espírito Santo em 1847, estabelecendo-se em Santa Teresa, Rio Novo do Sul, Castelo, Itapemirim, Colatina e São Mateus. No município de Santa Teresa chegaram 3500 colonos entre 1875 e 1877, os quais participaram de um processo de integração conflitivo. Diversas manifestações de revolta ocorreram, como a dos que viajaram no navio "Itália" em 1876 e a dos Lombardos em 1877. Outros grupos de migrantes ainda aumentaram o contingente de mão-de-obra estrangeira: poloneses, austríacos, luxemburgueses, gregos, holandeses, espanhóis, sírios e libaneses. Os dois últimos grupos dedicaram-se às atividades comerciais (9).

Na região serrana central da província foi constituída, por meio da colonização estrangeira, uma economia de pequenos produtores, em que a atividade cafeeira estabelecia vínculos com o mercado urbano.

Na região sul, o migrante sustentou a grande lavoura na falta de mão-de-obra, após a abolição da escravidão. A

8. Que povo somos nós, Secretaria de Pastoral da Arquidiocese de Vitória, (Mimeo.)

9. Idem.

maior parte deles trabalhava em regime de parceria nas fazendas, onde a estrutura fundiária estava concentrada. (10)

Notemos, apenas de passagem, que uma nova forma de religiosidade acompanhou os migrantes no processo de colonização, através do sustento de seus costumes trazidos da terra de origem e da chegada de missionários para prestar assistência às famílias. Como exemplo deste fato, temos o caso de Pe. Domenico Martinelli. "Celebrou, a 27 de junho de 1876, a primeira missa assistida pelos imigrantes, em Santa Teresa. Fundou a primeira matriz e, durante onze anos, prestou grande benefício moral aos colonos, naquele núcleo, dependente da freguesia do Queimado." (11)

A crise cafeeira de 1897 forçou a desconcentração da posse da terra no sul. Os colonos, sem vantagens nos contratos de parceria, utilizaram suas economias poupadas no período de prosperidade na compra de lotes de terra. Devido à falta da força de trabalhos as fazendas foram total ou parcialmente vendidas em pequenas parcelas. Algumas propriedades ainda ficaram com uma área bastante elevada após o processo de desmembramento ocorrido (12).

10. Na Colônia do Rio Novo, que abrangia os municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha e Rio Novo do Sul, o imigrante, num primeiro momento, trabalhou em lote próprio garantido pelo poder público. Idem.

11. Maria S. de NOVAES, Id. p. 244. Na obra literária de Virgínia G. TAMANINI, *Karina*, o leitor poderá encontrar riquíssimas descrições em que a autora explicita a importância da religiosidade na vida dos migrantes italianos chegados no Espírito Santo no final do século passado.

12. Marcelo Carneiro SANTIAGO, Ibid.

2. A diocese do Espírito Santo (1895-1958)

Com a proclamação da República extinguiu-se o sistema de padroado vigente no regime monárquico, através de um decreto baixado pelo governo provisório em 1890, em que se proibia a intervenção da autoridade civil nos assuntos eclesiásticos e estabelecia a liberdade de cultos (13).

Foi nesse período da formação econômica do Espírito Santo - 1895 à 1958, que se estabeleceram as características fundamentais da agricultura: estrutura fundiária de pequenas propriedades e a produção agrícola baseada no trabalho familiar e no regime de parceria (14).

Os pequenos proprietários eram submetidos ao sistema de exploração durante o início deste século. "Os agricultores estão no Estado do Espírito Santo, em geral, submetidos à mais desoladora dependência dos comerciantes, investidos da categoria de chefes políticos das zonas, prendendo-se pelos adiantamentos antecipados, transformando-se em banqueiros e, por esse

13. José SHIAVO, História eclesiástica do Espírito Santo. Revista do IHGES, Nº 34, :2-37.

14. Marcelo C. SANTIAGO, Ibid. A classificação das propriedades segue a estabelecida no trabalho de Haroldo COSSETE. Vejamos: "Para efeito didático, serão classificados os estabelecimentos rurais em quatro modalidades. Na primeira, a que se chamará de pequenas propriedades, estão os estabelecimentos de 0 a 100 hectares, que correspondem a grosso modo às unidades agrícolas familiares; na segunda modalidade, - média propriedade - estão os estabelecimentos de 100 a 500 hectares; na terceira - grande propriedade - estão os estabelecimentos de 500 a 1.000 hectares e na quarta e última modalidade - os latifúndios - incluem-se os estabelecimentos que tinham acima de 1.000 hectares". Algumas considerações gerais sobre a indústria do Espírito Santo entre 1930 e 1970 - Instituto de Economia e Pesquisa, UFES, p. 58.

modo, assenhoreiam-se de municípios inteiros - enriquecem-se, enquanto o pobre agricultor luta heroicamente para obter o indispensável à sua manutenção" (15).

A dinâmica da expansão da economia cafeeira, presa ao ritmo determinado pela capacidade do trabalho familiar, manteve uma estrutura econômica que dificultava a constituição de um mercado de trabalho e a mercantilização da economia. O capital apenas se reproduzia como pequeno capital, sem as condições necessárias de concentração e centralização (16). Também o capital comercial ficava impedido de se transformar em outras formas de capital (17).

Na economia cafeeira duas classes sociais bem nítidas se formaram; os pequenos produtores e os grandes comerciantes. Sempre apoiada na infra-estrutura cafeeira, a classe dominante local controlou o aparelho de Estado, em que o "marasmo secular" era a própria condição para o exercício deste controle.

O estudo da economia capixaba mostra como a estrutura da propriedade determinou a distribuição da população e o surgimento dos núcleos populacionais. A predominância da pequena propriedade favoreceu a melhor distribuição da renda para a população. Como o café foi a principal atividade econômica, a população se concentrava na zona rural e não favorecia a ocorrência de grandes aglomerados urbanos até aproximadamente 1960.

15. Renato C. GAMA, ob. cit.

16. Haroldo R. COSSETTE, ob. cit. p. 9.

17. Id., Ibid., p. 10.

A expansão da fronteira agrícola atingiu toda a região Norte, que nos primórdios da colonização foi considerada a última frente de resistência indígena do Leste brasileiro (o famoso bolsão dos Botocudos), cujos remanescentes foram transferidos, na década de 40, para postos indígenas de Minas Gerais e do Sul da Bahia.

"A cultura do café possibilitava a fixação dos colonos e a sustentação econômica do empreendimento agrícola de colonização. O último surto madeireiro, iniciado durante os últimos anos da última Guerra Mundial proporcionou a abertura de estradas para o deslocamento das frentes de colonização. Acabada a madeira em um local, a frente madeireira deslocava-se para outro mais adiante, deixando um rastro de estradas, casa, povoações. Estas se consolidaram e atingiram o estágio de vila e cidades, quando o surto seguinte foi o cafeeiro, ou estagnaram, quando o atividade seguinte foi a pecuária" (18).

A forma como se encadeiam os ciclos econômicos esclarece os fortes conflitos surgidos no Norte do Estado ao findar a expansão das fronteiras agrícolas. Trata-se de lutas camponesas acontecidas naquela região, mais precisamente no município de Ecoporanga, conforme estão documentadas no trabalho jornalístico de Luzimar Nogueira Dias (19). A área de conflito estava situada na zona de Contestado, território requerido por Minas Gerais e Espírito Santo desde 1908. Para a minha pesquisa interessa a observação que o autor faz quanto ao empenho

18. Luzimar Nogueira DIAS, Massacre em Ecoporanga, p. 12.

19. Id., Ibid., p. 12

dos colonizadores, ao participarem do processo de expansão da fronteira agrícola.

Vejamos: "Alheias a essas discussões judiciais, centenas de famílias enfrentavam terras inóspitas, florestas, animais selvagens, doenças, abrindo clareiras para pequenas áreas de cultivo. Lutavam por uma produção de subsistência, enquanto ocorria a inversão do processo econômico regional: a penetração da indústria madeireira e a sede de expansão pecuária. E surgiram os conflitos pela posse das terras.

A indústria madeireira aliou-se aos latifundiários, numa luta em comum, tentando usurpar as posses e benfeitorias camponesas. Para isso, com o seu poder de compra, contrataram jagunços e corromperam, durante anos, a justiça, a Polícia Militar do Espírito Santo e membros das administrações Jones Santos Neves, Carlos Lindemberg e Francisco Lacerda de Aguiar." (20)

Poucos centros urbanos se destacaram no início do período: Vitória, por causa de sua função portuária e administrativa, como sede do Governo, Cachoeiro do Itapemirim ao Sul e Colatina ao Norte. "O crescimento destas últimas cidades estava diretamente ligado às necessidades comerciais da população dedicada ao café, servindo à venda do café e à compra de produtos de consumo." (21)

O mercado externo, no período pós-guerra, exercia forte influência na economia capixaba e favorecia as relações

20. Id., Ibid., p. 12.

21. SEPLAN, Migrações internas no Espírito Santo, p. 18.

de troca, criando as condições que estimularam o aumento da produção do café, que atinge o auge em meados da década de 50.

A retomada do crescimento do café levou grande número de pessoas a se deslocarem para a região Norte, em busca de novas terras, onde poderiam desenvolver suas lavouras. O café era o responsável pelo maior número de empregos, ocupando 70% da população economicamente ativa e contribuindo com 59% da renda em 1950.

Vejamos como se desenvolveu nesse período o processo político. A partir da década de 40, o Partido Social Democrata dominou a política capixaba. Anteriormente, embora sob outras siglas políticas, as classes dominantes buscavam a realização dos mesmos interesses, que eram: "Criar condições hegemônicas de sua reprodução enquanto classe, que se dava na reprodução da expropriação do excedente social definido na economia cafe-eira"(22).

A forma como um lavrador percebe a mudança de sigla partidária sem alterar seus membros é bastante significativa. Vejamos como isto se efetiva no seguinte depoimento:

"No tempo do meu pai, você não chegou a conhecer não, o partido era PSD. Meu pai, a gente acompanhava o partido do governo. Então a gente foi acompanhando, nós foi mudando quando mudou aquele partido do Getúlio Vargas. Foi mudando e aí passou para a ARENA. Depois a ARENA veio, passou. Nós estamos acompanhando. Depois veio, mudou para o PDS. Quer dizer, desse tempo que meu pai acompanhou quer dizer que está sendo o mesmo. Está só mudando de letra. Era PSD. Getúlio Vargas mudou, Getúlio foi parece PTB. Depois veio para ser ARENA e nós

22. Renato C. GAMA, ob. cit. p. 15.

vem acompanhando e nós veio pro PDS. (...)”(23)

“Os interesses de classes hegemônicos tinham como substância os interesses da “oligarquia agrária capixaba”, juntamente com o dos grandes comerciantes. Esta ‘oligarquia agrária’ era formada pelos poucos – mas influentes politicamente fazendeiros do café.”(24)

A classe dominante, propriamente dita, era o grupo que comandava o processo de acumulação no setor dinâmico da economia brasileira (eixo Rio-São Paulo), portanto, uma classe que “estava para além das fronteiras geográficas da economia, e que garantia sua hegemonia por intermédio da ação política dos grandes comerciantes, com a participação de comerciantes urbanos, pequenos industriais de setores tradicionais, burocratas de alto escalão, setores das classes médias com maior nível de renda representantes da hierarquia eclesiástica, etc”(25).

O Espírito Santo até então, possuía uma economia frágil, assentada na atividade cafeeira de limitada produção. Tratava-se, portanto, de monocultura fundada na pequena propriedade com relações de trabalho, predominantemente familiares. Caracterizou-se, assim, toda uma estrutura que dificultava economias de escala, com a produção transpondo os limites das atividades agropecuárias para serem investidas na indús-

23. Depoimento nº 11. Os depoimentos recolhidos através das gravações foram transcritos e apresentados na íntegra no 3º e 4º Relatório enviados à FAPESP, janeiro de 1986.

24. Renato C. GAMA, ob. cit. p. 15.

25. Id., Ibid., p. 15-6.

tria, no comércio ou na esfera financeira. O governo caminhava à frente da iniciativa privada, procurando gerar formas de acumulação que seduzissem o surgimento da indústria, do comércio, etc. (26)

Nesse período merece destaque a participação do deputado Monsenhor Eurípedes Pedrinha no Partido Republicano Construtor, que havia sido fundado em setembro de 1890. O Monsenhor Pedrinha não aderiu à indicação de Jerônimo Monteiro como único candidato ao governo do Estado, resultando dessa divergência o seu desligamento do partido.

Após a breve descrição do contexto econômico e político voltemos ao empenho organizativo e pastoral dos católicos. A Diocese do Espírito Santo foi criada pelo Papa Leão XXIII no dia 15 de novembro de 1895. Seu primeiro bispo foi D. João Batista Corrêia Nery, que deu início ao seu trabalho pastoral em 1897. Durante as visitas pastorais este bispo redigia minuciosos relatórios, em que retratava, além dos aspectos religiosos, os dados demográficos, traçava o panorama social e econômico da época. "D. João Nery - como todos os seus sucessores - interessou-se em primeiro lugar pela formação de seu clero, organizando anualmente o retiro espiritual. Fundou o 'Ateneu Diocesano' e o 'Colégio Nossa Senhora Auxiliadora'. Chamou para a diocese os Padres Agostinianos e Capuchinhos. Restabeleceu a tradicional festa da Penha, como também o ser-

26. Perspectivas econômicas do Espírito Santo, Revista Inst. Jones S. Neves, N.º 2, (Abr./Jun. 1985):5.

viço religioso cotidiano no Santuário" (27).

A obra apostólica teve continuidade com o segundo bispo, D. Fernando de Souza Monteiro, a partir do dia 4 de março de 1902. "Irmão de dois presidentes de Estado - Jerônimo Monteiro (1908-1912) e Bernardino Monteiro (1916-1920); cunhado de um terceiro presidente, Florentino Avidos (1924-1928) e tio materno de Dr. Carlos Monteiro Lindenberg, por duas vezes governador do Estado do Espírito Santo (1947-1951 e 1959-1962), foi D. Fernando o primeiro capixaba que teve a dita de ocupar em seu Estado a sede episcopal" (28).

As inúmeras atividades desenvolvidas pelo bispo lazarista revelam o caráter modernizador impingido sobre sua atividade pastoral. Vejamos: "Além do cuidado dispensado à reforma do clero, providenciou Missões e Visitas Pastorais em toda parte. Chamou os Padres de S. Carlos. Fundou o Colégio Diocesano. Tratou da reforma da catedral e da Santa Casa de Misericórdia. Fundou o jornal católico 'A Cruzada'. Escreveu notáveis Cartas Pastorais: 'A devoção do Espírito Santo e Nossa Senhora da Penha', 'O Papa e a Encíclica *Supremi Apostolatus Cathedra*', 'Imaculada Conceição', 'Festas Constantinianas'.

Tomou providências muito 'modernas', como a organização da União Popular, Liga Eleitoral, Círculo Católico, catequese aos índios do Rio Doce (entregue ao Pe. Paulo Gruber, S.V.D.), obras sociais, entre as quais um 'Patronato Agrícola'

27. Pe. Dr. Guilherme SCHUBERT, A província eclesiástica do Rio de Janeiro, p. 260.

28. José SCHIAVO, ob. cit., p. 33.

para menores abandonados, que não pode mais concluir" (29).

O governo de D. Fernando é caracterizado por um período conturbado, em que ele mesmo foi vítima de calúnias e perseguições. O elenco de algumas atividades pastorais exercidas por este bispo já foi suficiente para o leitor perceber as possíveis consequências de tal empenho. De acordo com o escopo desta pesquisa, interessa-me apenas apontar a ocorrência de conflitos entre Igreja e sociedade no período em estudo. (30)

A Diocese teve como sucessor no governo D. Benedito Paulo Alves de Souza que tomou posse no dia 19 de maio de 1918. Foi um grande incentivador da cultura literária durante o seu período de pastoreio na diocese. Em 1921, colaborou na fundação da Academia Espírito Santo de Letras e foi o seu primeiro presidente. "Iniciando os trabalhos com a acomodação do Convento da Penha para os retiros do clero, insistiu depois em reavivar as Conferências Vicentinas. Grande orador e doutrinador, cuidou muito da instrução religiosa dos fiéis, quer pessoalmente nas célebres conferências do Advento e da Quaresma, quer por Missões, pregadas pelos Padres Redentoristas, fundando também a 'Associação da Doutrina Cristã'" (31).

D. Benedito começou a construção de uma nova catedral e restaurações no Convento da Penha. E fundou a Congregação Diocesana das "Irmãs de Jesus Cristo Rei". Observa-se a res-

29. Pe. Dr. Guilherme SCHUBERT, ob. cit. p. 260

30. Arquivo do Secretariado de Pastoral, História da Igreja no Espírito Santo, (mimeo.)

31. Pe. Dr. Guilherme SCHUBERT, ob. cit. p. 160-1.

peito deste bispo, que tendo "caráter perfeccionista, pode ser responsabilizado pelo problema da falta de clero nativo. Durante os 15 anos em que esteve à frente da diocese capixaba, não ordenou nenhum padre: tinha medo de fazer apóstatas..." (32).

D. Luiz Scortegagna já estava na diocese como Bispo-Coadjutor quando tomou posse em 15 de outubro de 1933. "Intensificou o serviço religioso que atraía o povo às cerimônias piedosas: retiros espirituais, horas-santas, pregações quaresmais... D. Luiz promoveu semanas eucarísticas, páscoas dos homens e o grandioso Congresso Eucarístico de 1945, pelo cinquentenário da criação da diocese. Dedicou-se à Obra das Vocações Sacerdotais. Visitava as paróquias em caminhadas constantes. Introduziu, na diocese, os pavonianos, que se instalaram no bairro Santo Antônio. E trabalhou pela fundação do Colégio Salesiano na capital" (33).

Outros trabalhos desse bispo ainda podem ser enumerados, como: a fundação do jornal católico "O Santuário da Penha", continuidade das obras da Catedral e a fundação de um seminário na Penha, que fracassou pouco tempo depois. No final de sua vida insistiu em fundar novamente o seminário, que mais tarde se tornou a casa de encontros Santa Helena.

Em 1952, D. José Joaquim Gonçalves assumiu a sede episcopal, permanecendo no pastoreio desta diocese até 1957,

32. Arq. Secr. Pastoral, História da Igreja no Espírito Santo, (mimeo.)

33. Maria S. de NOVAES, ob. cit. p. 240.

quando encerra esta fase da história eclesiástica.

Neste período a estrutura eclesial se consolidou com a criação de diversas paróquias pelo interior do Estado. A obra evangelizadora se desenvolveu dando importância acentuada ao ministério sacramental e à divulgação da doutrina católica. Além da participação nos atos religiosos, diversos católicos ingressaram nas várias associações que se formaram nas paróquias. Estas formas organizativas alteravam de acordo com o local em que se instalavam, sendo que algumas delas se destacavam como predominantes, apresentando um determinado grau de articulação que ultrapassava os limites geográficos da diocese.

Para que o leitor possa observar a variedade de associações listo a seguir: Liga Católica Jesus, Maria e José, Congregação Mariana, Ação Católica, Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística Infantil, Pia União das Filhas de Maria, Conferências Vicentinas, Senhoras da Ação Católica, Juventude Feminina Católica, Obra das Vocações Sacerdotais, Obra dos Tabernáculos, Congregação da Doutrina Cristã, Associação de Nossa Senhora Auxiliadora, Irmandade de São Benedito, Pia União de Santo Antônio, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, Congregação Paroquial do Catecismo, Confraria de Nossa Senhora Auxiliadora, Confraria de Nossa Senhora do Carmo, Companhia de São Luiz, Companhia do Santíssimo Sacramento, Pia União de Santa Teresinha, etc. (34)

Alguns desses movimentos apresentavam uma certa fle-

34. Pe. Dr. Guilherme SCHUBERT, ob. cit. p. 259-81.

xibilidade de modo que seus membros combinavam o cultivo devocional e contemplativo com atividades de cunho mais caritativo, apresentando alguma tendência para a interferência social. Nesse sentido cito o fato ocorrido na Paróquia de São Sebastião de Afonso Cláudio, por volta de 1948:

"A Pia União das Filhas de Maria e a Congregação Mariana estão se preparando para fazer parte nas fileiras da Ação Católica" (35).

Em alguns municípios as paróquias amparavam os mais necessitados através dos dispensários e roupeiros, onde forneciam gêneros alimentícios e roupas, complementados com a catequese.

35. Id., Ibid., p. 267.

3. As bases de uma Igreja Renovada (1958-1974)

Grandes mudanças marcaram a história social e eclesiástica nesta fase que se segue. No espaço intra-ecclesial, elas ocorreram na Igreja Universal, destacando-se o Concílio Vaticano II e, na Igreja Particular, elaborou-se o projeto inovador que culminou em uma nova estrutura pastoral. No contexto social relembro as modificações na economia e política sintetizadas no golpe militar de 1964 e no novo regime decorrente. Foi iniciada no Espírito Santo uma economia de participação mais eficaz no mercado nacional, sendo diversificada através do processo de industrialização e de um enfraquecimento inicial nas atividades agrícolas.

A partir do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), a Igreja assumiu com expressiva ênfase a transformação social como condição para cumprir a tarefa evangelizadora, de acordo com os seus documentos. O propósito eclesial desencadeou-se nas reformas pastorais, dando início à "Igreja Renovada" ou à "caminhada" como é dito pelos militantes das comunidades de base.

Como foi dito acima, a mudança na forma pastoral deu-se numa etapa histórica nacional, em que a economia entrou no novo modelo de desenvolvimento. Essas modificações - da Igreja Renovada e do capitalismo monopolista - sugerem uma análise sobre as possíveis interrelações que aí se deram; opto, porém, por explicitar as condições materiais onde ocorrem vivên-

cias religiosas de uma população e as formas organizativas destas mesmas atividades, detendo-me mais atentamente sobre os impasses pedagógicos do propósito evangelizador.

Retorno ao contexto social para expor outros dados do período em questão. Um estudo realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura relacionou as mudanças econômicas com a conjuntura nacional e apontou o papel do Estado neste processo.

Vejamos a seguinte citação do documento: "A partir de 1964 - marco histórico bastante representativo na organização política, social e econômica do País - o Estado assumiu uma postura mais efetiva para viabilizar a hegemonia do capital monopolista em todos os setores econômicos, com reflexos bastante visíveis na agricultura capixaba" (36).

Todo o país estava envolvido no processo de modernização e urbanização imposto ~~mano militar~~ de forma impiedosa e acelerada, com a industrialização voltada para as tecnologias de ponta. A máquina produtiva nacional foi redirecionada para o propósito tecnocrático, um dos prismas da política desenvolvimentista, acentuando a industrialização urbana, concentrada nas capitais. O Estado do Espírito Santo se integrou nesse processo e a estrutura agrária passou por transformações profundas a partir dessa data.

Antes de especificar as consequências desse modelo desenvolvimentista sobre a economia capixaba apresento algumas características gerais do capitalismo monopolista. O pla-

36. Marcelo C. SANTIAGO, ob. cit. p. 4.

nejamento e a participação são dois componentes do monopolismo, relevantes em minha pesquisa pois, voltarei a considerá-los ao analisar o "comunitarismo" proposto no movimento renovador eclesialístico.

O monopolismo se instalou com o auxílio do Estado intervencionista através do processo de "desnacionalização" e de "modernização". Foi dado incentivo para criar grandes empresas, renovar tecnologias, adotar máquinas mais sofisticadas e processos gerenciais mais modernos.(37)

O Estado, as multinacionais e o capital nacional se associaram negociando suas ofertas. O Estado ofereceu os recursos naturais, o amplo mercado e a força de trabalho explorável. A burguesia, representante do capital nacional, jogou com o "nacionalismo" e os tecnocratas. As multinacionais entraram com a tecnologia, sendo que elas garantiram seu monopólio, e desta forma, também o controle sobre a estratégia global de acumulação.

Trata-se de um modelo associativo de capital multinacional, nacional e estatal, no esforço de maximizar a acumulação do lucro e a posterior distribuição entre os sócios. As classes populares foram excluídas desse projeto de desenvolvimento econômico, principalmente no momento da renda ser partilhada.

A possibilidade de perpetuar a acumulação não é garantida suficientemente quando as classes populares permanecem totalmente excluídas do modelo implantado. Os associados cria-

37. Maria de Lourdes M. COUVRE, *A_fala_dos_homens*, p. 20-1.

ram programas sociais para serem acionados pelo Estado, como mecanismo de controle, que pouco a pouco buscou superar as formas repressivas e adotou medidas de "cooptação".

No desempenho dos papéis de sócio do modelo econômico e responsável pelo controle social, o Estado necessitou de uma ideologia sustentadora, para se legitimar no conjunto da sociedade. As justificativas foram elaboradas na ideologias pós-liberal que "(...) tem por núcleo o caráter apolítico da técnica (maquinária e organizatória), de um 'saber científico', que, portanto, se pressupõe para serviço de todos, de atendimento do bem-estar dos cidadãos, de seus direitos sociais. (...) Essa tecnologia, esse saber 'científico' é de responsabilidade de tecnólogos, de tecnocratas, enfim, agentes que devem organizar isto a nível macroestrutural" (38).

Mesmo se legitimando, o Estado tem sempre diante de si o desafio de conciliar os interesses do Capital com os do Trabalho. A resposta estratégica consiste no planejamento democrático, com tarefas imprescindíveis ao modelo, como se percebe na seguinte citação:

"O planejamento enquanto confluência de 'técnicas sociais' racionais, surge como pivô da 'racionalização' capitalista de dominação. Eis que na 'nova' ideologia burguesa, a neocapitalista, a luta de classe é 'neutralizada' em uma 'revolução consentida', em que o voluntarismo sobrepõe-se ao 'devenir' histórico e a luta de classes é camuflada e distorcida pela concepção idealista do Estado intervencionista, do plane-

38. Id., Ibid., p. 27.

jamento." (39)

O intento planificador, nessa perspectiva, exigiu um esforço constante de desenvolvimento de técnicas sofisticadas para o controle social solucionando ilusoriamente a luta de classes. O "êxito" e a "eficácia" do planejamento se dão graças aos esforços de inserção de todas as classes e frações de classes no processo de desenvolvimento adotado. Ao esforço de inserir todos os indivíduos, atingindo o maior número possível dá-se o nome de participação.

Conforme a lógica dos tecnocratas do monopolismo, não se trata de superar o conflito social, porém, de se antecipar ao embate das classes e manter seu controle. Se o conflito traz possibilidades de mudanças há que se preocupar em direcioná-las de modo a não comprometer a sobrevivência do sistema.

No trabalho de Fernando C. F. Motta encontramos um alerta quanto à ambiguidade do termo participação. Assim diz esse autor: "(...) não se trata de assumir um poder, mas de ter, de alguma forma, algum nível de proximidade com relação a esse poder" (40). Na medida em que se alteram os níveis de aproximação com o poder é que se delineiam as diversas formas participativas, em termos de questões técnicas, organizacionais e econômicas. Daí, podemos perceber no capitalismo monopolista uma tendência, cada vez mais acentuada, a restringir a participação ao nível técnico.

39. Id., Ibid., p. 84-5.

40. Fernando C. Prestes MOTTA, Participação e co-gestão, p. 11

O Estado responde de modo diferenciado ao movimento interno de cada classe separadamente. Está atento ao equilíbrio de interesses entre as frações da classe dominante, mantendo-as nos limites do modelo econômico adotado. Ao lidar com as classes dominadas, o Estado provê "uma forma de cooptação, de 'participação' das mesmas, e mesmo a forma e a intensidade de repressão. À medida que esta nova forma de 'cooptação' é direcionada por esta 'razão técnica', que é pressuposta para o 'bem' de 'todos' (...) o planejamento, as políticas sociais, a administração racional são a forma de 'servir' a todos, de prover uma 'participação' nesse 'bem geral pela educação, pelo lazer, pela saúde, pela habitação, etc'. Trata-se dos direitos sociais 'ilusoriamente' atendidos, porque o Estado procura 'neutralizar' as conquistas das classes trabalhadoras em suas reivindicações, procurando 'orientá-las'. Ou seja, criam-se formas que são ditas para atender às necessidades do trabalhador, e que acabam por servir indiretamente às grandes empresas. Canalizam as tensões sociais referentes às reivindicações" (41).

Os temas "planejamento" e "participação" serão retomados adiante, quando tratarei especificamente da proposta comunitária implementada pela pastoral católica no âmbito da Arquidiocese de Vitória. Agora, passo a enumerar algumas consequências do novo modelo econômico na questão fundiária, nas relações de produção e na forma como se distribui o contingente populacional.

41. Maria de Lourdes M. COUVRE, ob. cit. p. 320.

Até 1960 existia uma estrutura agrária fracionada, as pequenas propriedades respondiam pela quase totalidade da produção agrícola, a maior parte da mão-de-obra, predominantemente familiar, estava ocupada na agricultura. (42)

O Estado, através da assistência ao pequeno produtor enfrentava dificuldades para orientar o plantio do café em curva de nível, a adubação e conservação do solo, e também, quanto à problemática de comercialização e formação de cooperativas. (43)

O documento referido acima mostra as dificuldades estruturais para a viabilização do capital monopolista no campo: "... a organização da produção no campo se dava de forma tradicional, com tecnologia pouco exigente em capital. A primeira exploração econômica, a cafeicultura, desenvolvia-se baseada, fundamentalmente, na exploração da fertilidade natural

42. Vide Anexo, Tabela Nº VII.

43. Distribuição de Cooperativas no Estado do Espírito Santo, 1978.

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE
. produção animal - leite	07
. produção animal - aves	01
. produção vegetal - café	05
. produção vegetal - cana	01
. agropecuárias	06
. CONSUMO	05
. escolares	03
. diversos - cultural	01
. central agropecuária	01
TOTAL	30

Fonte: INCRA, 1978

Sobre Cooperativa no Espírito Santo: ver a Tese de Eloy Gava "Análise da Administração de cooperativas agrícolas e sua influência na formação de capital, Estado de Espírito Santo". Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1982.

do solo, na força do trabalho familiar através da relação de parceria.

A organização da produção, nesses moldes, evidentemente, restringia as relações com o mercado. Apenas no âmbito da comercialização da produção havia certo dinamismo. Quanto ao mercado de fatores de produção, havia pouca interferência de fora do próprio setor agrícola."(44)

A estrutura descrita acima criava obstáculos para a expansão do capital. No conjunto de medidas, adotadas pelo Estado para enfrentar esses impecilhos, está a política de erradicação dos cafezais. Esta medida criou forte impacto no território capixaba. "(...) o programa de erradicação dos cafezais executado no período 1966 a 1968 deve ser entendido, também como uma necessidade básica para a expansão do capital monopolista" (45).

O Estado assumiu uma nova forma de interferência na agricultura: direcionou as inversões para determinados produtos e organizou a produção. (46)

A alteração da forma de produzir desencadeou outras mudanças na esfera social mais ampla, destacando-se nesse caso o modo como a população se distribuiu no território. Como veremos adiante, acelerou-se o êxodo rural acompanhado pelo rápido crescimento das periferias urbanas. (47)

44. Marcelo C. SANTIAGO, ob. cit. p. 4.

45. Id., Ibid., p. 4.

46. Id., Ibid., p. 5.

47. Vide ANEXO, Tabela Nº V.

No documento da Secretaria da Agricultura, encontram-se evidenciadas as consequências advindas do novo pacote tecnológico implantado, sobre o contexto sócio-cultural. "Todo padrão tecnológico implica numa dimensão social, econômica e cultural da população envolvida direta e indiretamente. O pacote tecnológico, imposto à agricultura, favorece claramente a produção baseada numa forma empresarial capitalista de organização do trabalho e se adequa aos produtos para onde se dirige o desenvolvimento capitalista"(48).

Os incentivos fiscais e creditícios, com taxas de juros altamente subsidiadas, foram utilizadas para operacionalizar o novo modelo de desenvolvimento agrícola. (49)

A aplicação dos instrumentos de política agrícola deu-se de uma forma que subestimou a pequena propriedade, a base da estrutura produtiva da agricultura, e beneficiou uma minoria de grandes produtores rurais. "(...) Os grandes proprietários absorveram a quase totalidade dos subsídios oferecidos pelo governo e investiram esses benefícios na ampliação do seu poder territorial (que se traduz também em poder político) e, de outro lado, apesar disto, a estrutura produtiva de nossa agricultura mantém-se nos estabelecimentos menores, que

48. Marcelo C. SANTIAGO, ob. cit. p. 6.

49. Como exemplo de instrumento de política agrícola utilizados em toda esta fase temos: Decreto Lei nº 880 - Participação societária; Lei nº 2508, Financiamento Subsidiado - FUNDAP. Maiores informações sobre estes instrumentos e outros podem ser encontradas nos seguintes documentos: GERES E BANDES - junho de 1978. Incentivos Fiscais e Creditícios no Estado do Espírito Santo, Setor de Informações Técnicas, Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, 1983.

absorvem a grande maioria da população rural e que, só alcançam, parcelas ínfimas dos benefícios distribuídos" (50).

Como foi visto, no setor agrícola o período foi de profunda mudança. Enumero algumas: crise do café, expansão da pecuária, dinamização da Companhia do Vale do Rio Doce, consolidou-se a vocação portuária, etc. Articulada com o projeto desenvolvimentista nacional, a economia capixaba diversificou-se com a explosão do setor secundário, desencadeou o processo de urbanização da Grande Vitória, anunciou-se a atração e implantação dos chamados "Grandes Projetos de Impacto".(51) Os grandes projetos foram implantados "à base de capitais estrangeiros associados ao capital estatal, que se resumiram em três complexos: siderúrgico, paraquímico e portuário."(52) Resumindo, a economia passou a ser predominantemente urbana, concentrada principalmente na Grande Vitória e teve como responsável por sua alta taxa de crescimento o setor industrial.

O projeto desenvolvimentista alterou a participação dos setores na economia estadual. A queda da participação do setor primário não foi, automaticamente compensada com o setor secundário, quando se implantaram os Grandes Projetos. Esta nota vale para a forma de distribuição da renda e para o des-

50. Marcelo C. SANTIAGO, ob. cit. p. 6.

51. Antônio C. MEDEIROS, A industrialização como fator de desenvolvimento relativo, *Revista da Eund. Jones S. Neves*, N.º 1 (Jan./Mar. 1978):6.

52. Ana Maria DOIMO, Movimento social urbano, Igreja e participação, p. 41-52. Trata-se do capítulo II, em que se encontra uma análise do processo de industrialização e urbanização no Espírito Santo.

locamento da população economicamente ativa.

A industrialização desencadeada contribuiu para intensificar as diferenças entre a Grande Vitória e outras regiões do interior. A Grande Vitória passou a ser a área de atração dentro do Estado. Mas o projeto desenvolvimentista não foi capaz de gerar empregos em número suficiente para absorver toda a população que se deslocou da área rural para a urbana. O objetivo de tirar a economia da fase de estagnação foi conseguido acentuando a diferença regional e paralisando todo o interior, principalmente as áreas de lavouras.

O grande afluxo de pessoas para a Grande Vitória foi mostrado como intencional no trabalho de Ana Maria Doimo. Vejamos "Era preciso aumentar o contingente de trabalhadores que vendesse a sua força de trabalho desqualificada a preços baratos, pois tratava-se da fase de implantação dos projetos. E não foi difícil desencadear o processo"(53).

A autora referida lembrou a grande campanha promovida pelo Governo, propagandeando as perspectivas da industrialização. Associado a este empenho está o Programa de Erradicação dos Cafezais e a plantação de eucaliptos, em grande escala, pela Aracruz Florestal, para fornecer matéria prima para a

53. Ana M. DOIMO, Ibid., p. 42-3.

Aracruz Celulose.(54)

Na fase de implantação dos Grandes Projetos, a maior parte da mão-de-obra, principalmente a não qualificada, foi absorvida pela construção civil. Esta categoria desencadeou um processo de mobilização dos trabalhadores reivindicando seus direitos. Dois eventos importantes se dão nesta categoria: a greve de 1979 (55) e a vitória da Chapa 2 - Oposição Sindical - para assumir a diretoria do sindicato. O trabalho organizativo dos operários, antecedendo aos eventos, teve participação da Pastoral Operária e da FASE (56).

Os Grandes Projetos absorveram pouca mão-de-obra, na maioria de alta especialização, de modo que, passada a etapa

54. As informações técnicas sobre as duas empresas podem ser encontradas nos seguintes documentos:- Anuário Industrial de 80 a 81 - Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, Espírito Santo: - 100 maiores empresas do Estado: 1982, Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - Espírito Santo. Uma descrição mais detalhada do processo de refo-
restamento e sobre o desempenho das empresas e as conse-
quências para a região pode ser encontrada no Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa IV - Linhares, Relatório Preliminar, Vol. 1. Ver os estudos que começam nas páginas 102, 129 e 141, Instituto Jones dos Santos Neves.

55. Sobre a greve da Construção Civil de 1979 ver Nildete Vir-
gínia Turra Ferreira, Explosão dos movimentos sociais na Grande Vitória na década de 70, Revista do Ins. Jones S. Neves, Ano IV, Nº 2, (Abr./Jun. 85):44.

56. Sobre a Pastoral Operária na Arquidiocese de Vitória, vide neste trabalho à página 91.

FASE: - Federação de órgãos para assistência social e edu-
cacional.

"O que a FASE faz é promover o desenvolvimento nas comuni-
dades carentes pela Educação Popular. Através de suas
equipes de técnicos educadores orienta, treina, acompanha
as comunidades para que elas encontrem o seu próprio de
senvolvimento". Circular 01/85 - FASE, Rio de Janeiro. A
FASE tem escritório com uma equipe de trabalho em Vitó-
ria, atuando no movimento sindical.

da construção civil, a maioria dos trabalhadores foram transferidos para o setor terciário, em atividades que não estão ligadas diretamente ao setor dinâmico, são de baixa remuneração e estabilidade. Embora o setor terciário possua ramos produtivos, principalmente nas atividades de exportação, os operários se dirigiram para as categorias improdutivas, principalmente no subsetor serviços. Houve um crescimento do subemprego. (57)

A expansão do setor terciário e urbano deu-se junto na Grande Vitória. As condições entre a forma de produzir e a reprodução da força de trabalho se deram a partir do projeto industrial implantado.

Após o surto migratório interno dá-se o crescimento urbano desorganizado, no qual emergem diversas contradições. Assim relata o trabalho da Profa. Doimo: "Sem fugir fundamentalmente do que tem se verificado nos grandes centros urbanos, a população da Grande Vitória vive o drama de uma urbanização 'caótica', carente e agressiva, porque segue a lógica do lucro. Dos municípios que compõem a Grande Vitória, Vitória - capital do Estado - ainda é por excelência o centro fornecedor de serviços, para onde tudo acaba convergindo, frequentemente congestionando o tráfego na área central da cidade. O município da Serra, particularmente Carapina, encontra-se mais próximo das áreas industriais, enquanto Cariacica e Vila Velha

57. Sobre o subemprego e o desempenho do setor terciário na Grande Vitória, ver: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Nº 2, (Abr./Jun. 85) p. 24 e Nº 1 (Jan./Mar. 85):17. Vide Anexo, Quadro Nº VI, População Economicamente Ativa, segundo o setor.

são caracteristicamente cidades dormitório, acentuando outro problema: o do transporte urbano" (58).

Junto com a urbanização desorganizada registra-se o surto de ocupações clandestinas, todas elas acompanhadas de extrema violência policial. A Arquidiocese de Vitória esteve presente nestes acontecimentos, através da Comissão de Justiça e Paz e da Comissão de Direito à Moradia, em apoio à população. Conforme os dados de 1981, numa pesquisa da Comissão de Direito à Moradia, na Grande Vitória havia 52.500 habitações pobres, pequenas, localizadas nos morros e na periferia da cidade. São chamadas de "habitações subnormais" pelo governo. Deste número de habitações 28.000 estavam nos morros e 24.500 nos mangues e baixadas. Conforme o recenseamento de 1980 existiam 14.000 barracos em favelas.

Assim relata o documento apresentado acima: "A expulsão da roça, o aluguel caro, o salário baixo e o desemprego, levam o trabalhador da cidade a ocupar as áreas vazias, terrenos abandonados na periferia das cidades, para fazer um barraco e morar com a família. Essa ocupação legítima, é chamada em geral de "invasão"(59).

Em resumo: foi num período histórico de grandes mudanças sociais que a Igreja católica elaborou o programa reno-

58. A pesquisa de Ana Maria Doimo sobre o Movimento de transportes coletivos de Vila Velha, Espírito Santo, foi publicada pela Editora Vozes, em 1984, com título "Movimento social urbano, Igreja e participação popular". O relato sobre o movimento de transportes e uma análise do mesmo estão nos capítulos III, IV e Conclusão.

59. Cartilha da Comissão de Direito à Moradia (1981). Ver também Ana M. DOIMO, ob. cit. p. 46-7.

vador de suas estruturas e alterou as formas de interferência no social. No relato apresentado acima estão em evidência as contradições sociais ocorridas no campo e na cidade, configurando um contexto pouco favorável para o desenvolvimento de práticas comunitárias. Daí a necessidade de executar novos esforços pedagógicos para efetivar o projeto educativo católico.

Tendo exposto os dados do contexto sócio-econômico volto à história eclesiástica do período em estudo (1958-1974). O Papa Pio XII elevou a diocese do Espírito Santo para Arquidiocese, com sede metropolitana, aos 16 de fevereiro de 1958. Ocorreu uma subdivisão acrescentando-se mais duas dioceses: ao Sul, a Diocese de Cachoeiro do Itapemirim (60) e ao Norte, a Diocese de São Mateus (61). D. João Batista passou a ser o arcebispo da Arquidiocese de Vitória (62).

O processo inovador foi iniciado nessa Igreja Particular antes do Concílio Vaticano II por iniciativa de D. João Batista da Mota Albuquerque. O ponto de partida foi a litur-

60. "A Diocese de Cachoeiro do Itapemirim foi criada a 16.02.1958, pela Bula *Cum territorium* do Papa Pio XII, com território desmembrado integralmente da então Diocese do Espírito Santo (hoje Arquidiocese de Vitória). "Situa-se no Sul do Estado do Espírito Santo, com uma superfície de 10.073 Km², abrangendo uma população de 423.581 (Censo de 1980). Anuário Estatístico Católico, CERIS, p. 219. 1985.

61. "A Diocese de São Mateus foi criada a 16.02.1958, pela bula *Cum territorium* do Papa Pio XII, com território desmembrado integralmente da então Diocese do Espírito Santo (hoje Arquidiocese de Vitória). 1º Bispo: D. José Dalvit, M.C.C.J. (1959-1970)." Situa-se na região Norte do Estado, com uma superfície de 15.120 Km², abrangendo uma população de 336.013 hab. (Censo 80). CERIS, 1985.

62. Vide em ANEXO, mapa Nº 1, a localização geográfica das três dioceses do Estado do Espírito Santo.

gia, os católicos participaram mais intensamente nos rituais religiosos, ultrapassaram a restrita execução dos cânticos.

D. João preocupou-se em criar um clima e um espírito de abertura para sustentar as iniciativas inovadoras. Com este intento, atuou no Seminário, deu uma nova diretriz e novo espírito na formação do clero; os seminaristas começaram a estudar fora, em colégios públicos. No entender daquele bispo, o padre deveria ser uma pessoa capaz de se identificar com a problemática do seu tempo e assumir um novo papel na realidade que se apresentava.

O primeiro arcebispo iniciou o seu desempenho de pastor com maior simplicidade. Abandonou a residência no Palácio Episcopal, situado na Praia do Canto, bairro da alta burguesia de Vitória e quebrou todas as normas protocolares. (63)

A Arquidiocese de Vitória participou nos planos pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Plano Pastoral de Emergência (1960) e no Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto (1965), mais ampliado que o anterior.

O Concílio Vaticano II, de 1962 e 1965, veio confirmar o processo renovador da diocese, depois o sustentou. A abertura da Igreja para o mundo e a modernização de suas estruturas foram manifestadas nos documentos conciliares. Neles a Arquidiocese inspirou-se para organizar sua maneira de existir e relacionar com a sociedade.

No final do ano de 1965, ainda no Concílio, D. Luís

63. História da Igreja no Espírito Santo (mimeo.), texto redigido para a formação de novos agentes (Cenfinho), Arquivo do Secretariado da Pastoral, s.d. Vitória.

Fernandes foi sagrado bispo para auxiliar em Vitória. Terminando o Concílio os Bispos regressaram e trouxeram as propostas de conscientização de toda a Arquidiocese dentro do espírito da Igreja renovada.

D. Luís assumiu a tarefa de aplicar o Plano de Pastoral de Conjunto, aprovado pela CNBB em 1965. A mentalização foi a primeira etapa, constituída de treinamentos para divulgar o Concílio. Os "Concilinhos" criados tinham como finalidade atualizar os padres, os religiosos e os leigos. Em 1966, criou-se o Secretariado de Pastoral de Vitória, com vários departamentos. A Arquidiocese passou a ser subdivida em "zonais". Dentre estas destaca-se a de Colatina, inicialmente com secretariado próprio, onde D. Luís foi vigário episcopal. A dinamização da pastoral iniciou-se pela zona rural.

O desempenho dos religiosos destacou-se ao assumirem, de modo mais eficaz, a missão evangelizadora. As religiosas atuaram nas "Missões de Férias" programadas com o objetivo de criar comunidades. Este trabalho missionário constituiu fundamento importante para o processo renovador concretizado.

Em 1968, o Pe. Geraldo Lyrio, hoje atual bispo auxiliar, assumiu a coordenação da Pastoral. Foi o ano de uma importante reunião dos bispos da América Latina, em Medellín, Colômbia. A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano "já falava da prática incipiente das CEB's e recomendava o seu desenvolvimento. Isto foi valioso certamente. O que terá sido decisivo, porém, é o fato de se terem inserido de vez em nossas opções pastorais as teses eclesiológicas do Concílio, e mais: ter-se ouvido e acolhido oficialmente, na Igreja, os

clamores das situações desumanas da América Latina"(64).

A prática pastoral exigia a definição de objetivos claros, elaborados e assumidos por todos, conforme as diferentes situações empíricas. Havia o receio de que um Plano de Pastoral pudesse matar a vida frágil das novas comunidades. As CEB's mostrariam o novo modo de ser Igreja, inserida no meio popular. Assim delineou-se o perfil próprio da Igreja de Vitória.

Após a Conferência de Medellín, D. Luís iniciou a organização das comunidades eclesiais de base. Os primeiros esforços ocorreram em Colatina, São Domingos, Novo Brasil, Linhares e Itarana, com o surgimento destas associações na zona rural. Posteriormente surgiram outras na periferia, quando foi acelerado o êxodo rural. A prática de vivência comunitária que os migrantes trouxeram para a grande cidade facilitaria, no dizer dos agentes pastorais, a organização das comunidades.

Os primeiros passos no processo renovador com o surgimento das CEB's foram fortalecidos pelos Círculos Bíblicos, sob a orientação de Frei Carlos Mesters, frade Carmelita que residia em Belo Horizonte naquela época. As equipes de reflexão bíblica surgiram em diversas regiões, destacando-se inicialmente na área de Itarana. Foram iniciados cursos de aprofundamento sobre os textos bíblicos, depois se multiplicaram e permaneceram como programas constantes nos planos das áreas

64. D. Luís Fernandes, Dinâmica e perspectivas das CEB's no Brasil, In: Revista da Arquidiocese de Goiânia, Ano XXVII, Nº 2, Fev. 1984, pág. 87-9.

pastorais, das paróquias e das comunidades.(65)

Juntos com o empenho organizativo das comunidades, os bispos se preocuparam com a reorganização teológica e pastoral do clero arquidiocesano. Diversos encontros foram promovidos com a assessoria de teólogos e pastoralistas. Os conflitos entre os chamados "tradicionalistas" e "progressistas" se evidenciaram, formando, portanto, uma divisão mais visível no interior do clero. (66)

A Igreja de Vitória estabeleceu vínculos com a Igreja de Itabira, coordenada por D. Marcos Noronha, que já manifestava uma atitude mais atualizada face aos problemas sociais, políticos e religiosos.

Diversos assessores passaram pela Arquidocese contribuindo em programas de atualização do clero; inicialmente enumeramos os seguintes: Pe. Beozzo, pastoralista, com assessoria permanente em encontros bimestrais para os agentes leigos, Frei Carlos Mesters (Carmelita), Frei Leonardo Boff (Franciscano), Pe. João Batista Libâneo (Jesuíta), Pe. Paiva e D. Marcelo Carvalheira, Segundo Galilea, D. Moacyr Grechi, José de Souza Martins, Eduardo Hoornaert. (67)

No ano de 1968 criou-se o Instituto de Pastoral da

65. SIDA V, Ano IV, Nº 22 (Fevereiro de 1975), Vitória.

66. Cf. Capítulo III, pág. 110.

67. Relatório do Encontro de Pastoral urbana, 13-14/06/1981.
SIDA V, Ano IV, Nº 22, Jan. 1975.
Boletim Caminhada, Nº 44, Ago. 1976.
Relatório da Missão Presbiterial- Área Urbana - Ago. 1986.
Notícias, Ano I, Nº 2, 05/06/1978.
Notícias, Ano III, Nº 12, 04/03/1980.
Ata 23a. Sessão Plenária do COPAV, 21-22/06/1980.

Arquidiocese de Vitória (IPAV) proporcionando treinamentos e cursos de longa duração aos animadores e lideranças religiosas.

Os anos de 68 e 69 foram marcados pela repressão política em todo o país, com reflexos também na pastoral da Arquidiocese de Vitória. Neste ambiente, marcado por uma forte censura sobre a chamada "grande imprensa" e pela dificuldade em circular informações, surgiu o Serviço de Informação da Arquidiocese de Vitória, o SIDAV. Era um órgão informativo para divulgar as notícias do país, com circulação entre o clero, religiosos e leigos.

Os trabalhos organizativos das comunidades das periferias se intensificaram nos anos 69 e 70. Outro marco decisivo para o processo de modernização da Arquidiocese foi a reunião do clero no mês de outubro de 1972, realizada em Anchieta (ES), em que decisões importantes foram tomadas. Em primeiro lugar, formou-se uma equipe de coordenação pastoral, composta pelos representantes dos diversos setores pastorais organizados na mesma reunião: pastoral catequética, pastoral da juventude, comunidades eclesiais de base na área urbana de Vitória, comunidades da área rural, grupos de reflexão de Vitória.

Em segundo lugar, estruturaram o COPAV, Conselho de Pastoral da Arquidiocese de Vitória, que só iniciou suas atividades no ano seguinte. Esta fórmula organizativa foi, pouco a pouco, se estendendo em outros níveis, resultando em novos Conselhos criados nas áreas pastorais, nas paróquias, nos setores e nas comunidades locais. Um relato mais detalhado do processo organizativo será apresentado no próximo capítulo. No

entanto, interessa observar como o princípio articulador, através do surgimento dos Conselhos, está acompanhado do princípio organizativo. Um paciente trabalho de formação de lideranças e diversos programas de estudos se estabelecem. Mais à frente, voltaremos nesta questão.

Havia uma preocupação de não elaborar um plano a priori, que resultaria ineficaz, porque formal. As iniciativas deveriam surgir como respostas às necessidades sentidas pelas próprias comunidades eclesiais. O COPAV, por meio de uma primeira equipe encarregada de coordenar os trabalhos iniciais elaborou o seu regimento e escolheu os primeiros membros. Sua primeira reunião ocorreu no dia 1º de maio de 1973.

A secretaria adotou um sistema de correspondência e visitas às diversas áreas pastorais. Estas últimas foram criadas na reunião do clero, em outubro de 1972. O COPAV priorizou o estudo de temas pertinentes para o progresso organizativo e para o desenvolvimento pastoral. Este Conselho teve importância fundamental na dinamização das diversas áreas pastorais. Nesta época, o arcebispo D. João insistia sobre a necessidade de antigas associações religiosas, como os Vicentinos e os Congregados Marianos, participarem com o envio de representantes para este Conselho. (68)

68. A coexistência das antigas associações religiosas não tem sido muito tranquila, dentro do processo renovador da pastoral, com maior evidência na Grande Vitória.

4. A Igreja Renovada nas Bases (1974-1984)

Na etapa anterior esforcei-me para apresentar aspectos básicos afins à implementação do projeto eclesial inovador. No começo desse processo as principais iniciativas foram tomadas pela hierarquia e grupos de religiosos e leigos de maiores afinidades com a cúpula administrativa. Desta evidência, tiro as justificativas para a preocupação de acompanhar o relato dos acontecimentos observando como a Igreja institucional criou métodos para renovar a si própria e, paralelamente, como estes métodos renovaram a Igreja.

Numa carta pastoral D. Silvestre confirma o ano de 1974 como marco importante no empenho renovador dos católicos. Vejamos: "O ano de 1974 constitui-se num marco em nossa história pastoral. De várias partes da Arquidiocese surgiram pedidos de que se elaborasse um plano de pastoral. Abandonaram a idéia de um plano propriamente dito, e optaram por uma retomada da definição de objetivos, ao mesmo tempo que se enfatizavam os passos que já haviam sido dados. Olhando para trás, buscava-se identificar as marcas que se iam delineando no caminho já percorrido"(69).

No entender dos membros da coordenação, as Pistas Pastorais foram os resultados das reflexões das bases, de encontros e reuniões, após alguns anos de vivência das propostas assumidas no Concílio Vaticano II e em Medellín. Elas preten-

69. D. Silvestre SCADIAN e D. Geraldo L. ROCHA, Carta Pastoral sobre Avaliação, aprofundamento e reflexão da pastoral da Igreja de Vitória.

diam ser uma "síntese da marcha de uma Igreja que busca ser fermento num mundo em transformação" era o momento em que se buscava construir a Igreja local, em comunhão com a Igreja universal.

Em um encontro de Pastoral Rural a coordenação quis colocar as Pistas Pastorais nas mãos das lideranças das comunidades eclesiais de base. Mas surgiu o problema da linguagem, o desafio de criar formas eficazes de comunicação. Logo, concluíram que a terminologia defícil do documento deveria ser modificada. Com esta finalidade elaboraram um novo texto: "A Igreja que a gente quer". No parecer de D. João, este escrito era o que mais representava o Concílio Vaticano II. As Pistas Pastorais, neste novo formato, foram traduzidas em espanhol, com uma tiragem de trinta mil cópias para a diocese do Chile. Foram traduzidas também na França e nos Estados Unidos.

A pastoral diocesana teve muitas contribuições decisivas com a chegada de Frei Betto em 1974. Atuou na Cáritas Arquidiocesana, que abandonou as atividades consideradas então assistencialistas, como distribuição de alimentos e roupas, e passou a ser um órgão de Pastoral Social, promovendo cursos e estudos para a formação de lideranças nos diversos setores pastorais. Frei Betto colaborou nos programas de estudo e reflexão do COPAV e outros grupos de agentes, com o esforço de efetuar melhorias qualitativas, dando maior rigor teórico ao debate dos problemas sociais, econômicos, políticos e cultu-

rais enfrentados pela Igreja de Vitória. (70)

Vale observar aqui o valor dos programas formativos assumidos e desenvolvidos pela Cáritas Arquidiocesana, através de uma equipe de agentes que criava um contexto mais favorável ao equilíbrio entre a tendência priorizadora da reflexão e outra, mais voltada para a montagem de uma estrutura pastoral descentralizada e articuladora. Tal problemática se explicita no depoimento de um agente pastoral, recordando com saudades o tempo passado. Vejamos:

"(...) Tinha treinamento no Santa Helena duas vezes por ano, a primeira turma, a segunda turma, com um trabalho de reflexão, conscientização, plenário, grupo. O povo aprendeu com isso. Aí foi a sementeira das lideranças. Cada treinamento tinha uma turma nova de lideranças. Outro dia me falaram: quem nós vamos deixar para continuar nosso trabalho se não estão fazendo mais nada? (...) O pessoal está o mesmo, cansado, não pega mais povo novo para treinar, para ir continuando. Muita gente saiu, foi para o Partido dos Trabalhadores e está acabando o trabalho de comunidade. Então o povo já começa ir de novo para o Convento da Penha, Catedral, os cultos já vão esvaziando bastante. Pois é uma dinâmica que tem que ser sustentada, alimentada sempre, introduzindo algo novo. Havia muitos assessores de fora ou assessores daqui. Era um ambiente muito fraterno, de solidariedade, de amizade, de companheirismo. Eram encontros de três dias, o pessoal ficava muito junto. Depois eles desapareceram. O povo tem sentido muita falta." (71)

Em 1974 circulava a "Folha da Periferia", um boletim, para as comunidades da periferia, que foi o embrião para o folheto litúrgico "Caminhada", hoje largamente utilizado nas celebrações das comunidades eclesiais. (72)

70. SIDAV, Ano IV, Nº 24, (março de 1975). Relatório do Centro de Documentação (jan. 1977). Relatório do Setor Ubú, Anchieta (Outubro de 1977).

71. Depoimento Nº 13.

72. D. Geraldo L. ROCHA e Marlene Cararo Pires, História da caminhada pastoral da Arquidiocese de Vitória.

Diante do projeto de implantação da Siderúrgica Tubarão, em 1974, a Igreja de Vitória convidou vários órgãos do governo do Estado do Espírito Santo, para o estudo dos planos do futuro no que diz respeito aos problemas industriais, novos portos, turismo e urbanismo. Diversos encontros foram realizados para o estudo deste tema, assessorados pelo sociólogo Tarcísio Leal e coordenados por uma comissão especialmente formada.

A comissão promoveu o primeiro encontro de Pastoral Urbana no mês de julho. Convidaram pessoas que já possuíam experiências de pastoral em cidades industriais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Juíz de Fora.

No encontro, um padre de Vitória assumiu a organização da Pastoral Operária. Três operários foram escolhidos para representar Vitória no Congresso da Ação Católica Operária, no mês de setembro de 1974, em São Paulo. Em seguida, esses operários e o padre iniciaram diversas atividades e estudos para estruturar a Pastoral Operária.

Com o encontro da Pastoral Urbana a Arquidiocese de Vitória tornou-se conhecida e trouxe pessoas novas para aqui atuarem, como agentes de pastoral. O evento foi, também, o embrião da idéia do primeiro encontro inter-eclesial das comunidades de base, quando D. Luís e D. Waldir Calheiros discutiram os primeiros itens para a sua realização.

Padres, religiosos e lideranças leigas realizaram muitos estudos em vista de superar dificuldades de comunicação e linguagem e responder aos desafios pedagógicos surgidos no

contato com a população católica. Na área da pedagogia de adultos estudaram principalmente as obras de Paulo Freire. As idéias básicas deste educador, sobre a pedagogia libertadora, foram sintetizadas num documento intitulado de "Documento da TFP", Documento da Teoria de Freire, Paulo, usando a sigla do movimento católico conservador da "Tradição, Família e Propriedade", como forma de disfarce contra a repressão política existente na época. D. Fragoso, um dos assessores nos estudos sobre a pedagogia libertadora, apresentava a organização pastoral como um processo vagaroso, orientando-se sempre pelo ritmo do povo.

O primeiro encontro inter-ecclesial realizou-se em Vitória, nos dias 6 a 8 de janeiro de 1975, com o seguinte tema: "Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito Santo". Participaram como peritos Frei Leonardo Boff, o Mons. Gerard Cambron, o Frei Carlos Mesters, o Mons. Marcelo Carvalheira, o Pe. Eduardo Hoornaert e o sociólogo canadense Thomas Bruneau presente como convidado especial. (73)

Em fevereiro de 1975 os Irmãos de Taizé, que coordenavam a Pastoral de Juventude, promoveram na Arquidiocese o "Concílio de Jovens", com participantes do Espírito Santo, de outros Estados e de países da América Latina. Teve como objetivo dar maior impulso à pastoral dos jovens e orientar a atuação deles para o meio popular. (74)

73. SEDOC, Vol. 7, Maio 1975, 81.
SIDAV, Ano IV, Nº 23 (fevereiro de 1975).

74. Idem.

No final desse mês, Frei Carlos Mesters assessorou um encontro para agentes de pastoral e lideranças, cujo conteúdo consistiu em temas referentes ao Inter-ecclesial das CEB's. Junto com um programa de estudo bíblico. Em abril, D. Paulo Evaristo Arns coordenou um encontro com lideranças das comunidades, no qual relatou as experiências pastorais da Arquidiocese de São Paulo.(75) Mons. Marcelo Carvalheira, que na época estava na Arquidiocese de Olinda e Recife, assessorou o encontro anual do clero estudando o tema: "Teologia e Espiritualidade do Serviço". Pela primeira vez, os agentes leigos de pastoral participaram do encontro do clero.

O Boletim "Caminhada", folheto litúrgico e informativo, nasceu na primeira semana de novembro de 1975, para responder à necessidade das comunidades de celebrarem sua fé. (76)

No encontro do clero realizado em janeiro de 1976, os sacerdotes propuseram a criação de novos serviços na Igreja. Os leigos receberam a permissão para fazer batizados e casamentos. A primeira confirmação dos ministros leigos para o batismo e matrimônio foi nas áreas pastorais do interior. Na região de S. Domingos, a primeira a receber os ministros leigos, houve uma missão preparando o povo para este novo serviço.

Vitória sediou pela segunda vez o encontro inter-ecclesial das CEB's, realizado em julho de 1976. Ele continuou e aprofundou os temas do primeiro encontro. O tema proposto foi:

75. SIDAIV, Ano IV, Nº 25 (Abril de 1975).

76. Boletim Caminhada, Nº 1, Nov. 1975.

"A Pedagogia Libertadora das CEB's.". Entre os participantes estavam representantes de diversas dioceses do Brasil, das Igrejas do México, Chile, Perú, Bélgica, Alemanha e Áustria. Destacou-se nesse encontro a presença dos próprios coordenadores das comunidades.(77)

Em agosto, os padres João Batista Libâneo e Hugo Paiva realizaram uma missão com todos os padres, sob a forma de estudos em cada área pastoral. Em certos encontros os leigos estavam juntos com os padres. (78)

Algumas missões foram programadas e coordenadas por D. Luís para as paróquias de Rio Bananal e Linhares, desenvolvendo um programa que consistia em avaliar as atividades dos católicos e estudar as pistas pastorais. A primeira missão ocorreu em maio e a segunda em agosto. (79)

A primeira Assembléia Arquidiocesana realizou-se em outubro, com a participação ainda restrita ao clero e ao COPAV. Avaliou-se o trabalho pastoral e discutiu-se a proposta e plano para toda diocese. Retomaram as Pistas Pastorais. A Igreja Particular definiu sua identidade na opção pelo povo pobre e marginalizado e colocou-se a serviço da construção da sociedade nova e do nascimento do homem novo. As experiências da base apontaram as pistas orientadoras da evangelização. A Assembléia tomou as seguintes decisões:

1. Levar o povo marginalizado a uma experiência de participa-

77. SEDOC, Vol. 9, (outubro 1976).

78. Boletim Caminhada, N° 44, (08/08/1976).

79. Boletim Caminhada, N°s 46 e 47.

ção;

2. Deixar o leigo participar, não por ser pouco o clero, mas por convicção da importância e da necessidade de sua participação, por uma nova visão da Igreja;
3. Lutar pelo povo marginalizado e fazer com que ele ligue a Fé com a Vida. (80)

A avaliação sobre a pastoral destacou os seguintes itens:

- a opção pelos oprimidos,
- a preocupação com a religiosidade popular,
- a necessidade de uma pastoral de pequenos grupos e os problemas para uma pastoral de massa,
- a busca de uma pedagogia libertadora,
- a organização da ação pastoral. (81)

Na pastoral diocesana outros fatos marcantes ocorreram no ano de 1976:

- início das atividades da Juventude Operária Católica (JOC);
- a prelazia da Lábrea, Amazônia, foi assumida dentro do projeto Igrejas Irmãs; (82)

80. Relatório da Ia. Assembléia Arquidiocesana (22-23/10/1976)

81. Idem.

82. "Surgiu, em 1972, a idéia da Arquidiocese adotar a Prelazia de Lábrea (Amazonas), como Igreja-Irmã. A realidade da Prelazia foi estudada por vários grupos, em épocas diferentes. Vários cursos foram ministrados, com grande participação do pessoal da localidade. Foram cursos de saneamento e saúde, artes manuais, agentes pastorais e líderes de comunidades de base. A partir de 1977, durante o mês de julho, a Prelazia de Lábrea tem recebido uma equipe de religiosos e leigos de Vitória, para uma assessoria junto aos trabalhos pastorais." Relatório da Arquidiocese de Vitória para a Visita ad limina, 1980.

- tentativas de dinamizar os grupos de classe média para se colocarem a serviço das classes populares. Isto foi feito através do movimento de Cursilhos de Cristandade, cujos trabalhos foram assumidos por D. Luís, Frei Betto e Frei Lauro;
- transformação da Cáritas em uma equipe de assessoria sócio-econômico-política da Arquidiocese para responder às necessidades das CEB's.;
- distribuição do manual sobre as eleições para ser estudado nas comunidades;
- encontros e palestras com o teólogo italiano Arturo Paoli, que naquela época vivia na Venezuela.

As atividades formativas continuaram em 1977 para o clero, religiosos, agentes e lideranças das comunidades. Destacaram-se as assessorias do Pe. João Batista Libâneo e Pe. Hugo Paiva. Em julho começou a funcionar o Centro de Treinamento da área de Colatina.

Enumero, a seguir, os principais acontecimentos de 1977:

- o setor de comunicação da Arquidiocese assumiu a missa pela televisão, aos domingos, passando a exercer forte influência nas comunidades da periferia e zona rural;
- representantes de Vitória participaram do II Encontro Interdiocesano da Comissão de Pastoral da Terra, junto com agentes das dioceses de São Mateus, Caravelas (Ba), Ilhéus (Ba) e Teófilo Otoni (MG). Este encontro realizado no final do ano foi o primeiro impulso para a criação da Comissão Pastoral da Terra na diocese;
- lançamento do documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Po-

lítica", pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Este texto foi traduzido para uma linguagem mais simples, foi amplamente divulgado e estudado nas comunidades eclesiais de base. Esses estudos tiveram muita importância no processo de organização da pastoral e contribuíram para as lideranças relacionarem a vivência religiosa com a militância política fora das suas comunidades.

A segunda Assembléia Arquidiocesana realizou-se na Casa de Encontros Santa Helena, nos dias 29 e 30 de outubro, com a assessoria do Pe. Hugo Paiva. Entre os vários pontos positivos apresentados na avaliação, destacou-se a pastoral de conjunto com os vários fatos que comprovaram as tentativas de ligar Fé e vida. O grupo reunido percebeu que o trabalho pastoral depende de um bom conhecimento do meio social e da consciência política e acentuou a importância do trabalho do leigo dando nova vida à Igreja.

A Assembléia assumiu as seguintes prioridades:

1. cuidar de organizar melhor a pastoral de conjunto;
2. continuar dando maior importância às comunidades de base e aos pequenos grupos, para aumentar a participação dos leigos e a descentralização da Igreja Matriz;
3. conhecer melhor a religiosidade popular e seu valor à luz do Evangelho;
4. conhecer melhor a vida e os problemas do povo sobretudo os problemas da classe operária, da cidade, conflitos pela posse da terra, êxodo do campo;
5. cuidar mais da formação dos líderes leigos para que sejam realmente capazes de falar em nome de suas bases;
6. cuidar para que o povo conheça a realidade sócio-política do mundo em que ele vive."(83)

83. Síntese da II Assembléia Arquidiocesana, 29 a 30/11/1977.

No ano de 1978 a pastoral se descentralizou através da reorganização das áreas pastorais com a criação dos Conselhos e seus coordenadores, passando a compor uma equipe de Coordenação.

No mês de maio foi lançada a cartilha "Beabá do Sindicato" elaborada em conjunto com a Diocese de São Mateus, contendo orientações para a formação de sindicatos de trabalhadores rurais.

Em abril saiu o primeiro número do "Boletim da Gente", um periódico informativo publicado pelo Centro de Documentação e Informação de Vitória (CEDIV), divulgado nas comunidades eclesiais de base e em outros Estados.

O programa radiofônico "Caminhada, um encontro de irmãs" foi lançado ao ar em junho desse ano, com a apresentação aos domingos pela manhã e com muita audiência nas comunidades da periferia.

Diversas lideranças das CEB's. representaram a Arquidiocese de Vitória no IIIº Encontro Inter-Eclesial das Comunidades Eclesiais de Base, realizado em João Pessoa no mês de julho.

Na terceira Assembléia Arquidicesana, realizada em outubro, foram apresentadas as Urgências para a Pastoral, tendo que se efetivar no ano de 1979. Toda a Igreja, por meio dos representantes da Assembléia, se comprometeu em:

1. Estimular as CEB's.,
2. Aprimorar lideranças leigas;
3. Intensificar o trabalho de conscientização sócio-política,

com a ajuda do Documento de Puebla. (84)

Através da assessoria do bispo auxiliar de São Paulo D. Angêlo Sândalo Bernardino, os participantes desenvolveram um estudo a partir das urgências pastorais. A reflexão confirmou a necessidade de melhorar o trabalho organizativo das CEB's. As novas necessidades que surgem na Igreja e na sociedade exigem novos ministérios. (85)

Conforme o relatório da IIIª Assembléia Arquidiocesana, as CEB's deveriam aprimorar seus conhecimentos sobre a política e sobre o meio social em que se situam, para se empenharem na transformação do mundo. Estas conclusões permitiram a elaboração do objetivo da Arquidiocese para o ano de 1979:

"A Igreja de Vitória, reafirmando seu compromisso prioritário com as CEB's, quer intensificar, durante o ano de 1979, seu trabalho com os grupos de servidores do povo de Deus, ajudando-os, com pedagogia libertadora, a desenvolverem sua consciência social, econômica e política. Assim fazendo, a Igreja de Vitória deseja contribuir para a transformação da sociedade, ao mesmo tempo que acredita poder dar unidade de objetivo a seu trabalho pastoral." (86)

Todos os membros da Assembléia elegeram pela primeira vez o coordenador de Pastoral.

As comunidades da periferia da Grande Vitória promoveram em setembro de 1978 uma grande assembléia com a participação de representantes de 150 comunidades, somando um total de cinco mil pessoas. Refletiram sobre o tema: "Caminhada - um

84. Ata da IIIª. Assembléia Geral Arquidiocesana, 28-29/11/1978.

85. Idem.

86. Idem. e Boletim da Gente, Nº 7, 1978, p. 2.

povo que luta na fé". (87) Também os jovens da periferia realizaram uma assembléia, na qual avaliaram as atividades da pastoral de juventude e planejaram as tarefas para o ano seguinte. (88)

Os movimentos populares entraram numa efervescente mobilização no ano de 1978. Greves importantes, conflitos de terra, crescimento da violência foram fatos marcantes. Os militantes católicos não se fixaram apenas nas tarefas eclesiais. Preocupados em responder àquilo que, no entender dos católicos, corresponde às necessidades do movimento popular, a Igreja criou a Comissão de Justiça e Paz e a Comissão de Pastoral da Terra. (89)

As enchentes de janeiro e fevereiro de 1979 levaram a Igreja a assumir a luta dos flagelados. Foi um momento de solidariedade humana: "o povo salvou o povo", foi o lema de todo um movimento com significativa experiência de organização. (90)

87. Idem. e Boletim Caminhada, N° 165 (24/09/1978).

88. Boletim Caminhada, N° 175 (03/12/1978).

89. Boletim da Gente - N° 7 - 1978 - p. 6. (24/09/1978)
 LYRIO, D. Geraldo e Marlene - História da Caminhada Pastoral da Arquidiocese de Vitória - 1984 - Mimeo.
 1978 - Ano de Eleições Políticas, Deputado Estadual, Federal, Senadores.
 12 de maio: é preso e torturado no Recife pela Polícia Federal o estudante Edval Nunes da Silva - o Cajá - membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese.
 Greve dos Metalúrgicos do ABC - São Paulo;
 27 de agosto - O Movimento do Custo de Vida é proibido de realizar manifestações na Praça da Sé, São Paulo.
 Cadernos do CEAS - pág. 7, 13 - N° 56, Julho/Agosto 1978.
 Editorial do CEAS - N° 57 - Setembro/Outubro - 1978- pág. 5-9.

90. Ata da 20a. Sessão Plenária do COPAV - 5 e 6 de maio de 1979 - pág. 2.

O setor de comunicação começou apresentar na TV Vitória o programa "Caminhada, povo que luta na fé", aos domingos, das onze ao meio dia. Com conteúdo variado, nele constavam: apresentação de grupos teatrais das comunidades, temas da liturgia dominical, entrevistas, cantos, reflexões e comentários sobre o Documento de Puebla, etc.

A IVa. Assembléia Arquidiocesana aprovou as seguintes prioridades para o ano de 1980:

1. Aprofundamento da fé;
2. Conscientização política;
3. Formação dos servidores do povo de Deus;
4. Formação dos Conselhos de Pastoral;
5. Pastoral Familiar e Juventude. (91)

Enumero importantes fatos do âmbito eclesial acontecidos no ano de 1979:

- A Comissão de Justiça e Paz criou a CDM, Comissão de Direito à Moradia, que passou a atuar junto às diversas ocupações clandestinas de terra na periferia das grandes cidades. (92)
- Muitas comunidades estudaram as conclusões da Conferência Episcopal de Puebla. (93)
- Organizou-se o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que assumiu o acompanhamento dos índios Guaranís (60 índios) e

91. Ata da 4a. Assembléia Arquidiocesana - 27 e 28 de outubro de 1979 - pág. 3.

92. Relatório das Atividades Pastorais Urbanas da Igreja de Vitória - Setembro de 1980. pág. 3.

93. Ata da 4a. Assembléia Arquidiocesana - 27 a 28 de outubro de 1979 - pág. 2.

Tupiniquins (700 índios) no município de Aracruz. (94)

Neste ano, os dois grupos indígenas realizaram uma ocupação organizada de suas terras, tomadas pela Companhia Reflorestadora Aracruz Celulose. (95)

- A Pastoral Operária (PO) concentrou seus esforços em atividades junto aos trabalhadores da construção civil e no setor metalúrgico.

A Assembléia Arquidiocesana de 1980 confirmou todas as prioridades assumidas na assembléia anterior e permaneceram como princípios orientadores das atividades pastorais até 1982. (96)

Os trabalhos realizados pela Comissão de Pastoral da Terra levaram à organização de grupos de lavradores em toda a região de Colatina. Todos os esforços da CPT nessa área contribuíram para a vitória da chapa de oposição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no início de 1980.

Com a participação de D. Moacyr Grechi, bispo de Acre e Purus e do sociólogo Dr. José Souza Martins, realizou-se o encontro de atualização pastoral sobre as Migrações e Problemas de Terra no Brasil.

94. Aracruz é o município da Região de Linhares onde a terra se encontra mais concentrada, retratado na existência de 1 propriedade com 40.000 ha. (40% do município) da Aracruz Celulose. (pág. 57 e 97 - Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa IV - Linhares - Relatório Preliminar - vol. I, Instituto Jones dos Santos Neves.

95. Boletim da Gente - Nº 11 - Março/Abril 1980 - págs. 21-22-Vitória.

96. Ata da 5a. Assembléia Geral da Arquidiocese de Vitória, 25 e 26 de outubro de 1980, pág. 4. Vitória. Mimeo.

A área da Grande Vitória reorganizou-se com uma nova estrutura pastoral, quando foi formado o Conselho de Periferia, o Conselho das Matrizes, a Pastoral Ambiental e Serviços (PAS) e desses grupos formou-se a coordenação pastoral da Grande Vitória.

Em outubro de 1981, D. Silvestre Scadian passou a ser o bispo coadjutor, substituindo D. Luís, que havia sido transferido para a Diocese de Campina Grande na Paraíba. A mudança de bispos causou insegurança e perplexidade na maioria das lideranças comunitárias. (97)

Na Assembléia Arquidiocesana (1981) foram apresentadas as seguintes sugestões:

- Dar maior atenção ao mundo do trabalho e à Pastoral operária;
- Assumir mais atividades com os trabalhadores rurais, urbanos e sindicatos;
- Apoio da diocese para a Comissão de Pastoral da Terra, para a Pastoral Operária e para a Juventude Operária Católica (JOC);
- Iniciar um trabalho mais direto ao lado dos grupos indígenas Tupiniquins e Guaranis, para a defesa de suas terras;
- Preocupar com a Pastoral Vocacional,
- Cobrar a realização das prioridades na próxima assembléia."(98)

No ano de 1982, a Assembléia Arquidiocesana voltou a discutir as suas prioridades. Apenas duas foram estabelecidas uma voltada para a organização interna das comunidades eclesiais de base, e a segunda, para orientar a militância dos católicos no mundo do trabalho. A primeira prioridade determinou

97. D. Geraldo Lyrio ROCHA e Marlene Cararo, História da Caminhada pastoral de Vitória.

98. Prioridades da Arquidiocese de Vitória (mimeo.).

a formação de equipes de serviços nas comunidades e a organização dos Conselhos em todos os níveis. A segunda estabeleceu a continuidade dos trabalhos de conscientização sócio-econômico-política, dando maior atenção à vida do trabalhador e incentivando a participação e organização do povo na vida política (partidos, sindicatos e movimentos populares). (99)

Além das prioridades, a Igreja de Vitória, através dos representantes presentes nessa Assembléia, assumiu o objetivo geral da CNBB:

"Evangelizar a sociedade brasileira em transformação a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa coerente participação e comunhão, visando construir uma sociedade fraterna, anunciando assim, o Reino definitivo." (100)

Em 1983 criou-se o Conselho dos Movimentos de Vitória (COMOV) a convite do Conselho de Pastoral, com a participação dos seguintes grupos: Associação de São Vicente de Paula, Liga Católica, Movimento Familiar Cristão, Pastoral Familiar da Catedral, Geração Nova, Encontro de Casais com Cristo, Renovação Carismática, Legião de Maria, Cursilho. A formação do COMOV foi resultado dos conflitos já existentes entre setores da classe média, Matrizes dos centros urbanos e parte do clero e leigos, com a proposta inovadora da pastoral nos últimos anos.

Nesse mesmo ano aconteceu em Canindé, no Ceará, o Vº Encontro Inter-ecclesial das Comunidades Eclesiais de Base, com o tema: "CEB's., povo unido, semente de uma nova sociedade".

99. Idem.

100. Povo que luta, (Fev. 1983).

Algumas lideranças das CEB's estiveram lá representando a Arquidiocese de Vitória.

A VIIIa. Assembléia Arquidiocesana (1983), assessorada pelo pastoralista Frei Betto, votou pela permanência das duas prioridades, sendo que todos deveriam se empenhar mais no trabalho de conscientização sócio-econômico-política. (101)

Em 1984, o setor de comunicação lançou o "Jornal da Arquidiocese" cumprindo um pedido realizado pelo COPAV. A Pastoral Operária organizou um seminário para estudar sobre a Central Única dos Trabalhadores e sobre o Projeto de Deus Libertador na Bíblia. (102)

Na cidade de Marilândia, norte do Estado, foi realizada a primeira Assembléia das Comunidades Eclesiais de Base do Estado do Espírito Santo, com a participação de representantes das três dioceses: Cachoeiro do Itapemirim, Vitória e São Mateus. (103)

Foi organizada a Comissão Diocesana de Pastoral da Juventude para articular as atividades de avangelização com os jovens em todas as áreas pastorais. O Pe. Jorge Boran, assessor da Pastoral de Juventude da CNBB, colaborou no encontro diocesano dos jovens. (104)

As duas prioridades passaram por pequenas modifica-

101. Relatório da VIIIa. Assembléia Arquidiocesana, 15-16/11 de 1983.

102. Jornal da Arquidiocese, (Set./Out. 1984):7.

103. Jornal da Arquidiocese, (Set./Out. 1984):8.

104. Jornal da Arquidiocese (Jun. 1984):5.

ções na IXa. Assembléia Arquidiocesana, ocorrida em outubro de 1984, com a assessoria de Pedro Ribeiro de Oliveira, do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER). As prioridades foram assumidas nessa Assembléia com validade para o biênio 85 e 86.

O processo renovador da Igreja na Arquidiocese de Vitória está realizando uma etapa de fundamental importância na sua história. O Conselho de Pastoral lançou a proposta de Avaliação, Aprofundamento e Reflexão da Pastoral da Igreja de Vitória, com um programa de atividades dividido em oito momentos, tendo o encerramento previsto para o ano de 1986. Acrescento que esse cronograma já foi alterado e a Grande Avaliação deverá se estender por mais algum tempo.

Na Carta Pastoral de convocação para a Grande Avaliação, falam os bispos:

"À luz da Palavra de Deus e dos ensinamentos da Igreja, queremos recolher todos os valores adquiridos durante anos de dura caminhada. Não se trata, absolutamente, de abandonar a estrada aberta sob a inspiração do Vaticano II e ampliada pelos ensinamentos de Medellín e Puebla, de acordo com as diretrizes da CNBB e em estreita comunhão com a Sé Apostólica. Trata-se, sim, de acertarmos o passo em nosso caminho, para que possamos caminhar juntos e integrados numa ação pastoral que seja o mesmo rumo. Isto é importante uma vez que buscamos o mesmo objetivo: edificar a Igreja viva de Cristo, sinal e fermento do Reino de Deus, em vista da transformação dos homens e do mundo." (105)

Todo o programa de avaliação será assessorado pelos jesuítas do Instituto Santo Inácio de Belo Horizonte e pelo sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira com a equipe do ISER. O

COPAV deverá acompanhar cada momento do processo e avaliá-lo constantemente.

A proposta de realizar uma "Grande Avaliação" foi justificada pelas mudanças significativas que ocorreram nos últimos anos, como: substituição de D. Luís Fernandes por D. Silvestre, a morte do Arcebispo D. João Batista, a nomeação de D. Geraldo Lyrio como bispo auxiliar, a mudança de vários agentes pastorais, o crescimento de diversos movimentos de Igreja.

Há uma preocupação por integrar todos os participantes da Igreja numa única pastoral de conjunto, pois existem paróquias e movimentos que não adotam inteiramente o projeto eclesial inovador. Pretendem no processo avaliativo retomar as Pistas Pastorais surgidas em 1974 e redefiní-las.

O documento elaborado pelo COPAV para o lançamento da proposta faz algumas observações gerais. Dentre elas destaco as seguintes:

"O projeto tem também uma dimensão missionária: dar oportunidade para aqueles que ainda não entraram nesta caminhada que a Igreja propõe hoje. Buscar grupos ou categorias que ainda não conseguimos atingir." (106)

Através das leituras dos documentos produzidos, a partir do propósito de avaliar, percebe-se em evidência o discurso institucional insistindo na unidade, cujo resultado prático se traduz em maior envolvimento da massa dos católicos. Entre o grupo de agentes, identificados enquanto progressis-

106. Secretariado de pastoral, Proposta de reflexão, aprofundamento e avaliação da caminhada pastoral da Arquidiocese de Vitória, 1984.

tas, a busca da unidade tende a criar uma certa desconfiança e permite associar com maior facilidade, com a conjuntura da Igreja Universal no processo recente de conservadorismo moderno.

Concluindo: tive como intento nessa parte de meu trabalho, elaborar uma pequena síntese da história eclesiástica do Espírito Santo, mais especificamente, nos antecedentes do projeto inovador católico em Vitória.

Na primeira parte mostrei os primeiros esforços da Igreja se instalando junto ao processo colonizador português. Em seguida, criada a Diocese do Espírito Santo, o catolicismo oficial buscou firmar-se e organizar-se administrativamente, com um número de católicos que acatam aos sacramentos ministrados enquanto sustentam a prática religiosa devocional. As bases do projeto inovador, como foram mostradas na terceira parte, tiveram a seu favor a conjuntura da Igreja Universal, modificando-se com o Concílio Vaticano II. E, finalmente, os dez anos, período específico de minha análise, em que se percebe os agentes eclesiásticos e leigos católicos criando uma metodologia com fins renovadores, ao mesmo tempo que se modificam nesse empenho. Porém, a conjuntura interna e externa ao meio católico, manifesta, numa tendência progressiva, adversidades ao projeto comunitário de Evangelização.

Nesta primeira parte pretendi dar uma visão global histórica da Igreja na Arquidiocese de Vitória. As atividades realizadas com o objetivo de modernizar a estrutura católica após o impulso do Concílio Vaticano II, foram relatadas nos dois últimos períodos, que abrangem os anos de 1958 até 1984. A importância desses períodos para a análise desenvolvida nessa pesquisa justifica os detalhes descritos. No capítulo que segue, o leitor receberá informações sobre o funcionamento da estrutura pastoral, em que procuro destacar toda a infra-estrutura criada para sustentar as comunidades eclesiais de base e as formas articuladoras das mesmas.

SEGUNDO CAPÍTULO

A ESTRUTURA PASTORAL

Após uma rápida inspeção diacrônica já realizada, passarei à descrição sincrônica da pastoral da Igreja, em Vitória. Essa pastoral pretende não se nortear segundo planos prontos e acabados. Há um esforço por uma proposta organizativa que se concretiza gradativamente a partir de prioridades nas diversas instâncias: comunidades, paróquias, áreas pastorais. Todas elas articuladas entre si. A Arquidiocese possui uma estrutura organizada em função da pastoral. Esta, como é sabido, procura unir-se imediatamente à vida cotidiana dos implicados. Daí, percebe-se o caráter dinâmico e mutável da concepção de plano. (1)

1. A Comunidade Eclesial de Base

A estrutura pastoral cria e orienta todo um movimento de evangelização sustentado pela comunidade eclesial de base. Nessa perspectiva, a comunidade assume uma tarefa nuclear de caráter eminentemente organizativo, diversificando-se das outras instâncias da estrutura eclesial, em que o esforço arti-

1. Vide em ANEXO, Quadro Nº II, Organograma Pastoral da Arquidiocese de Vitória.

culador tem grande responsabilidade na eficácia do projeto católico.

A importância das CEB's, na Igreja de Vitória, se explicitou nos primeiros resultados da Grande Avaliação, num trabalho interpretativo de Pedro Ribeiro de Oliveira: "(...) Muitas dioceses do Brasil têm CEB's, mas continuam sendo dioceses de paróquias. Se acaso as CEB's viessem a desaparecer, a estrutura paroquial manteria a diocese em funcionamento. Em Vitória, ao contrário, se as CEB's desaparecessem haveria um colapso pastoral pelo menos na maioria das suas áreas. A estrutura paroquial, embora se mantenha juridicamente, não é mais a base de funcionamento da pastoral diocesana. (...) é através das CEB's que a Igreja tem seus principais meios de presença e atuação no mundo"(2).

Com os primeiros dados recolhidos pela Grande Avaliação e um mapeamento das CEB's, Pedro Ribeiro comenta os números ressaltando a importância das mesmas: "A existência de quase 1.200 comunidades eclesiais de base (...) numa diocese com quase 1.500.000 habitantes, é uma evidência que merece consideração. Em média, são cerca de 250 famílias por comunidade"(3).

Quanto à vida das CEB's, vejamos o seguinte comentário do mesmo sociólogo: "Outro dado significativo é o que diz que a metade das CEB's estão estabilizadas em número de mem-

2. Pedro A. Ribeiro de OLIVEIRA, A nova forma da Igreja de Vitória, p. 3-4.

3. Id., Ibid.,

bros, quase outro tanto estão em crescimento e poucas estão em declínio. Tudo indica que na Arquidiocese de Vitória as CEB's já não são mais 'experiências' pastorais, mas a forma normal da Igreja ser" (4).

Tal evidência dada às CEB's, soma-se aos motivos que confirmam a necessidade de efetivar um estudo sobre o projeto católico em Vitória, no âmbito interno, como já foi afirmado acima (5), separadamente do que vem a representar tal proposta para a Igreja no Brasil. Minha pesquisa realizou-se conforme a primeira perspectiva, tentando detectar possíveis contradições pedagógicas da pastoral comunitária, desde as etapas organizativas iniciais até os sinais comprobatórios de sua eficácia.

O conceito de comunidade eclesial de base foi recolhido, por mim, nos próprios depoimentos de D. Luís, ainda bispo nessa arquidiocese. Vejamos:

"As comunidades sempre partem de um núcleo religioso por isso a principal característica é o caráter religioso, nunca o núcleo político. Passam por processo vagaroso de transformações, decorrente do desdobramento da fé, pela descoberta do outro, numa dimensão puramente religiosa." (6)

"A pequena comunidade é a chance do povo de ser e viver Igreja. É também, uma mão longa da Igreja estendida ao povo. É a oportunidade do povo de ser Igreja e da Igreja de se recuperar nesse chão maravilhoso do mundo dos pobres, de ele chegar até o povo." (7)

"É o jeito da Igreja se beneficiar, se enriquecer e crescer graças ao ilimitado cabedal de forças, de

4. Id., Ibidem.

5. Vide Apresentação, p. 3.

6. D. Luís Fernandes, In. Maria Laura SCHNEIDER Duarte, Isto não se aprende na Escola, pp. 42.

7. Id., Ibid., p. 44.

valores, não só antropológico, mas também, de fé , que estão na alma deste povo. As comunidades são como rebentos no velho tronco da Igreja." (8)

Um importante documento, muito utilizado pelos agentes pastorais, desde 1974, assim define uma Igreja comunitária:

"Massa é diferente de comunidade. Quando o templo está cheio de gente assistindo missa, pode ser que essas pessoas nada tenham em comum entre elas: isto é massa. Na massa as pessoas estão umas ao lado das outras. Na comunidade as pessoas estão umas em frente às outras. Há algo em comum entre elas. Imaginem uma família de 50 membros: uns nem conhecem bem os outros. Numa família de 5 membros todos se conhecem. Por isso devemos formar, promover e dinamizar Comunidades Eclesiais de Base - CEB's. Onde se reúne um grupo de cristãos da mesma rua, do mesmo bairro, do mesmo local de trabalho, lá existe uma CEB, uma comunidade de Igreja" (9).

O documento acima mostra como a pastoral opta por uma evangelização em pequenos grupos. Isso colocado num contexto de práticas religiosas cristalizadas ao longo do tempo, certamente resulta em problemas, como dá a entender o seguinte comentário:

"Persiste um arraigado 'catolicismo tradicional' que:

- 1 - dificulta a compreensão de uma Igreja que busca a transformação da sociedade.
- 2 - condiciona as lideranças e as mantém numa atitude de excessiva dependência (diante dos padres)." (10)

Como vimos, o processo organizativo da pastoral se desenvolve fundamentado nas pequenas comunidades. A estrutura

8. Id., Ibid., p. 45.

9. A Igreja que a gente quer, REB, vol. 35, fasc. 138, (jun. 1975).

10. Relatório da II Assembléia Arquidiocesana, (Out. 1977):5.

que se cria esforço para atingir dois níveis: num primeiro, organiza-se o espaço religioso, onde os membros da comunidade celebram e alimentam a fé; num segundo, anima-se os cristãos para interferirem no plano social, com o objetivo de provocar mudanças no meio em que vivem. No esforço modernizador de suas estruturas a Igreja faz constante referência ao social.

Essa dinâmica organizacional é confirmada no seguinte depoimento:

"Na medida que está organizado o religioso, você tem mais condições de partir para organizações extras ao templo, à Igreja. A mentalidade do pessoal é religiosa, tem que responder ao desejo deles, porque enquanto mais ou menos encaminhado, outra coisa é difícil. Mas, quando se tem o lado religioso organizado, aí é mais fácil. Então, aqui também vamos tentar organizar o religioso que está difícilimo, para depois tentar partir para uma coisa de sindicato."(11)

Descreverei a seguir, os diversos níveis em que se efetiva o propósito organizativo e articulador da pastoral católica em Vitória.

11. Depoimento Nº 20.

2. As Equipes de Serviços

A cartilha "Os conselhos que a gente quer", elaborada pela coordenação pastoral, oferece a forma e o conteúdo da organização das comunidades eclesiais, sendo usada para estudo em seus encontros. Na parte em que se refere às equipes de serviço expõe os motivos e fundamentos para as pessoas que assumirão os trabalhos.

"Todo cristão, sem distinção, é chamado a ser um SERVIDOR. Por isso falamos que toda a Igreja é MINISTERIAL, é servidora. Quem não tem vocação para o serviço, não pode dizer que é Igreja." (12)

Nesse conceito de ministério, se percebe um movimento a se deslocar da hierarquia, enquanto adjetivado por eclesial, para os demais católicos, se traduzindo em serviço. Esse dado aumenta a complexidade do que se quer definir como participação, na vida comunitária. Voltarei a esse tema mais adiante.

Volto ao documento citado acima, continuando a descrever as equipes de serviços:

"Nós todos formamos um corpo, cuja cabeça é Jesus Cristo. Mas este corpo ainda não está completo. Ele vai se formando com a colaboração de cada um de nós. Por isso, na Igreja, as tarefas são diferentes. E isso é bom. Porque assim entendemos que todos precisamos uns dos outros e que ninguém se salva sozinho. Todos nós temos um dom, um jeito especial para alguma coisa. Portanto, todos nós podemos participar de alguma equipe. E devemos estar sempre prontos para o serviço que nossa comunidade precisar." (13)

D. Luís nos fala do valor e da necessidade das equipes de serviços:

12. Os Conselhos que a gente quer, p. 14.

13. Idem.

"O importante na comunidade é o trabalho em equipes, com a possibilidade de renovação de elementos, a fim de dar vez a todos e de exercitar atitudes e atividades de participação. A comunidade descobre "os dons" das pessoas para servirem ao povo; essas pessoas se juntam no trabalho, na reflexão e ação; nascem as equipes de serviços: catequese, celebração, visita aos doentes, jovens, senhoras, comissões de bairro, etc."(14)

Tais equipes são organizadas conforme a necessidade e as circunstâncias de cada setor social, região e funções ministeriais. Elas são constituídas tendo em vista a efetivação prática das comunidades de base, enquanto espaço de celebração da fé, ou dirigidas para o contexto social, como locus para a concretização do projeto de mudança social. Além das equipes citadas por D. Luís, encontramos comunidades que reiventam suas equipes, dando-lhes finalidades preponderantes em cada caso. Porém, algumas equipes concentram-se preferencialmente, mas não exclusivamente em obras de caridade, catequese, culto, canto, "tocadores" (músicos instrumentistas que acompanham os cantos), preparação para os sacramentos, catequese com pré-jovens, animadores de festas, leiloeiros, economia (atividades administrativas e finanças), dízimo, zeladores do salão comunitário da capela, etc.

Os membros das comunidades de base são constantemente convidados para se empenharem nesses grupos. É muito comum acontecer o fato de uma pessoa participar de várias equipes ao mesmo tempo devido à falta de novas lideranças. O relatório do encontro de agentes pastorais das áreas do interior enumera dificuldades encontradas nos trabalhos comunitários. Entre as

14. D. Luís Fernandes, 1980.

primeiras, colocam as dificuldades dos agentes:

"Sobrecarga pela falta de agentes, pela não divisão de tarefas." (15)

3. Conselho da Comunidade

Depois de organizadas as equipes, cada uma escolhe um ou dois membros para representá-las num âmbito maior, no Conselho da comunidade. Conforme D. Luís, nesse Conselho:

"(...) se reflete e se decide comunitariamente. Na prática, se aprende a viver a mística da fraternidade e se exerce aquilo que é negado na sociedade: participar e influir nas decisões." (16)

As pessoas integrantes do Conselho devem estar atentas a tudo o que acontece - nas equipes, na comunidade eclesial, no bairro, na cidade, na vila, na roça, na fábrica, no Brasil, na América Latina e no mundo. Devem elaborar, de maneira refletida as conexões entre fé e vivência, possibilitar a identificação de problemas, procurando indicar suas causas, sempre à luz da Bíblia, principalmente do Evangelho. Deve-se estudar os documentos da Igreja e outros escritos sobre a sociedade. (17)

No parecer da coordenação pastoral esse Conselho cumpre uma tarefa compreendida como "serviço" ajudando na ampliação e no aprimoramento das equipes e da comunidade como um todo. Mas o Conselho não se limita a estas funções reflexivas,

15. Relatório do Encontro dos Agentes do Interior (30/06 - 01/07 de 1984) (Mimeo.).

16. D. Luís Fernandes, 1980.

17. Os Conselhos que a gente quer, p. 18.

ou pedagógicas. Possui também o caráter de ser um órgão de decisão. Ele só é formado após um longo trabalho de estudo e organização com toda a comunidade e equipes de serviços. Todo o grupo decide o número de membros e representantes das equipes que vão compor o Conselho, e depois, elegerá seus conselheiros. Alguns critérios são utilizados nesta escolha.

Vejamos como a cartilha sobre os Conselhos apresenta os critérios:

"O Conselheiro deve ser formado de:

- pessoas de muita fé e de boa conduta, comprometidas, responsáveis, prudentes;
- pessoas comunicativas e que saibam fazer o leva-e-traz entre as equipes que representam e o Conselho e vice-versa;
- pessoas que sejam capazes de trabalhar em conjunto, em equipes;
- pessoas que assumem a caminhada da Arquidiocese e da Área;
- pessoas que não olham só para sua comunidade, mas estão sempre atentas à caminhada do distrito, do setor, da paróquia, da região, da área, da diocese. Sabe que somos Igreja - não uma comunidade isolada;
- pessoas que abraçam o trabalho de colocar em ação as PRIORIDADES escolhidas por nossa Igreja;
- pessoas que assumem PCA (sic RD) valer, a luta dos pobres. E que para isto estão atentas à vida ao seu redor." (18)

Note-se que os elementos são escolhidos, no processo - pastoral e pedagógico - de acordo com sua capacidade de elevar-se ao universal relativizando o particular e sua inserção dentro dele. Observa-se que os traços e alvos de universalidade são postos como ~~telos~~ a serem conseguidos por todos e cada um dos membros leigos das CEB's. Assim, conforme foi descrito acima, do ponto de vista do saber, precisam chegar ao conheci-

18. Idem, p. 21-2.

mento tanto daquilo que se passa em sua própria comunidade, circunscrita espacial e temporalmente, até os conhecimentos mundiais de âmbito universal. Do ponto de vista prático, ligadas às instituições, devem estar aptas para operar, na paróquia, na Igreja diocesana, no limite da Igreja universal. Sempre realizando, teórica e praticamente, a passagem do universal ao particular e vice-versa.

Deste modo, os Conselhos são lugar de aperfeiçoamento não apenas da pastoral e da população como um todo, mas um órgão que aperfeiçoa (ou pretende) as próprias individualidades que se sobressaem na vida da comunidade eclesial de base. Estas pessoas poderiam ser, em certas teorias sociológicas e políticas, denominadas de elites dirigentes.

O Conselho é renovado periodicamente, de acordo com as condições de cada comunidade eclesial. Com isto, novas pessoas podem exercitar a participação; a comunidade passará pelo exercício de eleições feitas com a participação de todos.

"Assim a gente vai praticando a democracia na comunidade. E isto vai questionando e pressionando a sociedade. Para que a verdadeira democracia seja organizada também no país." (19)

Isto significa, com cautela de minha parte, que os alvos destes Conselhos são mais amplos do que os limites intra-eclesiásticos. Neles poder-se-iam preparar militantes capazes de modificar a prática da população nos termos políticos e sociais. A democracia, aqui, é aprendida não só como um princípio mas como preparação de indivíduos e grupos concretos que irão agir diretamente no social.

19. Idem.

4. O Conselho do Setor

Cada Conselho de comunidade elege dois ou três representantes para participar de um novo Conselho a ser formado, onde estão incluídos representantes das comunidades da mesma região. Os critérios para a escolha dos conselheiros são os mesmos utilizados no nível anterior. Este conselho faz a sua reunião de dois em dois meses com a incumbência de articular e animar as comunidades nele representadas. Os diversos planos das CEB's são discutidos neste Conselho e alguns pontos em comum são assumidos por todo o setor.

Esse Conselho, portanto, também planeja a pastoral de sua região e avalia o desenvolvimento de seu plano. Há sempre a participação de um agente pastoral neste nível. O Conselho promove atividades de estudos sobre problemas da sociedade e de aprofundamento bíblico, treinamentos para animadores de culto, treinamentos para catequistas, para animadores dos grupos jovens, etc.

Nota-se, mesmo na ordem de ampliação espacial de Conselhos, o movimento simultâneo entre o particular e o universal. Isto permite, pelo menos, uma pista para se compreender a lógica de integração utilizada pela Igreja na Arquidiocese de Vitória.

5. Conselho Paroquial

O Conselho paroquial é composto pelos representantes de cada setor, mantendo os mesmos critérios utilizados ante-

riormente. Faz parte de suas atividades articular e coordenar os diversos setores. As sugestões de trabalho de cada setor são discutidas neste nível, resultando daí um plano para toda a paróquia. O processo inclui de um lado a avaliação do desempenho e, do outro, planificação permanente da pastoral. Neste nível, participam os agentes da pastoral, sobretudo o vigário. Além das atividades pastorais, esse Conselho exerce certo controle das atividades financeiras e do setor administrativo da paróquia, havendo alterações em cada circunstância. As reuniões desse Conselho ocorrem trimestralmente.

Conforme D. Luís, este procedimento faz com que se possa dizer:

"Participação e corresponsabilidade podem agora ter sentido real. Desde as bases sobem as propostas e sugestões. As decisões de maior importância para o bem da paróquia inteira são discutidas em todos os níveis e chegam à conclusão no belo Conselho Central (Paroquial) com a palavra final, finalizadora, do pároco." (20)

6. Conselho de Área

A Arquidiocese de Vitória, foi subdividida em seis Áreas pastorais a partir de 1978, conforme foi visto acima. (21) Cada Área possui um Conselho e um coordenador. O Conselho é formado por representantes de cada paróquia, membros do Conselho Paroquial.

"O Conselho de Área é o órgão representativo e apro-

20. D. Luís Fernandes, 1984.

21. Vide Primeiro Capítulo, p. 59. Vide em Anexo, Mapa Nº 2, onde o leitor pode localizar as Áreas referidas.

priado para o planejamento, decisão, avaliação e ação pastoral da Área. Deve ser representativo de todas as forças pastorais presentes na área: CEB's, paróquias, comissões pastorais, equipes de serviços, movimentos. Nele estão presentes animadores, agentes de pastoral, sacerdotes." (22)

Nas seis Áreas pastorais estão incluídas um total de 45 paróquias e 7 setores. (23) A Área da Grande Vitória tem uma subdivisão específica, pelo fato de situar-se no meio urbano. As comunidades da periferia da Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana, formam o Conselho da Periferia, independentemente de suas Sedes Paroquiais. Suas reuniões são bimestrais. As Matrizes dos mesmos municípios formam o Conselho das Sedes Paroquiais, cuja reunião é mensal. Estas Matrizes atuam mais na perspectiva de pastoral de massa, levando em conta as condições específicas dos centros urbanos, pois abrangem pessoas de classe média ou os outros católicos que não frequentam as pequenas comunidades da periferia.

Além desse, há outro Conselho: da Pastoral Ambiental e Serviços - PAS. É formado por representantes de comissões, equipes de serviços e grupos de reflexão, ligados ao Secretariado de Pastoral, tais como: Comissão de Justiça e Paz (CJP), Comissão de Direito à Moradia (CDM), Comissão dos Movimentos Apostólicos de Vitória (COMOV), Equipe da Gráfica, etc. Sua reunião é mensal.

22. Os Conselhos que a gente quer.

23. Vide no ANEXO IV, relação das paróquias da Arquidiocese de Vitória, agrupadas em suas respectivas Áreas.

Com os representantes do Conselho da Periferia, das Sedes Paroquiais, da Pastoral Ambiental e Serviços, forma-se uma coordenação da pastoral da Grande Vitória, também denominada de Colegiada. Dessa, saem os seus representantes para o COPAV.

O coordenador de cada Área Pastoral é eleito pelos membros do próprio Conselho. Geralmente tem sido um padre. Os demais Conselhos de Áreas reúnem-se a cada dois meses para planejar, articular as atividades e avaliar todo o desenvolvimento das propostas eclesiais. Além disso, o Conselho promove encontros maiores para estudar temas relacionados ao programa evangelizador, como: Bíblia, liturgia, religiosidade popular, política, economia, etc. Geralmente, os Conselhos realizam um encontro de três dias no primeiro semestre, refletindo sobre temas relacionados à conjuntura social, econômica e política. No segundo semestre, ocorre outro estudo de aprofundamento bíblico. Os encontros de estudos estão sendo desenvolvidos através de uma metodologia que facilita aos participantes a sua repetição em pequenos encontros nas paróquias, nos setores, nas comunidades.

Essa metodologia pretende orientar-se pelo seguinte processo: no final do encontro da área discute-se a forma de transmitir o conteúdo estudado para a paróquia. Realiza-se, portanto, o mesmo estudo em outro encontro da paróquia, sob a coordenação dos participantes que estiveram no encontro da Área. Os novos coordenadores passam a ser intitulados "multiplicadores". O mesmo processo prolonga-se nas instâncias posteriores.

7. O Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória - COPAV

O Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória é formado por representantes das Áreas, pelo coordenador e secretária da Pastoral e dois bispos.

Segundo seu próprio entender, esse Conselho "tende a integrar na unidade as diversidades peculiares de cada área." Para isto, acrescentam seus representantes: "deve haver um laço forte de solidariedade e colaboração mútua e uma autêntica comunhão entre seus membros" (24).

Nas chamadas Normas Regimentais do COPAV, pode-se ler que sua tarefa consiste em:

"pesquisar os assuntos que se relacionam com as obras pastorais, examiná-las diligentemente, tirar deles as conclusões práticas." (25)

Neste ponto, o referido documento cita o Decreto *Christus Dominus*, do Concílio Vaticano II, manifestando assim, perfeita adequação com as orientações emanadas da Igreja Universal. (26)

O desempenho desse objetivo exige de seus membros uma qualidade e quantidade de informações sobre o setor que representam, possibilitando análises e prognósticos não superficiais, e ocasionando reflexões coletivas, que resultam em soluções e pistas bem delineadas e concretas, orientando assim, prudentemente, o trabalho pastoral.

24. Normas Regimentais do COPAV.

25. Normas Regimentais do COPAV.

26. Decreto *Christus Dominus*, Compêndio do Vaticano II.

O mandato dos representantes é de dois anos, O COPAV tem uma secretária, com a função de estabelecer contatos pessoais com todos os participantes, orientando, estimulando e cobrando estudos e respostas. Esse Conselho reúne-se a cada três meses.

Além do COPAV, há uma coordenação de pastoral composta pelos seguintes elementos: coordenadores de cada Área, secretária e coordenador da pastoral e os dois bispos. Com reuniões a cada dois meses, esse grupo não tem o mesmo poder decisório do COPAV, pois suas funções dirigem-se mais ao aconselhamento, assessoria e informação dos antístites

8. Assembléia Arquidiocesana

Anualmente realiza-se a Assembléia Arquidiocesana, que congrega os presbíteros, os Conselheiros leigos das Áreas Pastorais, alguns seminaristas diocesanos, representante regional da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Pastoral Operária (PO), da Juventude Operária Católica (JOC), da Comissão de Justiça e Paz (CJP), dos Movimentos Apostólicos, dos Serviços Arquidiocesanos, observadores e alguns convidados pelo Secretariado Pastoral. Cabe aos bispos convocar e presidir tal assembléia. A cada dois anos, ela redefine as prioridades e elege o coordenador de pastoral.

No relatório para a visita AD_LIMINÁ em 1980, os bispos referem-se a esta Assembléia nos seguintes termos:

"A Assembléia Arquidiocesana significa o momento mais forte e marcante do nosso ano pastoral. Meses antes levantam-se dados em vista de sua montagem e dinamização. Terminada a Assembléia, resultam opções e prioridades que passam a inspirar todo o andamento dos meses seguintes. Essas prioridades são amplamente aprofundadas em todas as comunidades, nos Conselhos, nos diferentes grupos. Após as Assembléias, são escritas Cartas Pastorais, em linguagem bem acessível a nosso povo, de forma a ajudá-lo a tomar consciência da marcha pastoral." (27)

Os bispos convidam um teólogo e um pastoralista para assessorarem as discussões ocorridas na Assembléia, fornecendo elementos teóricos que orientam o desenlace final.

9. Secretariado da Pastoral

As Áreas Pastorais recebem apoio e são dinamizadas através dos serviços prestados pelo Secretariado de Pastoral, constituído pelo Coordenador, secretário e equipes organizadas em função de algumas necessidades da Igreja local. Alguns agentes, voluntários ou remunerados, se distribuem nas seguintes equipes:

a) Material Litúrgico: essa equipe é encarregada de escrever os textos para os Círculos Bíblicos na preparação para alguns momentos fortes do calendário litúrgico, sendo os seguintes: preparação para a Páscoa, com o Círculo Bíblico seguindo o tema da Campanha da Fraternidade (28); mês de maio,

27. Relatório para a visita AR_LIMINA, 1980.

28. "A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil promove, todos os anos, durante a Quaresma e Semana Santa, a 'Campanha da Fraternidade', cuja finalidade principal é aprofundar a Evangelização entre os fiéis." (Diretório Litúrgico - CNBB, 1986).

sobre a devoção da Nossa Senhora; mês de setembro, comemorando o mês da Bíblia, sobre o tema bíblico escolhido para aquele ano (29); e no final do ano, o Círculo Bíblico que preenche a novena do Natal. Os textos mencionados são redigidos, geralmente, no formato de cartilhas e apresentam linguagem acessível às populações aglutinadas pelas comunidades da periferia e do interior.

b) Equipe de redação do folheto litúrgico "Caminhada".

"O Boletim CAMINHADA, dedicado especialmente às Comunidades Eclesiais de Base, destina-se às celebrações dominicais e círculos bíblicos. O Boletim segue o esquema de oração - reflexão, com leituras bíblicas de acordo com o Diretório Litúrgico. É muito difundido nas Comunidades Eclesiais de Base, tanto na periferia da cidade, quanto no interior. (30)

c) Centro de Documentação e Informação de Vitória (CEDIV). De acordo com o Relatório da Pastoral Social em 1977 o CEDIV se propunha realizar os seguintes objetivos:

"Documentar sobre a realidade sócio-econômico-político-cultural e religiosa do ES, Brasil e América Latina. Documentar a caminhada da Igreja no Brasil e atender, em primeiro plano, aos agentes

29. Todas as dioceses e prelazias do Brasil dedicam o dia 28 de setembro à Bíblia. Porém, no Regional Leste II (Minas Gerais e Espírito Santo) consolidou-se a prática de dedicar todo o mês de setembro à Bíblia, promovendo estudos bíblicos, orientados por um tema específico para cada ano, geralmente tendo como referência o tema da Campanha da Fraternidade ou o contexto sócio-econômico-político do país. Como exemplo, no ano de 1986, realizaram-se estudos e elaboram material didático abordando o Código da Aliança (Êxodo 19-24) pretendendo dar fundamentos bíblicos para o debate sobre a Constituinte realizado nas CEB's. A iniciativa do Regional Leste II passou a ser seguida também por diversos regionais da CNBB.

30. Relatório para a visista AD_LIMIIA, 1980.

pastorais da Igreja de Vitória, fornecendo-lhes subsídios para o trabalho pastoral. Tornar a documentação e informação acessíveis ao povo, elaborando material em linguagem popular. Captar, documentar e informar fatos e ação transformadoras acontecidas no meio do povo." (31)

d) Gráfica

e) Departamento de Meios de Comunicação, ao qual estão ligados a Livraria Popular e o Estúdio de Gravações.

10. Comissões

A serviço de toda a Arquidiocese existem várias comissões:

a) Comissão de Justiça e Paz (CJP)

"Um grupo que surgiu diante de uma necessidade urgente, como meio de se fazer ouvir a Igreja. Predominantemente leigo, formado por 12 membros. É pluriconfessional e pluriprofissional. Sua forma de atuação é resultado da práxis. Dá respaldo à ação das bases e à ação popular. Atua numa posição de retaguarda dando suporte a outros grupos e também na vanguarda, dando voz a quem não tem voz.

Principais atividades:

- . ação contra despejos em massa,
- . luta, ao lado do índio, em favor de suas terras,
- . solidariedade a perseguidos políticos,
- . denúncia da situação de presídios de Vitória,
- . etc." (32)

b) Comissão de Direito à Moradia

Como subcomissão da CJP, foi criada em 1978, com o objetivo de "defender o direito de posse e de moradia, das po-

31. Relatório da Pastoral Social, 1977.

32. Relatório das atividades pastorais urbanas da Igreja de Vitória, setembro de 1980.

pulações mais carentes, e ajudá-las a se organizarem na luta por esse direito" (33). Está atuando no nível de assessoramento jurídico e no acompanhamento direto aos moradores. (34)

c) Comissão de Ecologia e Saúde

Esta comissão formou-se, como órgão da C.J.P., pretendendo realizar os seguintes objetivos:

"Discutir aspectos técnicos de saúde com as comunidades, tais como: controle de natalidade, assistência médica, hospitais, saúde comunitária, política nacional de saúde, etc.

Pesquisa junto às comunidades e devolução do material pesquisado, em forma ordenada e didática: cartilha ou boletim de saúde.

Apoiar as reivindicações populares, quanto às condições de infra-estrutura de saúde.

Formação de agentes leigos para triagem de casos de saúde mental." (35)

d) Comissão de Direitos Humanos (CDH)

Articulada com a C.J.P., assumindo seus objetivos para realizá-los em âmbito menor, presta assessoria jurídica, solidariedade aos que têm seus direitos desrespeitados e denúncia das violações dos direitos humanos.

e) Comissão de Educação Popular (CEPO)

f) Comissão de Pastoral da Terra (CPT), articula-se com a CPT nacional

33. Relatório da CDM, janeiro de 1981.

34. Relatório das atividades pastorais urbanas da Igreja de vitória, setembro de 1980.

35. Idem.

g) Conselho Indigenista Missionário (CIMI), articulado com o CIMI nacional.

Nos documentos pesquisados, tomando como referência os dois últimos anos (1983 e 1984), encontram-se dados sobre as atividades de algumas dessas comissões. A Comissão de Justiça e Paz continua atuando com um agente liberado e com reunião regular de seus membros. A Comissão de Educação Popular relatou muitos trabalhos no ano de 1982, atendendo a solicitações motivadas pelo tema da Campanha da Fraternidade daquele ano, abordando a problemática da Educação. Depois desse período não se tem informações quanto ao desempenho da Comissão.

A CPT e o CIMI mantiveram-se constantes em suas atividades, sendo que a primeira intensifica progressivamente sua atuação à medida que os conflitos de terra aumentam. As outras comissões encontram-se carentes de novos indivíduos para realizarem os respectivos trabalhos.

11. Pastoral Especial

Existem outras necessidades ou situações específicas atendidas pela Arquidiocese através de pastorais especiais, articuladas e dinamizadas pela coordenação de pastoral. São as seguintes:

a) Pastoral Operária (PO)

Criada em 1974, a Pastoral Operária está presente em Colatina, Linhares, Anchieta e Grande Vitória, contando com maior número de participantes em Cariacica e Vianna. Possui

uma coordenação que se reúne mensalmente. Elabora um boletim mensal denominado "Ferramenta", com uma tiragem de 1500 exemplares. No final de 1984 haviam duas religiosas totalmente liberadas a serviço da Pastoral Operária.

A P.O. procura organizar grupos de operários nos Bairros para discutir, avaliar e planejar uma ação grupal no trabalho. Entre as dificuldades encontradas para formar os grupos, enumero as seguintes:

- pouca memória histórica;
- falta de visão coletiva das lutas operárias por que os sindicatos não têm preocupação de dar esta visão coletiva aos operários;
- falta de motivação para assumir o engajamento operário." (36)

Entre outras atividades, a Pastoral Operária pretende ainda:

- "Procurar dar mais informações aos operários sobre os mecanismos do sindicato e tornar os sindicatos mais comprometidos com os problemas fundamentais da classe operária.
- Fazer descobrir melhor aos operários a realidade sócio-político-econômica.
- Fazer a ligação destes engajamentos dos operários no Movimento Operário, com o Evangelho.(...)" (37)

b) Juventude Operária Católica

Atua na Arquidiocese de Vitória desde 1976, junto aos jovens trabalhadores, com os seguintes objetivos:

- "(...) levá-los a descobrir seus verdadeiros valores e aspirações frente à realidade em que vivem, descobrindo os problemas, vendo as causas e as consequências, tomando posições frente a isto. (...)
- Levar os jovens a descobrir a dimensão de fé

36. Relatório para a visita AD_LIMINA, 1980.

37. Idem.

cristã, fazendo a ligação com o Evangelho, através das lutas operárias, e a partir das pequenas ações no seu local de trabalho, bairro e todos os setores da vida." (38)

c) Pastoral Universitária

Organiza-se em Vitória com a finalidade de reunir estudantes e propor reflexões, utilizando textos e documentos da Igreja, documentos sobre a conjuntura e Universidade. Iniciando suas atividades em 1977, atuou na luta por maiores espaços de participação, realizou trabalhos no meio popular, e se articulou com outros grupos de Pastoral Universitária de outras cidades. (39)

A Pastoral Universitária deu prosseguimento às suas atividades através do Movimento Cristão Universitário, com o seguinte objetivo:

"(...) unir estudantes universitários numa prática de evangelização. Prática esta, dentro do âmbito da Universidade, procurando transformar as estruturas da Universidade e da função do saber na Sociedade, à luz do Evangelho de Cristo e das diretrizes e opções da Igreja na América Latina." (40)

O movimento elabora um boletim mensal e organiza uma missa universitária no primeiro domingo do mês.

38. Idem.

39. Relatório das atividades pastorais urbanas da Igreja de Vitória setembro de 1980.

40. Jornal da Arquidiocese, JUN./1984. Nº 1.

d) Pastoral da Juventude no Meio Popular (PJMP)

"A Pastoral de Juventude no Meio Popular (PJMP) é o esforço pastoral de congregar jovens, do meio popular, para atuarem de forma cristã, na Sociedade e na Igreja.

Na Grande Vitória, a PJMP é o trabalho realizado junto aos grupos de jovens das Comunidades Eclesiais de Base da Periferia." (41)

e) Pastoral da Juventude no Meio Urbano (PJU)

Esta Pastoral pretende integrar os grupos de jovens dos centros urbanos á proposta eclesial inovadora e articulá-los com as outras pastorais de juventude.

f) Pastoral dos Enfermos

"Nos hospitais: alguns sacerdotes dão atendimento e presença junto aos hospitais situados em suas paróquias. Algumas comunidades de base assumem o compromisso de visitar os doentes nas enfermarias, não só dos familiares e amigos, mas também dos indigentes abandonados." (42)

g) Pastoral Carcerária

As comunidades eclesiais de base vizinhas da Casa de Detenção e do Presídio se encarregaram de promover um encontro de oração e culto aos domingos, nesses lugares.

h) Pastoral das Domésticas

i) Pastoral Vocacional

j) Pastoral Catequética

A catequese é coordenada por uma Equipe de Animação

41. Apostila da PJMP na Grande Vitória, (Mimeo.).

42. Relatório para a visita AD_LIMINA, 1980.

da Catequese, criada para ajudar a refletir, animar e assessorar as equipes de coordenação das catequese das áreas. Essa equipe se constitui com representantes de cada Área.

1) Pastoral do Menor Carente

12. Instituto de Formação

a) IPAV - Instituto de Pastoral da Arquidiocese de Vitória.

Foi organizado com o objetivo de atender a formação teológica e eclesial dos leigos de Vitória. A sua diretoria é formada por um sacerdote, escolhido pelo Conselho presbiteral, e mais uma pequena equipe de assessores de estudos e cursos, além de uma secretária.

b) Seminário Arquidiocesano

O Seminário Nossa Senhora da Penha mantém cursos de Filosofia e Teologia em vista da formação do clero local. Há um intercâmbio entre o Seminário e o IPAV, permitindo aos seminaristas a utilização de seus espaços, da biblioteca e a participação em alguns de seus cursos.

c) Centro de Treinamento D. João Batista

13. Pistas Pastorais

Os passos dados na comunidade no período após o Concílio Vaticano II, momento em que a Igreja de Vitória retificou o processo inovador, foram recompostos no texto "Pistas

Pastorais". Muitas reflexões e diversos encontros pastorais possibilitaram o reconhecimento de princípios consolidados pela ação dos agentes comunitários, com a previsão de se estabelecerem como base para trabalhos posteriores.

"Buscamos construir uma Igreja Particular, na comunhão universal, aberta, fraterna, presente no mundo, voltada para o Homem. Assim, queremos assumir a riqueza das contribuições que nos chegam de tantas partes.

A Igreja é por natureza, universal, católica." (43)

O Documento "Pistas Pastorais", na apresentação dos propósitos, prioriza o compromisso e a atividade eclesial na formação de uma nova sociedade e um homem novo. Insiste na obrigatoria continuidade dos trabalhos educativos visando à conscientização dos membros comunitários e preocupa-se com a garantia de uma pastoral de conjunto na qual todos assumiriam um objetivo comum, permitindo entretanto, a unidade, e ao mesmo tempo o pluralismo de métodos e práticas. A Arquidiocese de Vitória optou, segundo o documento, pela presença nos meios populares e pela reestruturação em pequenas comunidades. Lemos no texto mencionado o relato de algumas dificuldades sentidas no ano de 1974, tais como:

1- Há muita gente que não compreendeu ainda sobre renovação da Igreja: - pequenos grupos conscientes ficam por vezes, sob a pressão de grande massa indiferente e, por dificuldade de diálogo, podem fechar-se em pequenas 'seitas'.

2- Tradicionalismo de grandes áreas ou de paróquias vizinhas, trazendo bloqueios, tensões e conflitos.

3- Às vezes a pequena comunidade não é mais que uma mini-paróquia, sem mudança qualitativa. (...)

5- Falta de integração e coordenação na ação. Há uma certa ausência de sentido missionário e de

circulação de recursos entre algumas comunidades.
6- Certo 'biblismo' elementar: apego à letra e à erudição bíblica.
7- Pressão do contexto sócio-político sobre qual-
quer organização (sic RD) do povo consciente(...).
8- Religião popular insuficientemente estudada e pouco orientada para objetivos libertadores." (44)

Volta o alerta constante, no documento, sobre objetivos que não podem ser absolutizados e princípios orientadores que devem levar em conta o dinamismo do contexto social e das atividades pastorais.

Todos os esforços, segundo o documento, deveriam ser coordenados no sentido de encontrar um novo modo de ser Igreja. O conceito de Igreja estaria sendo refeito, tendo por base a fé dos católicos e procurando movimentar dados e técnicas científicos para organizar as pequenas comunidades na periferia urbana e nas zonas rurais. (45)

14. Prioridades

A linha de trabalho fundamental, assumida pela Igreja nas "Pistas Pastorais", caracterizou-se durante dez anos (1974-1984), por uma estratégia de estabelecimento de prioridades. As Assembléias Arquidiocesanas realizam um programa de avaliação de todas as atividades pastorais com seus diversos representantes. Ao longo do período de estudos e debates segue-se a elaboração de novas prioridades para orientar o pla-

44. Pistas Pastorais, 1974, (Mimeo.)

45. A Igreja que a gente quer, 1975. Nesse documento explicitam-se diversas características, no plano do "dever ser", constituindo a referida conceituação de Igreja.

nejamento diversificado de cada Área Pastoral.

Na Arquidiocese de Vitória já foram estabelecidas diversas prioridades.

Na Assembléia Arquidiocesana de 1976, foram retomadas as "Pistas Pastorais", elaboradas em 1974.

Na Assembléia de 1977, estabeleceram-se seis prioridades:

- 1 - Cuidar de organizar melhor a pastoral de conjunto.
- 2 - Continuar dando maior importância às comunidades de base e aos pequenos grupos, para aumentar a participação dos leigos e a descentralização da Matriz.
- 3 - Conhecer melhor a religiosidade popular e seu valor à luz do Evangelho.
- 4 - Conhecer melhor a vida e os problemas do povo, sobretudo os problemas da classe operária da cidade, conflitos pela posse da terra, êxodo do campo.
- 5 - Cuidar mais da formação dos líderes leigos para que sejam realmente capazes de falar em nome de suas bases.
- 6 - Cuidar para que o povo conheça a realidade sócio-política do mundo em que ele vive. (46)

Na Assembléia de 1978 foram estabelecidas algumas urgências pastorais.

Foram votadas cinco prioridades em 1979:

- 1 - Aprofundamento da fé
- 2 - Conscientização política
- 3 - Formação dos servidores do povo de Deus

46. Prioridades da Arquidiocese de Vitória, (Mimeo.).

4 - Conselhos

5 - Pastoral familiar e juventude.

Em 1981 confirmaram as prioridades anteriores.

Em 1982, aprovaram duas prioridades:

1 - Firmar as CEB's (Conselhos e Equipes)

2 - Continuar o trabalho de conscientização sócio-econômico-política:

- dando maior atenção à vida do trabalhador;
- incentivando a participação e a organização do povo na vida política (Partidos, Sindicatos e Movimentos Populares).

Em 1984, confirmaram as prioridades anteriores propondo as seguintes modificações:

1a. Prioridade: firmar as CEB's como centro de comunhão e participação

- reforçar a ORGANIZAÇÃO e o APERFEIÇOAMENTO das EQUIPES DE SERVIÇOS e dos CONSELHOS em todos os níveis;
- dar atenção especial à CATEQUESE e à JUVENTUDE.

2a. Prioridade: CONSCIENTIZAÇÃO sócio-econômica-política:

- dar maior atenção à vida do trabalhador
- incentivar a participação e a organização do povo (partidos, sindicatos, movimentos populares, etc.) assumindo a PASTORAL OPERÁRIA e a PASTORAL DA TERRA. (46)

A estrutura pastoral, como se pode notar, é mais um dos elementos na metodologia criada pela Arquidiocese, com certo dinamismo, que favorece uma possível explicação de seu processo efetivador. A estrutura criada retorna sobre a pastoral,

que é a sua implementadora, nela operando modificações; pois, o projeto inovador católico é construído no conjunto mesmo de suas atividades.

Concluindo: ao visualizar o organograma acima descrito, destaco as seguintes características:

- favorece o predomínio do elemento articulador, com uma multiplicidade de reuniões exigidas em cada nível. Ao mesmo tempo, sustenta um movimento, responsável para deslocar os indivíduos de seu espaço geográfico reduzido ao contexto mais amplo e vice-versa.
- favorece o exercício planificador, em que se pretende orientar a militância dos católicos por prioridades estabelecidas em conjunto.
- a Arquidiocese opta por uma Evangelização através de pequenos grupos articulados, faltando oferecer mais elementos que poderiam orientar uma pastoral de massa.

No segundo capítulo foi descrito o funcionamento da estrutura pastoral. Um amplo programa, incluindo atividades administrativas que privilegiavam a descentralização dos serviços e trabalhos educativos com a finalidade de formar novas lideranças, foi acionado para criar e sustentar as comunidades eclesiais de base. No próximo capítulo será discutida a ação educativa do agente pastoral empenhado no projeto inovador católico. Mostro como o papel educacional ganha certa mobilidade na pastoral que tende a adotar a pedagogia da ação. Pois, agentes pastorais e adeptos das CEB's são criadores da metodologia em uso e por ela reeducados.

*

TERCEIRO CAPÍTULO

O AGENTE NA PASTORAL POPULAR

Na história da Igreja Católica no Espírito Santo e, mais recentemente, da Arquidiocese de Vitória, conforme foi apresentado nesse trabalho, há um conjunto de atividades que comprovam o esforço organizativo eclesial. No início predominou o discurso da salvação, que foi substituído, no período da chamada Igreja Renovada, pela imagem do Reino. Com o primeiro elemento a compor o todo de sua missão soteriológica, a Igreja favorece mais às práticas religiosas de cunho individualizante, em que se reforçou a vivência sacramental. Já o segundo elemento, o Reino, foi mais adequado às propostas comunitárias, em que o coletivo tornou-se privilegiado.

Alguma estrutura pastoral acompanhou essa história, em que se definia o modelo eclesial. Para efetivar a proposta comunitária, as lideranças católicas criaram uma metodologia, que se elaborava e se implantava ao mesmo tempo. Nessa dinâmica, a Igreja colocou em movimento um método renovador que operou mudanças sobre ela própria.

No movimento acima citado, destaco três elementos que interessam ao meu trabalho. A hierarquia católica tinha um projeto eclesial que orientou o método da própria efetivação e definiu, progressivamente, a estrutura pastoral. Há, portanto, o projeto, seus autores e o método.

Nesta parte de meu trabalho tratarei sobre o Agente Pastoral, enquanto um dos autores e efetivador do projeto católico.

1. Quem é o educador?

O agente desenvolve a militância pastoral em dois tipos de tarefas que se interrelacionam. Há momentos em que opera com a transmissão de conteúdos e outros em que se responsabiliza pelo acompanhamento de comunidades ou de pastorais específicas. A estrutura pastoral criada com o projeto renovador católico se sustentou basicamente nas duas funções do agente.

São chamados de agentes pastorais os padres, os religiosos e leigos envolvidos na ação eclesial, assumindo um "papel de intervenção para o desenvolvimento das atividades pedagógicas da CEB's" (1).

Segundo o papel idealizado pelas representações eclesiais, cabe ao agente pastoral ligar as pequenas comunidades com a Diocese, ouvir a população, conviver com os membros das CEB's, com a sua cultura e seu modo de vida. Ao assumir a tarefa de animador, opera em diversos sentidos: celebra as pequenas vitórias nos movimentos reivindicatórios, desperta e forma novas lideranças, ajuda a firmar os objetivos da Igreja de Vitória, organiza as equipes e os Conselhos.

1. O leitor pode encontrar outra descrição do papel do Agente Pastoral, em Vitória, na obra de Laura Maria Schneider Duarte, "Isto não se aprende na escola: a educação do povo nas CEB's", Petrópolis, Vozes, 1983, pp. 52 e 65.

Embora tenhamos comprovado que não foi totalmente absolvida a prática clerical, centrada nos presbíteros e bispos, os próprios documentos da Arquidiocese não estabelecem distinções mais precisas entre agentes leigos e padres. Esta flutuação terminológica pode ser comprovada no documento "Reflexão sobre agentes" apresentada pelos padres da Grande Vitória.(2) Nele, o agente pastoral pode tanto ser o padre, quanto o leigo, cujo compromisso ou trabalho pastoral é direto.

No caráter indefinido do termo agente estão incluídas lideranças com maior nível de formação teórica e aquelas que se habilitaram no exercício pastoral cotidiano, como demonstra o seguinte depoimento:

"Em Porto Santana, os agentes de pastoral leigos não são especializados, são pessoas de lá mesmo, que fazem parte do povo mesmo, nem são estudantes. Foi o pessoal das CEB's mesmo que escolheu e eles aceitam muito bem o trabalho do agente." (3)

A prática do agente não permaneceu estável, ao longo do período em estudo, de modo que se pudesse enumerar as mesmas atividades para todos. Sua prática se alterou de acordo com a conjuntura social:

"Ele foi caminhando com as CEB's. As comunidades solicitavam assessoria religiosa, eles davam assessoria religiosa. A partir de um momento da conjuntura, em que a Igreja se abriu para o social, para o político, em 1978, por aí, quando começaram as greves, este agente também foi se abrindo mais para o político, para o social." (4)

-
2. Reflexão sobre os agentes feitas pelos padres da Grande Vitória, (mimeo.), s.d., Secretariado Pastoral.
 3. Depoimento Nº 19, IIIº Relatório para a FAPESP.
 4. Depoimento Nº 12, IVº Relatório para a FAPESP.

Alguns documentos registram os esforços já realizados em que se buscam a definição do termo agente, após ampla discussão entre os envolvidos nesse papel. Vejamos algumas diferenças estabelecidas num relatório de encontro dos padres:

"Dinamizador da pastoral:

- em fidelidade às prioridades diocesanas
- em união com o vigário, com os Conselhos e sejam legitimados pelas comunidades.

(...)

Fazer diferença entre Agente Pastoral e ANIMADOR de Comunidade.

- Tem uma visão de atuação mais ampla. O ANIMADOR restringe sua ação pastoral à Comunidade.

Agente pastoral é diferente de: líder de comunidade, assessor, Conselheiros.

Agente pastoral são: os padres, os religiosos e leigos envolvidos na ação pastoral.

Não é auto-gerado, não pode se definir Agente.

(...)

Ministério provisório, mas com certa estabilidade, porque a organização, animação, união das comunidades leva tempo." (5)

Neste trabalho foi mostrado o movimento desencadeado pela Arquidiocese de Vitória, através de um Plano Pastoral com perspectivas de interferir e efetivar mudanças na sociedade. O movimento avançou no tempo e no espaço, em que se buscava diminuir a distância entre o projeto e as condições empíricas do cotidiano. Porém, os quadros dirigentes deste movimento, assumiram o projeto eclesial e participaram do poder que a Igreja possui enquanto instituição.

Apresentar o nome "agente pastoral" já coloca o indivíduo em posição superior ao grupo, dá à sua fala maior legitimidade, e à sua prática certa segurança. Este fenômeno ocorre no período mais recente, como nos alerta o seguinte depoimento:

5. Reflexão sobre os agentes feitas pelos padres da Grande Vitória.

mento:

"Eu sinto que atualmente em Vitória, de quatro anos para cá, não vou analisar a causa, sinto que está mudando um pouco o papel do agente. Eu não sei se foi porque ele foi institucionalizado. Houve uma institucionalização desse nome. Durante certo tempo, esse nome não dava poder não, dava era conflito, dava problema ser agente pastoral. A partir de certa época, realmente começou a dar poder: 'eu sou agente pastoral, estou aqui em nome da instituição'." (6)

Na lógica deste movimento o indivíduo se identifica com a instituição, tendo como exemplo a expressão conhecida "a Igreja somos nós". Quando se trata de uma liderança leiga será mais fácil submeter o discurso comunitário ao discurso oficial da hierarquia eclesial, conforme se percebe a seguir:

"A Igreja Renovada é a renovação de tudo, principalmente da maneira como é jogada as coisas para a gente da Igreja, eu acho que há um sentido maior. Um maior relacionamento entre a Igreja e a comunidade. O povo está tendo mais oportunidade de participar das coisas da Igreja, das coisas que são resolvidas com os padres, eu tenho a maior liberdade de expressão." (7)

Os participantes das CEB's estabelecem diferenças na forma de relacionar com o agente, quanto este é o padre. Não discordam da palavra do padre, frente a frente ou no meio comunitário, na presença de outros participantes. O sacerdote ocupa sempre o lugar de destaque, desempenhando tarefas consideradas "mais elevadas": presidir rituais, administrar os sacramentos, consagrar a hóstia, etc. Deve manter a comunidade viva e garantir a unidade entre os seus membros.

6. Depoimento Nº 12, Terceiro Relatório para a FAPESP.

7. Depoimento Nº 5, Terceiro Relatório para a FAPESP.

Veja como um padre descreve a relação com os fiéis:

"Quando eles falam de visitar a comunidade, na cabeça deles deve ser para rezar missa, é uma visita assim de pregar o Evangelho, ensinar. Não é uma visita para ajudar na organização do povo. O pessoal aqui tem muito medo do padre. Para falar com a gente, o pessoal vem com medo porque tem que conversar com o padre. Nas celebrações quando não concordam com o padre, nunca discordam na frente do padre, porque o padre é sagrado, o padre sabe o que faz. Mas por trás eles discordam." (8)

Alguns depoimentos revelam a ocorrência de conflitos entre padres e comunidade ou padres e agentes leigos:

"Nós temos comunidades que vivem em atrito com o padre. Tem padres que não aceitam a caminhada da Diocese na sua integridade, então eles criam dificuldades, não aceitam as lideranças. Agora mesmo um padre acabou de desfazer um Conselho da Comunidade e fazer outro do jeito dele. Não aceita a organização da periferia, não aceita o agente leigo." (9)

Como mostraram os depoimentos acima, encontramos duas situações diferentes: na primeira, onde a autoridade do padre é sustentada e outra, onde ocorrem conflitos. Algumas classificações quanto ao papel do padre na comunidade eclesial de base, são estabelecidas a partir da diferença entre o "dever ser" e o modo como está sendo de fato. Há um forte questionamento da autoridade eclesiástica e se discute as competências de cada parte.

A advertência de José Luiz Sigrist quanto à relação hierarquia e laicato, no seu trabalho sobre a JUC, pode ser utilizada aqui para comentar as críticas tecidas pelos agentes

8. Depoimento Nº 20, IIIº Relatório para a FAPESP.

9. Depoimento Nº 18, IIIº Relatório para a FAPESP.

leigos.

"(...) aquela docilidade, obediência e submissão começa a ser posta em questão. E já se começa a fazer distinções de campos e competências. (...) Aquela infalibilidade da hierarquia, tão fortemente assentada nos 'primórdios', já não existe mais (...). E, com isso, a consciência cristã começa a viver uma nova tensão. Já não mais com o Mundo moderno, mas com a própria Igreja, da qual faz parte; mais exatamente: com determinados setores dessa mesma Igreja." (10)

O relacionamento tenso entre o agente leigo e o padre expressa as diferentes visões sobre a tarefa evangelizadora da Igreja e estabelecem os grupos que se adequam ao Plano Pastoral e os grupos estranhos e resistentes aos propósitos da chamada Igreja Renovada.

Um relatório do encontro de agentes pastorais e padres da Grande Vitória enumera algumas dificuldades surgidas no relacionamento entre eles. Vejamos:

- Visão unilateral: agentes e padres;
- Falta de definição de papéis específicos (...);
- Falta de unidade pastoral do clero:
 - uso de material de outras dioceses
 - falta de sintonia quanto às prioridades da Arquidiocese.
- Falta de reconhecimento dos agentes pelos padres: parece que há rejeição sistemática dos agentes por alguns padres da Ilha;
- Falta de respaldo dos padres ao trabalho social dos agentes (Ex.: leituras de cartas enviadas pela Arquidiocese, pela CJP, pela CDM, etc.)
- (...)
- Autoritarismo
- Treinamento separado para padres e leigos, aumentando o desnível de conscientização;
- Formação do padre a nível de seminário, a do leigo no dia a dia;
- (...)
- Falta de diálogo e entrosamento: ausência neste encontro dos padres que precisam

10. Sigrist, J. Luiz, A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia, p. 45.

dialogar;
agressividade, críticas destrutivas." (11)

Concluindo: mesmo com a indefinição do termo ou com a ocorrência de conflitos entre o leigo e o padre, o agente pastoral atua transmitindo conteúdos ou acompanhando comunidades. Dentro dessa classificação de suas atividades o agente pode ser denominado educador, no conjunto do projeto eclesial.

2. Quem é o educando?

Os educandos são os católicos organizados no que se chama por comunidade eclesial de base (CEB), tendo neste espaço a vivência da fé, a partilha das tarefas sustentadoras do grupo e a colaboração nos movimentos reivindicatórios para solucionar problemas vividos por todos. Nesse modo de definir, os adeptos das CEB's se distinguem dos agentes, que atuam na transmissão de conteúdos e no acompanhamento das comunidades.

Nesse sentido, apresento depoimentos de membros das CEB's, em que mostram como percebem o processo de aprendizagem ao se envolverem com as atividades pastorais:

"Me sinto bem a vontade para falar, as pessoas têm o mesmo direito de falar. Gosto do jeito que é feita as reuniões. Cada comunidade coordena um mês. A coordenação de uma reunião acho que vai ser bem feita de acordo com o que a pessoa prepara." (12)
"A gente discute assunto assim bem importante, tem muito debate, é muito animado. (...) A gente anima bastante, troca idéia. Sempre quando tem alguma

11. Relatório do encontro dos agentes pastorais e padres da Grande Vitória, 12 e 13 de agosto de 1983.

12. Depoimento Nº 1, III Relatório para a FAPESP.

coisa nova a gente vê, temos palestras. Na semana passada mesmo a gente teve uma sobre sexo, então, é muita coisa que a gente fica sabendo." (13)
"Tinha treinamento no Santa Helena duas vezes por ano, a primeira turma, a segunda turma, com um trabalho de reflexão, conscientização, plenário, grupo. O povo aprendeu com isso. Aí foi a sementeira das lideranças." (14)

Como foi dito acima, a Igreja criou uma estrutura pastoral inovadora que passou a operar mudanças sobre ela mesma. Desse modo, todos os católicos se reeducam no projeto de Igreja com o qual colaboram. Nessa perspectiva não se distingue mais o agente dos outros adeptos das CEB's. Todos se tornam educandos na ação pastoral. Vejamos como isto se expressa no depoimento de um agente:

"(...) às vezes tenho consciência que alguns assuntos não são bem entendidos. Neste caso eu pergunto: quem entendeu? Alguém fala e aí eu peço que explique o que entendeu, para ver se com a maneira de falar dele o povo vai entender melhor." (15)

3. Do agente para si mesmo

O agente pastoral desempenha um papel de fundamental importância para garantir a efetivação prática do propósito inovador da Igreja Católica. Nesta parte de meu trabalho, passarei à análise da prática educativa desse agente.

O trato com as diferenças de valores e comportamentos no interior de um determinado grupo é um tema indispensável

13. Depoimento Nº 5, IIIº Relatório para a FAPESP.

14. Depoimento Nº 13, IIIº Relatório para a FAPESP.

15. Depoimento Nº 19, IIIº Relatório para a FAPESP.

para toda análise que tem por objetivo captar as experiências democráticas, nas formas em que se efetivam. O princípio da diferença e da identidade são utilizados aqui. Tendo-os como pressupostos teóricos poderemos observar o comportamentos dos agentes pastorais.

Os depoimentos de certos agentes revelam que o critério de pertença ao seu grupo se define a partir do mesmo linguajar e do mesmo fazer. Com o tamanho que se conserva sempre reduzido, o grupo vive um processo muito próximo ao da entropia, entendido como um esforço constante para confirmar e repor a si mesmo. O contato com o diferente está sempre mediado pelo teólogo, enquanto desempenha tarefas de pastoralista, ou então, passa a ser evitado. (16)

Os agentes se ocupam com leituras que fazem parte de um mesmo conjunto temático. Predominam os textos de eclesiologia, pastoral, Bíblia, etc. Ultrapassando as atividades especificamente religiosas encontramos leituras relacionadas à militância nos meios populares, como que confirmando a própria prática.

O contato com a cultura laica, mais elaborado, é muito reduzido. Os agente alegam não ter tempo para escutar programas de rádio, assistir programas de televisão, frequentar cinemas ou teatros. Passam a ser atividades raras no cotidiano dos militantes católicos. Os programas normais constituem-se

16. No período de implantação da chamada Igreja Renovada elevado número de assessores passaram pela Arquidiocese de Vitória. Os nomes de alguns deles podem ser encontrados no primeiro capítulo deste trabalho, à página 46.

de um elevado número de reuniões e atividades de acompanhamento comunitário.

Os agentes se relacionam diretamente com o sagrado. No desempenho de suas atividades educativas a mediação com os adeptos das CEB's dá-se através do sagrado. Acrescenta-se a isto o fato de que a motivação fundamental para o "engajamento" está na fé. Trata-se, portanto, de um grupo heterogêneo que por motivo de fé se propõe a interferir no social. A fé não se expressa nas diversas ressonâncias, pois o agente dificilmente participa da cultura laica. (E o elemento específico da pedagogia religiosa se dilui nas outras formas de interferência no social ocorridas nos movimentos reivindicatórios.

A volta para o mesmo possibilita a montagem de um esquema ideal que fornece ao grupo segurança e colabora na organização interna das referências com o social e com os outros indivíduos. Esta segurança pode dificultar ao agente para orientar sua prática educativa por uma "pedagogia da incerteza" em que as pistas solucionadoras da problemáticas social resultariam do exercício do debate e da criatividade coletiva no espaço comunitário.

Concluindo: a volta constante para si mesmo leva a consequências prejudiciais à militância pastoral nos seus aspectos religioso, pedagógico e político. Pois, o esforço para evitar os elementos diferentes ao seu meio, pode significar também indefinição de propostas políticas e, assim favorecer à prática sectária.

Como veremos adiante (17) a lógica espacial, que se tornou princípio orientador da estrutura eclesial inovadora, foi introjetada pelo agente. Como sugere o fenômeno da volta para si mesmo, o esquema mental do agente se apóia nesta lógica, e ele, passa a realizar apenas atividades úteis aos propósitos comunitários.

4. A militância educativa

Nos vários depoimentos recolhidos junto aos quadros católicos e participantes das CEB's encontrei de modo implícito ou explícito uma concepção de militância, coerente com a doutrina eclesial, em que se manifesta de certa forma, a fidelidade do agente com a instituição.

É quase onipresente nas representações dos militantes pastorais sua auto-imagem como "fermento na massa". Tal figura, como sabemos, origina-se na noite dos tempos, fazendo parte da estrutura imagética maior guardada e reproduzida pela Tradição Católica. Sua gênese mais universal encontra-se na Bíblia (18) e seu uso foi rearticulado conforme os vários contextos sócio-culturais em que se viu desafiada a Igreja. Logo, esta forma ideal de auto-percepção serve como ponto de intersecção entre o registro do eterno, em que a comunhão dos fiéis pretende estar garantida pela fé, e o registro do instante, a

17. Vide Conclusão, à página 171.

18. Conf. Lc. 13, 20-21 e Mt. 13,33.

conjuntura específica que os católicos pretendem transformar.

A prática pastoral do agente se orienta por dois princípios: o princípio da aproximação e o princípio do distanciamento.

Pelo primeiro, o agente se compara ao fermento que se mistura na massa, para fazê-la crescer. Daí podemos compreender a importância de inserir-se junto aos participantes das CEB's, o valor dado ao "engajamento". O contato frequente se dá sob a forma de acompanhamento de um determinado número de comunidades. O agente teria a tarefa pedagógica facilitada pelo fato de se identificar com o grupo, o que viabilizaria com maior agilidade a transmissão dos conteúdos religiosos e pastorais. A acolhida da mensagem, por parte dos adeptos das comunidades, se efetivaria desencadeando consequências positivas, favorecendo aos esforços de implementar o plano pastoral.

O agente se identifica com a "massa", mas não pertence a ela. Ele se distancia e se torna diferente dos outros membros das comunidades. Os níveis de contato ou de interferência junto às estruturas eclesiais apresentam o caráter de participar do poder decisório, real e efetivo, se nos referimos ao clero, ou de maior acesso às informações dos movimentos internos e maior proximidade no relacionamento com a hierarquia, por parte do leigo.

Pelo princípio do distanciamento o agente vê-se como um privilegiado diante dos grupos contactados, sente-se melhor que os outros, ocupa um nível mais elevado no espaço católico. Seguindo a mesma representação metafórica, pode-se concluir, que, de seu posto, teria condições de ver mais longe, de pau-

tar sua interferência no social em princípios não imediatos. Seus projetos se realizariam a longo prazo porque, diferentemente da massa, ele não se limita ao aqui e agora da luta pela sobrevivência. (19)

O agente assume na esfera dos fins, em seu projeto individual, a transformação da sociedade, mantendo como telos a imagem do Reino de Deus. Este ideal justifica todo tipo de sacrifícios, uma constante ascese e o desenvolvimento de uma rígida disciplina. O sacrifício evidencia a importância do princípio do distanciamento e da identificação na prática pastoral do agente. No movimento de distanciar e aproximar ele repõe a si mesmo, fortalece o seu papel, e ao mesmo tempo, se dissolve no coletivo.

Finalmente, cabe mostrar aqui, as consequências desse sentido de sacrifício no projeto individual e coletivo dos católicos. A forma como o agente representa suas finalidades enquanto se orienta pelos princípios de distanciamento e identificação, parece não favorecer a uma ordenação mais eficaz dos meios que utiliza. O indivíduo supervaloriza a atividade, permanece no acúmulo de tarefas, não aprende a estabelecer prioridades no plano individual. Naturalmente faltará tempo para o estudo, leituras, reflexão e acarretará no empobrecimento progressivo da capacidade de representar os fins e no fechamento do grupo, conforme já foi tratado acima.

-
19. Os agentes pastorais leigos, mesmo trabalhando oito horas por dia, dedicam em reuniões e trabalhos comunitários o tempo que poderia usar para o descanso ou atividades pessoais. Neste caso, o sagrado, em comparação com o político, é um elemento motivador mais forte, a justificar o sacrifício e a ascese do militante católico.

5. Oração e militância

O aspecto religioso não é um elemento indiferente para a pedagogia católica. A relação do indivíduo com o sagrado, que ocorre no tempo em que ele reza, pode ser a fonte alimentadora para os seus sacrifícios.

Tomando como base a relação meios e fins, o agente pastoral em Vitória representa suas finalidades na conjugação do político com o religioso. Ele quer transformar a sociedade e colaborar na construção do Reino de Deus. Se tomarmos a primeira forma representativa o agente se assumiria como ideólogo, pois teria uma proposta política definida. Pelo religioso, ele se assumiria como místico. Nesta parte de meu trabalho, pretendo mostrar como a segunda forma representativa, a religiosa, se apresenta no cotidiano da militância católica, através de alguns depoimentos recolhidos.

O agente fala de sua oração, tendo sempre como referência a forma individual. Há caso em que o agente reconhece que não reza mais:

"(...) o que eu não faço é aquela oração de sentar e dizer, agora eu vou rezar, vou ler a Bíblia. Mesmo quando eu estava na comunidade, eu não fazia isso. Rezava lá, junto com o pessoal, mais porque era uma obrigação." (20)

Alguns rezam, mas reconhecem, ou dificuldades para fazer com maior frequência ou o acúmulo de tarefas interferindo negativamente nesta prática.

"Diariamente eu tenho comunicação com Deus, mas não tenho tempo suficiente para fazer isto de ma-

neira mais concreta, mais positiva." (21)

Se ocorre alguma diferença entre a oração individual e a comunitária, esta se explicita apenas no conceito de oração que o agente toma como referencial para si. Na prática cotidiana as duas se misturam:

"Agora, eu não separo aquela oração que fico lá na capela rezando, com aquela oração que eu faço quando eu vou na comunidade com o povo (...)" (22)

O agente pastoral reza com uma comunidade participando de suas celebrações dominicais ou nos encontros e reuniões.

"Eu gosto mais de fazer a oração junto com o povo. (...) Por exemplo: nas reuniões, nos encontros ou até mesmo nas celebrações. Eu sinto falta de ir nas celebrações da comunidade..." (23)

A oração com a comunidade, no modo como é considerada pelo agente, revela muito mais um papel a ser desempenhado que uma atitude pessoal, de confronto dele e a comunidade com Deus.

"Bom, com a comunidade tem outro aspecto. Com a comunidade a gente mais dirige a oração do que reza. Não sei se seria esse o termo certo, mas coloca-se a comunidade em clima de oração(...)" (24)

"Tudo a gente tenta colocar diante de Deus e ver a presença de Deus e a força de Deus. É nisto que a gente vai levando à frente, junto com o povo." (25)

Esta forma de caracterizar a oração, colocando o

21. Depoimento Nº 8, IV Relatório FAPESP.

22. Depoimento Nº 6, IV Relatório FAPESP.

23. Depoimento Nº 3, IV Relatório FAPESP.

24. Depoimento Nº 4, IV Relatório FAPESP.

25. Depoimento Nº 6, IV Relatório FAPESP.

agente num papel oficial, dá a entender que ela já está institucionalizada, podendo ser interpretada também como uma forma normativa. Há oração voltada para o "engajamento", visando consolidar uma prática, e há oração dirigida para o empenho conscientizador, com referências mais explícitas ao conteúdo.

"A oração é a gente conversar com Deus sobre a vivência do sofrimento do povo e sobre todo o trabalho que a gente vai fazendo no meio do povo." (26)
 "Para mim a oração está sempre ligada aos problemas do povo, quer dizer, para mim, e quero crer que é para os meus colegas também." (27)

Um agente, acostumado a rezar dentro do modelo assumido, sempre estabelecendo normas e confirmando sua prática pastoral, se despertou para indagar pela própria oração. Neste caso, percebe-se o agente que defende o discurso instituído e, ao mesmo tempo, deixa escapar a dúvida, mais pessoal que grupal.

"Às vezes eu fico pensando: será que a gente reza mesmo? Porque eu não consigo desligar por exemplo, dos problemas que o povo vive. Eu não consigo separar. A minha oração está sempre, aliás, minha vida está sempre envolvida com a realidade que a gente vai vivendo. E às vezes isto até gasta muito a gente, né?" (28)

Os agentes sempre citam a Bíblia como base para a oração pessoal ou comunitária. Quando rezam eles se esforçam para efetivar uma releitura bíblica dirigida ao social, lembrando a fórmula já conhecida: "ligar Fé e vida".

"Minha oração é muito a partir da Bíblia. Da Bíblia e claro, sempre tentando ligar essa palavra de

26. Idem.

27. Depoimento Nº 10, IV Relatório FAPESP.

28. Depoimento Nº 6, IV Relatório FAPESP.

Deus nos acontecimentos, na realidade de hoje."(29)

Na Bíblia tem tempo e espaço reunidos. Nela encontra-se a idéia do religioso como uma história que se desenvolve, o aspecto diacrônico, e tem a insistência em figuras determinadas no seu tempo e espaço.

A Bíblia, nesse sentido, é uma espécie de modelo de uma percepção teórica e prática da vida espiritual. Nela, também se encontra acentuado o aspecto coletivo da fé, sobretudo quando se volta preferencialmente para o Antigo Testamento, o que é frequente nos movimentos progressistas, para os quais o conceito de justiça é estratégico.

A oração com a Bíblia pode servir como preciosa via heurística para a compreensão da vida espiritual dos agentes da vanguarda eclesial. A adesão a um "nós" secular seria reforçada ou relativizada por esse tipo de oração, uma vez que nela o elemento coletivo é determinado pela ação livre de Deus. Questões como estas valeriam uma investigação particular. Não farei isso porque extrapola muito minha pesquisa. Basta apontar a sua importância estratégica para o tema.

A referência a Deus se explicita na fala dos agentes sempre atravessada pelo comunitário, pelo discurso institucionalizado sobre a oração e pelos compromissos assumidos no campo da pastoral ou no campo da militância política. O caráter pessoal da oração aparece muito tênue nesses elementos citados.

"É aquela intimidade com Deus, mas relacionada com

a vida do povo, com a luta do povo e da gente também, pra nessa luta a gente romper." (30)

Na doutrina oficial católica a missão da Igreja é essencialmente salvadora. Ela se dirige ao indivíduo, libertando o homem todo, para finalmente efetuar uma convergência na salvação. O discurso libertário, assumido pelo grupo de agentes, mostra uma diferença de valores dada a esse movimento. A libertação efetivada no nível das estruturas sociais tende a se reduzir nesta instância, deixando o caminho incompleto. Volta, nesse caso, a se acentuar uma contradição da pedagogia desses agentes. Eles se propõem como fermento na massa e nela não se diluem. Ao negar sua morte, o fermento confirma sua inutilidade.

Enfim, o espaço mais adequado para a introspecção é preenchido pelas atividades comunitárias. Entre o agente e a comunidade não há a mediação da teologia. Mais uma vez, percebe-se a interferência da lógica espacial e do princípio da utilidade no momento em que o agente se dispõe a rezar.

6. A indeterminação da linguagem

O uso frequente das palavras "eles", "nós", "a gente", "o pessoal", e outras, foi constatado nos depoimentos recolhidos. O tom generalizante observado na fala dos dirigentes e dos adeptos das comunidades, faz com que a autonomia dos indivíduos permaneça diluída. Em alguns momentos, o discurso militante assume formas indeterminadas de linguagem também pertencentes ao discurso institucional.

A Igreja Católica adota frequentemente o uso do universal abstrato em seu discurso (31), o que lhe garantiu as condições para atravessar séculos e formações sociais diversas, cuidando seriamente de seu poder. Sua fala é regida pela lógica da eficácia soteriológica.

Esta lógica é confirmada pela análise de Elias Canetti, como se nota na seguinte citação:

"Numa análise livre de preconceitos chama a aten-

31. Mesmo autores extremamente críticos face à Igreja Católica, como é o caso de Roberto Romano, chegam a constatar que embora o discurso das autoridades eclesiais responsáveis pela política global da Igreja tendem a se orientar rumo à universalidade abstrata, os bispos e agentes pastorais que se situam na base da instituição, de acordo com o seu maior empenho nas lutas das classes dominadas, rumam para a identificação concreta de elementos particulares, sobretudo no que se refere aos responsáveis pela super exploração econômica. Assim é que se referindo à prática discursiva de D. Pedro Casaldáliga, o autor mencionado indica que aquele autor antístite identifica perfeitamente o nome das firmas responsáveis pela injustiça social no âmbito de sua diocese. D. Pedro refere-se explicitamente a tais responsáveis utilizando termos genéricos como "o homem", "a nação", etc. com muito menor frequência do que seus pares responsáveis pela política global. Conferir Roberto Romano, Brasil: Igreja contra Estado, p. 240, nota 44.

ção no Catolicismo uma certa lentidão e calma, relacionados com uma grande amplitude. Sua pretensão principal, a de oferecer lugar para todos, está contida no seu próprio nome.

Deseja-se que todos se convertam a ela, e cada qual é aceito sob certas condições que não podem ser consideradas duras. Nisto, no princípio e não no processo de recepção, o Catolicismo conservou um último vestígio de igualdade que contrasta curiosamente com sua índole rigidamente hierárquica." (32)

O processo de romanização da Igreja Católica no Brasil (33), em que a lógica da eficácia soteriológica esteve presente de forma mais acentuada, implantou-se nas práticas de rituais dos sacramentos, sempre interagindo com a cultura local e estabelecendo escalas de valores. Estes interferiram nas formas organizativas da população e permaneceram estáveis nos grupos rurais. Isto sugere que a linguagem indeterminada dos agentes deixa intocável esta problemática e torna-se mais difícil a efetivação dos propósitos inovadores.

Os depoimentos recolhidos confirmam a tensão que ocorre entre a linguagem oficial e a fala militante, com repercussões nas atividades pastorais e religiosas. De um lado está o grupo que representa os interesses da instituição e defende a Igreja que oferece lugar para todos. Tende a se aproximar mais do modelo proposto pela Igreja Universal, assume como seu o mesmo discurso, traduz anseios libertários da Igreja Renovada pelo "Plano de Salvação", enquanto graça ou dom de Deus. Nas suas palavras, percebe-se a defesa da ortodoxia.

32. Canetti, Elias, Massa e poder, p. 170.

33. Ver o importante trabalho de Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do Catolicismo romanizado no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1985.

O outro grupo se empenha nas tarefas da Igreja Particular, exige dos fiéis maior "compromisso com a caminhada pastoral" como recurso para garantir a 'construção' do Reino de Deus". A ortodoxia não recebe tanta atenção na fala do grupo, pois este aponta para uma ortopraxis. (34)

7. O discurso da instituição

A Carta Pastoral de lançamento da "Grande Avaliação" é um documento privilegiado para observar o funcionamento discursivo da Igreja Católica em Vitória, através da fala dos bispos. Ela foi elaborada dentro do programa que se propôs a examinar todo o desempenho da instituição a partir de 1974. (35)

O movimento da fala eclesial pode ser representado por um pêndulo que oscila entre dois tempos e dois espaços. Se nos referimos ao tempo, o pêndulo oscila entre o eterno e o instantâneo. Se ao espaço, oscila entre o temporal e o espiritual. A Igreja busca o equilíbrio tenso entre os planos tempo-

34. A "Grande Avaliação" tem como um de seus objetivos integrar todos os participantes da Igreja numa única pastoral de conjunto. Outros dados podem ser encontrados no Primeiro Capítulo deste trabalho, p. 67.

35. O texto em análise foi publicado pela gráfica da Arquidiocese de Vitória, em outubro de 1984, assinado pelos bispos D. Silvestre Luis Scandian (Arcebispo Metropolitano) e D. Geraldo Lyrio (Bispo Auxiliar). Está intitulado por "Carta Pastoral sobre a Avaliação, Aprofundamento e Reflexão da Pastoral da Igreja de Vitória". Trata-se, portanto, de um documento elaborado com a finalidade de oficializar "os encaminhamentos para a Grande Avaliação, reflexão e aprofundamento da ação pastoral da Igreja de Vitória".

ral e espiritual

Nessa carta, todo o discurso se desenrola na alternância entre os dois planos, em que, num primeiro momento, se descreve o temporal, para em seguida se referir ao espiritual.

O plano temporal é formado pelas coisas pequenas, minúsculas. Nele o indivíduo convive com o circunstancial, onde se situam as contradições. Neste plano, no cotidiano, todos os problemas e dificuldades são enfrentados. Na "realidade terrestre" estão as estruturas econômicas, políticas e sociais: estão as perturbações provenientes das tensões que ocorrem entre essas estruturas. Também no plano temporal se situa o Estado. Os desafios e os obstáculos à "ação evangelizadora" aí se encontram.

O plano espiritual está isento de todas as misérias terrestres, é o plano da grandeza, de magnificência divina, das coisas maiúsculas. Aqui poderemos sentir a "luz" irradiante de Deus, que nos dá o prêmio da "graça". É onde a salvação pode ser obtida e todos podem chegar ao conhecimento da verdade.

Embora a assimetria entre os planos espiritual e secular seja propriedade fundamental para a construção do discurso religioso, a Igreja, que fala por meio da voz dos bispos, participa dos dois planos. Ela é santa (divina) e pecadora (institucional) ao mesmo tempo. Talvez esta modalidade de participação seja a garantia da força institucional que a Igreja sempre manifestou em sua história. É ela que garante o seu espaço de atuação.

Vale observar aqui, porém, que na carta está presente

a imagem de uma Igreja fora do mundo. Isto é, a Igreja se situa historicamente: criou uma estrutura mobilizando um grande número de adeptos, tem sua organização própria no conjunto da sociedade. Entretanto, não faz parte da "massa" e dá a si mesma a missão de ser "fermento".

O mundo será transformado com a ação do "fermento" desenvolvido pela Igreja. Transformar o mundo não é o mesmo que transformar a sociedade. Podemos perceber aí uma diluição do político que se realiza pelo uso da palavra mundo em substituição à sociedade.

Isso ocorre em todas as circunstâncias em que se refere às contradições presentes nas estruturas sociais. Há uma constante absorção do temporal pelo espiritual. As contradições são percebidas como parte do plano temporal, mas não são enfrentadas ao mesmo nível. O discurso dá o salto para o plano espiritual e o político fica diluído.

Há um forte apelo à unidade enquanto toda a fala dá os saltos do temporal ao espiritual. Certamente, as relações entre os dois planos ocorrem de modo conflitivo nos próprios quadros da Igreja. Para os que concentram suas práticas no plano temporal vale o alerta de que sem a "graça" de Deus não há "salvação", ou melhor a "libertação". Aos que buscam o consolo divino, a paz de Deus, a graça de Jesus Cristo e a luz do Espírito Santo lembra: a "missão primordial da Igreja é evangelizar" o mundo.

O mesmo conflito parece ocorrer entre as concepções do tempo referidas acima: o instante e o eterno. A Arquidiocese de Vitória, enquanto Igreja particular, vive no instante e

é nele que se reproduz enquanto instituição. Ela deve estar atenta às tarefas do instante. Portanto, deve retomar os mecanismos de controle, recuperar o equilíbrio com o eterno, em sintonia com a Igreja Universal. Daí a sua força de sobrevivência por séculos e séculos.

De Deus para o povo, o discurso é mediado por diversas instâncias, em que configura e se legitima um modelo discursivo, construído pelos próprios bispos. Neste modelo se estabelece a relação entre o locutor (Deus) e o destinatário (Povo de Deus). O destinatário se relaciona com o locutor por mediações em níveis diversos, alterando o grau de relação, pelas diferentes espécies de atos de linguagem, conforme está representado neste esquema:

DEUS. (PEDE E EXIGE).. HOMEM
Poder Espiritual

BISPO. (EXIGE). FIEL
Mediador

ARQUIDIOCESE. (CONVOCA E ORDENA). POVO DE DEUS
Instituição

Plano Temporal: (ESTADO). (CIDADÃO) Político
Plano Espiritual: (DEUS). (FIEL) Religioso

Podemos ler esse esquema em duas dimensões:

- a) quanto ao poder da voz do locutor;
- b) quanto ao poder de atuação dos destinatários.

No nível inferior do esquema acima, a voz de Deus é

mediada pela Arquidiocese. Esta, por sua vez, está delimitada geograficamente, num contexto social, econômico e político, implicando, necessariamente, em algum tipo de relação com o Estado, que deseja manter o controle sobre os cidadãos. A Igreja necessita de seus adeptos para organizar alguma forma de confronto com o Estado. Neste nível a Igreja ordena ao Povo de Deus a lutar contra o Estado, como recurso de solução para as misérias, para os problemas de violência, fome, desemprego, falta de terra, etc.

Lembro que as contradições do social, explicitadas na problemática relacionada acima, estão presentes no cotidiano, atuando como obstáculo ao exercício para efetivar os propósitos de unidade e comunhão.

Enquanto os católicos devem exercitar o confronto com o Estado, determinados setores da sociedade apreendem as técnicas organizacionais colocadas à disposição pela Igreja. Esta aprendizagem pode ser bem aproveitada por organizações populares, sem a tutela da Igreja. Nessa capacidade de mobilização organizacional a Igreja se constrói como um interlocutor poderoso frente ao Estado e se reproduz sócio-politicamente.

Passando para o segundo nível, a voz de Deus é mediada pelo bispo que exige do fiel a corresponsabilidade dos serviços eclesiais. Enquanto os cidadãos recebem todo o apoio da Igreja para o confronto com o Estado no primeiro nível, neste já é diferente. Pois, já passamos para o espaço mais interno da instituição, onde são elaboradas as normas de relação entre o fiel e a hierarquia, as normas do funcionamento dos serviços religiosos, onde é combinado o ritual. Na organização interna

da Igreja a voz do fiel é escutada pelo bispo até um determinado limite.

No nível superior do esquema aqui elaborado, temos: "Deus, que pode fazer tudo sozinho, pede a colaboração dos homens". Mas, a voz do homem não é escutada diretamente por Deus, sem passar pela mediação do sacerdote. O homem não pode interpretar, de qualquer forma, a voz de Deus; deverá respeitar "os dons distribuídos pelo Espírito Santo". Ao padre, cabe a função de interpretar a voz de Deus, pois, para isso, ele é ungido. Ao homem cabe escutar a voz de Deus que fala através do padre.

No movimento ascendente temos os degraus que começam no temporal e sobem até o espiritual, onde o homem se relaciona com Deus, em que sua voz é escutada segundo uma gradação negativa. No movimento descendente, deslocamo-nos do espiritual e chegamos ao temporal, onde a Arquidiocese ordena ao "povo de Deus". Neste movimento a voz do adepto é escutada numa gradação positiva.

Desse movimento resulta uma inter-relação entre o poder temporal (político) e o poder espiritual (religioso), onde há a seguinte dinâmica: na mobilização política a Igreja faz com que o indivíduo se represente cada vez mais como autodeterminante. Opostamente, no movimento espiritual o fiel deve tornar-se submisso. No plano político o católico pode ir contra o Governo, e no espiritual, ele não pode ir contra a voz de Deus. Observando o esquema elaborado acima, através dos movimentos ascendentes e descendentes, podemos constatar que quanto mais desce o indivíduo mais se torna autônomo, e quanto

mais sobe, torna-se menos autônomo. Isto resulta na despoli-
tização da relação do fiel com a Igreja.

A intertextualidade referida à assimetria entre os planos espiritual e temporal forma uma condição característica do discurso religioso. Na carta dos bispos há uma relação entre o texto e a rede institucional. Esta os insere, portanto, numa prática discursiva. São inúmeras as citações empregadas, desde os textos bíblicos até documentos da Igreja Particular, passando pelos escritos do Concílio Vaticano II, pelas conclusões das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla e os discursos do Papa.

Concluindo: para o escopo de minha investigação é importante observar como está sendo considerado o sujeito no discurso institucional religioso. Quando o representante fala, ele reconhece o outro, diferente de si mesmo? Ou ele procura apagar o outro no seu "eu", ou no "nós" institucionalizado? Adiante, voltarei a estas questões. (36)

8. O processo conservador moderno

Alguns sinais de mudança na Igreja Universal, que já se manifestam em Igrejas Particulares, configuram o que se pode denominar de processo de modernização conservadora.

Um documento publicado por Estudios Centroamericanos

36. Conferir 4º Capítulo,, p. 156.

(37) chama esse processo de "involução", apontando tal movimento em cinco formas fundamentais. A primeira se refere aos conteúdos básicos do Vaticano II e Medellín: "No que toca à necessidade de a Igreja sair de si mesma para se colocar a serviço do mundo, não se pode negar que há um retrocesso. A Igreja volta a insistir na importância intrínseca de sua instituição como tal, de que esta seja forte e unida (...)." (38)

A segunda forma se refere a uma "involução também com respeito ao espírito do Vaticano II e Medellín. (...) Agora, percebe-se a tendência ao controle e à segurança doutrinária e administrativa." (39)

Em terceiro lugar, há um ataque à autonomia das Conferências Episcopais. Observa-se mudança no temperamento eclesial, que deixa atitudes de denúncias proféticas e passa aos gestos de prudência e triunfalismo.

Por fim, julga-se a "realidade trágica e os movimentos libertadores dentro de uma ótica ideológica" (40). A tragédia humana é deslocada para o segundo plano e dá-se prioridades ao julgamento das ideologias manifestadas no social.

Portanto, nos encontramos diante de um processo de neo-cristianismo, flexível, que não é passível de uma via única de interpretação. Como já foi visto, os ativismos exagerados das Igrejas Particulares, no regime do instante, deverão

37. Documento do ECA, N° 434, "Para onde vai a Igreja?"

38. Idem.

39. Idem.

40. Idem.

ser controlados, até restabelecer o equilíbrio tenso com o eterno. Os representantes da chamada ala progressista, a linha profética, poderão permanecer na Igreja, não sendo expulsos, mas certamente serão mantidos sob estreita vigilância.

Vanilda Paiva procura indicar que a partir de 1975 há uma tentativa de retração da Igreja oficial. "Tal movimento indica o fortalecimento de uma nova direita no interior da Igreja, capaz de levar adiante o aggiornamento da Igreja sem os riscos do primeiro momento. Neste sentido, seria possível levantar a hipótese de que ficou para trás o momento em que a ação da ala esquerda era condição para a modernização. A 'ida ao povo' logrou dotar a Igreja de uma nova vanguarda apostólica de conquista - de extração popular e, por isso mesmo, ao contrário do que pensa a 'Igreja Popular', mais controlável e mais sensível à autoridade que a tradicional vanguarda de classes médias. Se o desdobramento da luta interna na Igreja assegurar a hegemonia a esta 'nova direita', pode-se supor que embora a chamada 'Igreja Popular' continue existindo - ela será objeto de maiores pressões no sentido de 'enquadrar-se' em nome da unidade da Igreja e de permitir somente posturas radicais 'funcionáveis' em relação aos objetivos mais amplos da instituição, reduzindo o espaço deixado ao dissenso." (41)

Como já foi visto acima, alguns depoimentos confirmam que a lógica da conquista continua orientando a militância dos quadros católicos de extração popular, coisa muito parecida

41. Vanilda Paiva, A Igreja moderna no Brasil, pp. 65-66.

com a análise de Vanilda Paiva. (42) Enfim, o contexto mais amplo de retrocesso e a evidência da unidade no discurso oficial apresentado no item acima, deixam os agentes pastorais apreensivos diante das novas etapas do projeto católico na Arquidiocese de Vitória.

42. O estudo do moderno conservadorismo na Igreja Católica pode ser completado com alguns documentos que abordam as articulações ideológicas entre os projetos conservadores emergentes nos Estados Unidos da América e na Igreja. Diversos autores já publicaram trabalhos neste sentido, como Ana Maria Ezcurra, Otto Maduro, J. B. Libânio, Edênio Valle, entre outros.

No capítulo anterior discuti a prática educativa do agente pastoral a partir de algumas contradições detectadas nos depoimentos recolhidos. No quarto capítulo debruço-me sobre alguns impasses pedagógicos observados na metodologia usada na Igreja de Vitória. Procuro analisar o que se entende por "conscientização", "participação" e "compromisso comunitário" por serem termos fundamentais na constituição da pedagogia católica.

QUARTO CAPÍTULO

IMPASSES PEDAGÓGICOS DA "CAMINHADA"

O projeto inovador católico se implantou orientado por princípios doutrinários que definiram uma eclesiologia, ora mais explícitos, ora menos, conforme a conjuntura. No relato diacrônico e sincrônico da pastoral, já apresentado neste trabalho, foi possível perceber o modo como se efetivaram esses princípios.

A proposta evangelizadora associada à interferência no social com objetivos de nele operar mudanças, foi assumida inicialmente por grupos minoritários, que pouco a pouco se empenharam em divulgar idéias e arregimentar novos adeptos. O número de comunidades organizadas até então, somando à estrutura pastoral em funcionamento, comprovam certa eficácia e originalidade da Igreja Renovada em Vitória.

O uso das metáforas físicas, mais especificamente a espacial, foi evidenciado nas publicações católicas e nos depoimentos recolhidos. Tomei como pista para a análise discursiva desta fala o lema "pé firme na caminhada".

A "caminhada" pastoral se consolida nos seguintes "passos": ocorre, em primeiro lugar, um intenso trabalho de mentalização em que se explica os princípios doutrinários pretendendo modificar antigas concepções de vida religiosa. Em seguida, apresenta-se a participação como sustentadora da co-

munidade e dos movimentos reivindicatórios. Por fim, leva o indivíduo a se comprometer com a comunidade, por meio de tarefas assumidas, da vivência sacramental, etc.

No dizer dos adeptos das CEB's, o maior nível de consciência leva a uma participação que torna possível a vivência comunitária. Nestas etapas configuradas do método de renovação pastoral foram detectados e analisados alguns impasses, que apresento a seguir.

1. Primeiro passo: "conscientizar".

O termo "conscientização" é um componente do discurso instituído pelo "nós" comunitário, tanto do ponto de vista dos membros da base como dos agentes pastorais. Essa fala é privilegiada para se perceber os princípios pedagógicos orientadores da pastoral, observando-se uma possível ocorrência de persuasão disfarçada dos objetivos de um pequeno grupo, ou se busca de fato representar e elucidar a relação fins e meios no processo educativo e religioso em que os católicos se envolvem.

No processo comunicativo, efetivado entre lideranças (laicas e religiosas) e as bases, surge, com frequência, um ponto opaco de sentido e entendimento. Os depoimentos mostram este "nível zero" da compreensão mútua, sobretudo no que se refere ao jogo entre o "entender" (logicamente) e o "praticar" (voluntariamente). Seguem alguns depoimentos:

"Nem todos aceitam. Tem sempre os cabeças duras que

não. Acho que é por ignorância e falta de participar." (1)

"Participo porque acho que é importante, para unir o povo, para abrir a cabeça do pessoal, para o pessoal lutar mais um pouco contra essas dificuldades que tem." (2)

"O que o padre fala geralmente eles entendem, mas fazem questão é de não entender, entende o que eu quero dizer? Entender eles entendem, entendem mas deixam de lado. Entendem, mas não colocam em comum, não colocam em prática se entendem. Deixam por entender e pronto. Eu não tenho uma explicação para isso não." (3)

"Eu acho que quando a pessoa entende, ele consegue aceitar, mas se não entende ele não consegue, porque a gente vê que tem pessoas idosas que se ele consegue entender, ele aceita e ele gosta. (...) O que dificulta a pessoa entender é a pouca frequência na comunidade, nas reuniões." (4)

Os enunciados acentuam a importância da conscientização para garantir a eficácia da tarefa eclesial, nas relações com os homens e com o mundo. Vejamos alguns desses depoimentos:

"Na medida que o pessoal tomou uma consciência, também tomou uma posição." (5)

"(...) a gente deve receber o sacramento consciente. Para mim, depois que tomei um pouco mais de consciência, o sacramento teve outra importância." (6)

"Nas comunidades onde há maior conscientização, a participação é maior." (7)

Como tudo tem que passar pelo prisma da consciência, excessos foram cometidos, complicando as relações intra e ex-

-
1. Depoimento nº 5, III Relatório para a FAPESP.
 2. Depoimento nº 5, III Relatório para a FAPESP.
 3. Idem.
 4. Depoimento nº 17, III Relatório para a FAPESP.
 5. Depoimento nº 13, III Relatório para a FAPESP.
 6. Depoimento nº 9.
 7. Depoimento nº 22.

tra eclesiais em algumas áreas, como ocorreu na liturgia:

"A linha para sair da sacramentalização foi fazer da liturgia sacramental um lugar para conscientização, mas só falado." (8)

Enquanto a consciência era supervalorizada, ocorreu certo descuido com as atividades pedagógicas, tais como: formação de novos quadros, acompanhamento das comunidades, circulação do maior número de informações, esforços elucidativos sobre as conjunturas, estímulo à elaboração de projetos individuais, garantias de ampliação para o debate das finalidades na pastoral. Como foi demonstrado no primeiro e segundo capítulos, devo ressaltar que muitos esforços foram feitos e ainda persistem no sentido de realizar as atividades mencionadas, encontrando porém, muitas dificuldades. Este trabalho pretende ser um exercício individual na busca de pistas que possibilitem superar os obstáculos percebidos.

2. Segundo passo: "participar".

O termo "participar" abrange uma diversidade enorme de sentidos nos depoimentos dos participantes das comunidades eclesiais de base. Os significados oscilam desde uma concepção política, em que a referência às relações de mando é direta, até à simples presença numa reunião. Entre os diversos elementos frásicos que comentam a "participação", enumero os seguintes: frequentar as reuniões, falar, ajudar, praticar a caridade, assumir atividades litúrgicas, preparar festas, ser

membro, fazer parte, ser sócio, frequentar os atos religiosos, trabalhar na Igreja, ser ministro, lutar, receber os sacramentos, etc.

Em alguns momentos é possível notar, nos discursos recolhidos, a interpretação de que o verbo "participar" na estrutura pastoral seria, na verdade, como um jogo de "faz-de-conta", dando-se a entender que os seus limites já estão demarcados. Observemos os seguintes depoimentos:

"Acho difícil de entender é que às vezes, a gente decide que um pai não pode batizar uma criança e o Conselho diz que pode. Isso sim, eu acho difícil de entender, o resto não." (9)

"As reuniões do COPAV são boas. Muitas vezes a gente decide coisas lá que na paróquia não é cumprido nada por causa da maneira dos padres trabalhar. O COPAV não tem poder sobre os padres." (10)

Relembrando a estrutura pastoral, apresentada no segundo capítulo, as formas participativas nela explicitadas não fazem nenhuma referência às relações de mando ocorridas internamente. Nesse caso, alguns participantes podem indagar pela eficácia real dessa estrutura e pelo desconhecimento de outras, onde o mando circula, como acontece com o Conselho Presbiteral.

Mesmo uma participação com significado tão amplo tem dificuldade para se efetivar. Há os que apontam a falta de consciência, outros a falta de tempo, a "má vontade", a luta pela sobrevivência, a falta de motivações, etc. Vejamos estes depoimentos:

9. Depoimento nº 7, III Relatório FAPESP, p. 122.

10. Depoimento nº 9, III Relatório FAPESP, p. 134.

"A participação no Círculo Bíblico é difícil, a pessoa não quer participar. (...) Falta muito, porque diz que não tem tempo." (11)

"(...) o povo não quer deixar de ver novela, outros não quer deixar de tomar sua cachaça nos botecos. Eles acham que é perda de tempo e não querem deixar o tempo deles para participar de reuniões." (12)

"Nem todos participam, muita gente não gosta. A Igreja aqui é muito luxo e às vezes os mais pobres têm vergonha da roupa que usam. Outros não gostam mesmo." (13)

O termo "participação" apresenta outras características na fala dos agentes pastorais, embora ainda permaneça aberto o leque de significados. Entre as características percebidas, relato algumas.

Em dois depoimentos aparecem de modo explícito as etapas que conduzem à participação desejada. Observem:

"O pessoal tá junto na luta da escola, da água, da passarela, da estrada e tal. Quer algo mais além de rezar, quando tem consciência e começa a participar." (14)

"Na medida que está organizado o religioso, você tem mais condições de partir para a organização extra ao templo, à Igreja. A mentalidade do pessoal é religiosa, tem que responder ao desejo deles (...). Mas, quando se tem o lado religioso organizado, aí é mais fácil." (15)

Portanto, as etapas necessárias à participação desejada são as seguintes: primeiro, atuar no campo religioso, rezar, atender aos desejos dos católicos. Em segundo lugar começa o trabalho conscientizador. No terceiro momento espera-se a

11. Depoimento nº 3, III Relatório FAPESP, p. 88.

12. Depoimento nº 6, III Relatório FAPESP, p. 108.

13. Depoimento nº 9, III Relatório FAPESP, p. 132.

14. Depoimento nº 13, III Relatório FAPESP, p. 177.

15. Depoimento nº 20, III Relatório FAPESP, p. 252.

adesão quase automática ao que se chama participação. A prática de piedade desenvolvida pelos católicos até então, se enquadrava num outro sentido de participação, correspondente à Igreja "antiga", para lembrar que a mudança semântica do termo acompanha o processo renovador da Igreja em Vitória.

Todas as referências ao termo "participar" estão acompanhadas por uma percepção do movimento espacial, sendo imprescindível para elaborar um enunciado polissêmico, que se constrói com o uso abundante de metáforas físicas. Os depoimentos seguintes confirmam algumas delas:

"Há comunidades menos avançadas onde o pessoal não aceita falar sobre partido.(...)tem uns que em vez de avançarem na luta acabam cegredindo (...)." (16)

"Porque o pessoal sai do trabalho só de comunidade para um ângulo maior que é a questão do sindicato". (17)

"Há uma diferença entre quem vive fora e quem participa da comunidade. (...) O pessoal de fora é aqueles que não frequentam a Igreja." (18)

"Renovação para eles foi essa época. Hoje está uma acomodação, meio estático. (...) O pessoal bom, da linha de frente, que hoje saiu, era talvez o pessoal que dava importância muito maior a esse material." (19)

Outra característica importante a ser observada é o princípio quantificador (20), expresso na preocupação com os números, acompanhando as descrições das formas participativas.

16. Depoimento nº 12, III Relatório FAPESP, p. 166-167.

17. Depoimento nº 12, III Relatório FAPESP, p. 171.

18. Depoimento nº 13, III Relatório FAPESP, p. 177.

19. Depoimento nº 13, III Relatório FAPESP, p. 182-183.

20. Ver na Conclusão, p.171, sobre o princípio da quantidade.

Vejamos estes depoimentos:

"Então ficou um número reduzido que estava a fim de comprometer bastante mesmo." (21)

"Para se falar dos problemas da vida ou estudar a Bíblia, o pessoal vem a mim, sempre as mesmas pessoas." (22)

"Para batizar os filhos só se participassem de um tanto de celebrações, de um tanto de círculos bíblicos." (23)

"Pouca gente participa, (...). E tem aqueles que vem e são sempre os mesmos." (24)

Alguns agentes demonstram falta de paciência para com o desenrolar de um programa educativo, desejando resultados com certa pressa. Há momentos em que a participação é apresentada como uma necessidade a ser aceita (e não propriamente assumida) com urgência e, outros em que a paciência no ato de persuadir o outro, embora seja lenta, soluciona os desperdícios de esforços. Nessa linha, seguem alguns depoimentos:

"Aí começou a criar uma série de boletins falando sobre política, sobre a necessidade de participar, que o cristão para ser autêntico, verdadeiro, tinha de estar na luta política, na luta de libertação." (25)

"Acredito que o pessoal já conseguiu entender que todo mundo tem que participar, que eles tem que assumir (...)." (26)

"Mas me parece que a rejeição é muito mais forte num primeiro processo de conscientização, de mudança na maneira de se levar (...)." (27)

21. Depoimento nº 13, III Relatório FAPESP, p. 178.

22. Depoimento nº 15, III Relatório FAPESP, p. 204.

23. Depoimento nº 16, III Relatório FAPESP, p. 213.

24. Depoimento nº 17, III Relatório FAPESP, p. 227.

25. Depoimento nº 13, III Relatório FAPESP, p. 178.

26. Depoimento nº 18, III Relatório FAPESP, p. 235.

27. Depoimento nº 14, III Relatório FAPESP, p. 191.

O caráter quase obrigatório e urgente da participação, como é possível observar em diversos depoimentos, é outra exigência para pertencer ao grupo do "nós". O grupo comunitário se apresenta com um duplo modelo: de existência e de linguagem. Para pertencer ao grupo, o indivíduo deve agir e falar como o "nós".

Outros depoimentos confirmam a lógica espacial e o princípio qualificador em todas as referências ao termo "participação". Grande parte das atividades denominadas como participativas concentra-se nos momentos específicos de reuniões, uma instância mais propícia para o desenvolvimento das articulações.

Se a participação solicitada deve ocorrer orientada pelos fins estabelecidos na pastoral, este tema refere-se necessariamente ao que se compreende por planejamento. Como foi apresentando no primeiro capítulo, o planejamento e a participação são usados como táticas para camuflar a luta de classes, para controlar o conflito entre as classes, para manter o equilíbrio no desenvolvimento dos interesses do Capital e do Trabalho, para cooptar todas as classes e frações de classes em favor do capitalismo monopolista.

A prática planificadora vem sendo adotada na Arquidiocese de Vitória desde 1974, quando foram publicadas as Pistas Pastorais. Mas, as inovações pastorais voltadas para ampliar a participação dos católicos na estrutura eclesial foram incrementadas com mais força no período imediato que sucedeu ao Concílio Vaticano II. Cito como marco deste esforço o ano de 1966, quando foi criado o Secretariado de Pastoral e os

vários departamentos.

Em seu trabalho, Brasil: Igreja contra Estado, Roberto Romano se empenha em desvelar a lógica do planejamento eclesiástico. Este, "elaborado com assessoria de especialista, implantou-se em todo o país de maneira rápida e segura. Em virtude da simplificação e centralização institucional, da conclusão de análises e críticas das experiências locais em tempo hábil, conseguiu-se escolher material suficiente para orientar, com exatidão, a política de massas. Esta, por sua vez, foi o meio por excelência utilizado no confronto com o Estado" (28).

O exercício planificador levado a todas as comunidades pode ser uma oportunidade excelente para aprimorar a participação política e para o desenvolvimento da autonomia. Se isto ocorrer, os católicos reunidos nas CEB's aumentariam o grau de resistência aos esforços de cooptação do estado diante dos movimentos reivindicatórios.

Com a prática participativa tão valorizada nas CEB's é possível falar de uma pedagogia da ação, em que o esforço constante de reflexão sobre as próprias práticas, religiosas e sociais, colocaria todos no movimento educativo permanente.

3. Terceiro passo: "compromisso comunitário".

A comunidade eclesial de base adquiriu significado inovador no conjunto da pastoral, com certa lucidez, mas para o grupo que cumpriu todas as etapas da "caminha", percorren-

28. Roberto Romano, Brasil: Igreja contra Estado, p. 197.

do desde o espaço religioso, passando pela conscientização até às formas participativas consideradas progressistas.

Dado à sua polissemia e ao caráter genérico o termo "comunitário" é possível de ser usado por movimentos políticos contraditórios, desde a administração democrática da coisa pública até os que jogam o custo das coisas públicas sobre a população sem os resultados.

Nota-se que na prática do discurso no campo pesquisado, essa polissemia tende a se transformar numa fonte de equívocos e numa anfibiologia perigosa para os dominados. Nesse sentido seria interessante verificar até que ponto as lideranças progressistas estão preocupadas com uma determinação mais precisa do campo semântico e das práticas comunitárias empíricas.

Parafraseando Hill, seria necessário perguntar: comunidade com quem para fazer o quê?

A análise dos depoimentos de membros das CEB's, revela a multiplicidade de significados para o termo comunidade. Neste caso ocorre também a urgência de persuadir os "menos avançados" sobre os valores da prática comunitária. O termo subsume: a antiga capela da zona rural, a Igreja enquanto paróquia, a reunião de grupos religiosos da periferia urbana, etc. Em certos momentos chega-se a confundir "ação comunitária" em sentido político afim ao avanço, no Espírito Santo, do capitalismo monopolista. Certas instituições políticas, como por exemplo prefeituras, batizam a mobilização e a utilização popular - que na verdade só atende aos alvos do Capital e de seus representantes da política dominante, como "comunitá-

rias".

Ao relatar a história da Arquidiocese de Vitória, quando referi ao período de 1958 a 1974, tentei mostrar a comitância das mudanças ocorridas na pastoral da Arquidiocese de Vitória e na economia do Estado do Espírito Santo.

Voltemos agora a alguns depoimentos, em que a diversidade do termo "comunidade" se explicita:

"Então, a função dele é incentivar a comunidade a participar mais da Igreja, da religião (...). A Igreja tava muito abandonada pela comunidade (...)" (29)

"(...) Nunca ouvi falar (CEB). Todos na comunidade participam da Igreja para ter um bom caminho." (30)

"(...) o andamento que a Igreja dá parece que está instruindo o povo, o povo está chegando mais. A gente tem o prazer de estar dentro da comunidade." (31)

Alguns participantes das bases relatam, em seus depoimentos, as dificuldades para sustentar as comunidades eclesiais, advindas das contradições do social, do número reduzido de pessoas que assumem compromissos ou por causa de pessoas que não aceitam a renovação eclesial. Temos alguns depoimentos nesse sentido:

"São poucos. Agora, ultimamente eu sinto assim que houve uma queda geral na comunidade. (...) Pouca gente, poucas pessoas, então a gente fica fazendo uma revisão, será que não está cobrando demais." (32)
 "Foi quando o (...) matou o (...) aí, essa pessoa fez tudo para magoar a (...) minha amiga (mãe do falecido). Então, essa pessoa ficou de mal com a

29. Depoimento nº 5, III Relatório FAPESP, p. 103.

30. Depoimento nº 7, III Relatório FAPESP, p. 118.

31. Depoimento nº 11, III Relatório FAPESP, p. 149.

32. Depoimento nº 10, III Relatório FAPESP, p. 142-143.

gente, ela é que ficou de mal comigo, veio na minha casa me desfeitiar." (33)

Os agentes pastorais percebem a dificuldade para a proposta comunitária ser entendida "corretamente" por todos, isto é, de modo que seja coerente com a renovação eclesial. Apontam várias dificuldades e confirmam a necessidade de implantar programas educativos para formarem novos quadros e a necessidade do acompanhamento constante do grupo comunitário. Alguns depoimentos permitem concluir que a comunidade não existe espontaneamente, ela precisa ser criada e cuidada. Além disso, demonstra o valor da figura "comunidade" mais como uma representação ideal alimentadora das práticas cotidianas. Tal forma discursiva predomina nos relatórios e documentos oficiais da Arquidiocese. (34)

No caso acima, mais que apontar a distância entre o discurso e as práticas comunitárias efetivas, cabe perguntar

33. Depoimento nº 3, III Relatório FAPESP, p. 85.

34. Conforme está explicado na introdução deste trabalho, minha análise se estabelece sobre as dificuldades no processo educativo da pastoral de Vitória. Neste sentido, ele se diferencia das reflexões estabelecidas por Ana Maria Doimo, em seu artigo "Os rumos dos movimentos sociais urbanos nos caminhos da religiosidade, in. A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985), pp. 101-129. A análise dessa autora permite interpretar que se trata mais da "comunidade" representada como ideal e "elemento impulsor à participação". Se compararmos as páginas 108 e 109 com a Ata de 23a. sessão plenária do COPAV, é possível concluir que ocorreu certa desatenção hermenêutica no trato com o documento utilizado. Desse modo, também é possível interpretar que os católicos participantes das CEB's em Vitória possuem um nível "muito elevado" de politização. Enquanto a Profa. Doimo relata a "sacralização do político", trato da "secularização do sagrado", mostrando, porém, que esse cruzamento está gerando consequências problemáticas para a pastoral, do ponto de vista pedagógico.

se tal proposta organizativa, situada nas finalidades, foi amplamente discutida pelos indivíduos envolvidos.

Dentro dessa preocupação enumero alguns depoimentos:

"Tem toda a importância do acompanhamento do agente, de levar todo um trabalho de dividir tarefas. (...) Fazia todo um planejamento. Cada um tinha a sua tarefa, ia assumindo (...). Todo mundo tinha que ser ocupado, envolvido." (35)

"De comunidade mesmo nada, entende de Igreja." (36)

"A dificuldade de assumir os serviços nas comunidades eclesiais de base, está em fazer com que seja serviço mesmo e não um espaço para mandar nos outros." (37)

"Para as comunidades a Igreja Renovada é uma espécie de ferramenta para a caminhada na vida de Fé, é justamente a Igreja que está atingindo mais de cheio o povo (...)." (38)

A comunidade é entendida como tarefa urgente demandando o mínimo de tempo possível. Esse tempo rápido limita a capacidade de discussão e determinação das formas e conteúdos quando debatidos sobre o político. Desse modo, certas opções particulares no campo político são transmitidas sem que se note uma simbiose entre a enunciação religiosa da comunidade e a sua efetivação secular. Essa identidade tética entre comunhão eclesial e reunião comunitária política é pouco debatida, trazendo muitas ambiguidades à prática e à teoria dos movimentos católicos progressistas que se dedicam à pastoral popular. (39)

35. Depoimento nº 13, III Relatório FAPESP, p. 188.

36. Depoimento nº 20, III Relatório FAPESP, p. 252.

37. Depoimento nº 23, III Relatório FAPESP, p. 282.

38. Depoimento nº 22, III Relatório FAPESP, p. 276.

39. A falta da paciência do tempo e do conceito está apresentada na conclusão deste trabalho. Ver p. 173.

No discurso oficial da hierarquia e dos documentos da Arquidiocese de Vitória, através da comunidade pretende-se efetivar a Evangelização dirigida para o social. Nessa doutrina a Igreja cumpre uma função eficaz, de salvar todos os homens do mal, tal como o "fermento na massa", transformando imperceptivelmente a história dos homens e da sociedade.

A construção de uma comunidade no imaginário dos católicos se realiza de forma difícil e árdua. A falta de uma discussão mais ampla acaba, confundindo os meios com os fins. A proposta comunitária, quando se traduz em termos políticos, situada portanto nos objetivos e finalidade para se efetivar, desloca-se para os meios, para as condições limitadas no cotidiano. A comunidade será construída, portanto, no campo religioso já legitimado diante de todos ao longo dos tempos. Mas, o seu caráter político passa ocultado no religioso e faz com que o debate sobre a proposta não aconteça. (40)

40. A facilidade para legitimar a proposta comunitária devido à força do elemento religioso na cultura popular pode levar a cometer alguns descuidos pedagógicos na pastoral. É possível que se anule o debate e transforme a proposta numa "média" grupal. Ver o comentário sobre esse tema na Conclusão, p. 179.

a. Comunidade nos documentos da Arquidiocese

A importância da pequena comunidade para a estrutura pastoral foi mostrada no segundo capítulo. A diversidade de significados para o termo comunitário, apresentada acima, pode ser comparada com o sentido oficial recolhido nos documentos, conforme segue nesta parte.

No dizer dos bispos, as comunidades constituem o espaço privilegiado de desenvolvimento da ação pastoral, da missão evangelizadora e da chamada "opção pelos pobres". Eles afirmam, através de uma expressão retirada do Documento de Puebla (41) que as CEB's vão se tornando, cada vez mais, "centros de evangelização e motores de libertação". (42)

O termo comunidade usado muitas vezes em referência à Igreja Universal, tornou-se sinônimo de "comunidade eclesial". Assim, no Documento "Os Conselhos que a gente quer", lê-se:

"A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS LEIGOS, que favorece sua maior integração na comunidade eclesial (eu sublinho), vem se desenvolvendo, não como estratégia a mais ou apenas como nova metodologia de trabalho, mas como algo essencial. (...)." (43)

A inspiração desta terminologia é seguramente o Concílio Vaticano II, que deu o impulso eclesiológico renovador, produzindo - a partir do longo esforço teológico que o antecedeu - uma nova visão de Igreja, e passou a ser identificada,

41. Conclusões da Conferência de Puebla, nº 96.

42. Carta Pastoral sobre Avaliação, Aprofundamento e Reflexão da Pastoral da Igreja de Vitória, 1984.

43. Os Conselhos que a gente quer.

também segundo uma longa tradição re-articulada, como o "povo de Deus".

"Cada pessoa batizada traz em si o dom do Espírito Santo, para servir ao bem comum. Por isso, a Igreja_somos_nós. Cada um é responsável pelo destino da Igreja, pela sua organização, pela maneira dela atuar no mundo." (44)

No material publicado para o uso das CEB's e nos relatórios dos diversos encontros, a palavra comunidade é aplicada para toda a Igreja, e ao mesmo tempo, refere-se aos pequenos grupos de uma região bem determinada. Note-se, pois, que a semântica da palavra "comunidade" é, por vezes, extremamente ampla - com frequência chegando à imprecisão - e noutras ocasiões, bastante limitada, tanto no sentido social, quanto no espaço e tempo.

As "Pistas Pastorais" (1974) apresentam as pequenas comunidades como forma de vinculação da Igreja, às pessoas que buscam vivências comunitárias, com características locais. O comunitarismo surge como resposta à necessidade de organização popular, em vista de solucionar problemas detectados na área de saúde, trabalho, moradia, escola, saneamento básico, com mais segurança e confiança no próprio grupo.

Dessa forma, o forte sentido comunitário substituiu o, assim chamado, individualismo religioso. Nos documentos católicos argumenta-se a possibilidade de exercitar uma pastoral personalizante, uma vez que, sempre segundo seus redatores, a comunidade permitiria o contato pessoal e a identificação das pessoas no grupo. Nas pequenas comunidades os in-

44. Idem.

divíduos saíam do anominato e escapariam à experiência atomizadora a que são submetidos todos aqueles que sobrevivem na sociedade. O indivíduo deixaria de ser uma entidade auto-referida, tornando-se pessoa consciente de seu próprio valor e de sua legítima autonomia, bem como de sua necessária inserção no todo comunitário, seja através da formação dos grupos ou da própria Igreja.

Na Igreja, entendida como este espaço comunitário, os católicos poderiam exercitar a própria liderança, os carismas e os novos ministérios. Nela desabrochariam diversos serviços e responsabilidades. O padre definiria melhor o seu papel, no ministério pastoral, como animador das comunidades, sinal de comunhão entre os fiéis ali reunidos e a Igreja Universal.

A comunidade eclesial de base, conforme as lideranças católicas, favoreceria à descentralização da Matriz e à participação dos leigos na gestão dos assuntos eclesiásticos e pastorais. Estas duas características são consideradas suficientes para que os integrantes da II Assembléia Arquidiocesana (1977) insistissem na importância de se organizar comunidades e pequenos grupos.

No Diretório da Arquidiocese (1983) encontramos que a Pastoral, ao formar comunidades, cria condições para o povo tornar-se sujeito da história, na medida em que toma consciência de sua realidade, seus problemas, suas aspirações, seus condicionamentos, sua capacidade e força histórica.

"Nas CEB's, o povo vai assumindo seus problemas, suas lutas e se organiza para resolvê-los. As CEB's, além disso, educam para a participação dos cristãos nas organizações e movimentos (Partidos Políticos, Movimentos Populares, Sindicatos, As-

sociedades, etc.)." (45)

O fato de ter tudo em comum, sentir os problemas e solucioná-los em comum, é o caráter essencial da comunidade, conforme o documento "Base da Igreja". A CEB está unida à Igreja Universal e a sustenta. Vejamos:

"A CEB é a imagem da Paróquia. A Paróquia é a imagem da Diocese, chamada Igreja Particular. A Diocese é a imagem (eu sublinho) da Igreja Universal." (46)

Nesta sequência de ícones, rigorosamente *esseculati-va*, retoma-se aquilo que indiquei no segundo capítulo, ou seja, o incessante movimento lógico e empírico, realizado pelo documento e ação dos católicos, que vai do universal ao particular e vice-versa.

b. De um termo ambíguo a um caso original

A ambiguidade do termo comunitário e a amplitude de significados foram observados no discurso católico oficial e laico. Este fato, remetido ao contexto político, favorece aos representantes do Estado, a apropriação da terminologia religiosa para adotar na administração da coisa pública.

O Departamento de Articulação dos Municípios (DAM) e a Coordenação Estadual do Planejamento (COPLAN) incentivam a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento (47) para co-

45. Diretório da Arquidiocese de Vitória, 1983.

46. Base da Igreja (mimeo.).

47. Do Projeto Lei nº 001/83, Título III, Capítulo IV, Do órgão consultivo, Sessão única. DAM/COPLAN.

operar com o Executivo Municipal na elaboração de um plano de governo. Este Conselho é formado por representantes das diversas entidades do município, incluindo neles líderes de instituições religiosas. Devo observar que o Projeto Lei, que regulamenta este Conselho, tem a data de 1983. Porém, a prática de formação dos Conselhos Comunitários entre os católicos já contava com vários anos de experiência na Arquidiocese de Vitória e na Diocese de São Mateus, abrangendo, portanto, a maior parte do território estadual.

Nesse contexto de uso indeterminado do termo comunidade, na teoria e na prática, cito o caso típico de cooperação entre Igreja e Estado num município. Refiro-me ao trabalho da EMATER (48) junto a uma paróquia na área rural.

Os técnicos da EMATER realizam seus trabalhos em total articulação com a pastoral da Paróquia. Está incluído no próprio planejamento o auxílio às atividades eclesiais, expresso no incentivo à população para a frequência aos sacramentos e às práticas religiosas em geral.

Vejamos como o vigário se refere aos trabalhos dos técnicos:

"(...) os técnicos da EMATER são muito simpáticos,

48. A EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) está associada à EMBRATER. No ano de 1983, atuava no Estado do Espírito Santo com 56 escritórios locais sediados em municípios e distritos, possuía 446 funcionários, 271 técnicos e 175 administrativos. Esta empresa assume como público prioritário o pequeno produtor, o trabalhador rural, o jovem rural (15 a 25 anos) a dona de casa e o pescador artesanal.

(EMATER, Relatório das atividades, 1983, e Extensão Rural no Brasil: uma introdução ao serviço de extensão rural. Ministério da Agricultura e Embrater.)

são religiosos, fazem parte de um movimento nosso, os casais da paróquia. é fácil fazer uma ponte devido a simpatia dos elementos e a gente também está procurando se aproximar através do esforço de participar. Estamos assim somando a parte técnica, orientação na agricultura e a parte religiosa de presença. (...) Nessa caminhada estamos bem, somando a parte da EMATER e a parte religiosa, enriquecendo a comunidade e as pessoas. (...) Mas a gente tem feito um programa para conscientizar porque facilita mais para eles. Eles vão para a parte religiosa e também para a parte técnica da EMATER no mesmo dia. Primeiro a EMATER chega e bate um papo de modo geral (às vezes para os jovens), depois tem a missa e reunião com o Conselho." (50)

Conforme o depoimento de um técnico que atua neste município, a religião é o ponto de convergência da vida rural, o que justifica o incentivo à participação nas atividades religiosas. A EMATER colabora na organização das festas religiosas, na reforma de igrejas, etc. Os principais eventos do programa da EMATER culminam em concentrações da população, exposições de produtos agrícolas ou trabalhos artesanais, festas, etc., em que sempre se inclui a celebração eucarística.

Há uma previsão dos próprios técnicos de estender a experiência de trabalho conjunto, EMATER e Igreja Católica, para outros municípios. Mas, este exemplo de mútuo apoio não é seguido em toda Arquidiocese, uma vez que já ocorreram conflitos entre paróquias e aquela entidade.

4. Outros impasses

4.1. O mesmo grupo

O próprio grupo comunitário funciona como recurso pedagógico, no sentido de que é um facilitador da aprendizagem dos conteúdos relevantes para a pastoral. Mas, o número de indivíduos que assume as tarefas sustentadoras do grupo permanece estável e as mesmas pessoas se sobrecarregam de atividades. Vejamos alguns depoimentos:

"Estes dias até estávamos conversando no Conselho, então a gente fica cobrando todas as reuniões que a gente faz, pouca gente, poucas pessoas. (...) Também porque vai numa reunião e não tem ninguém, vai em outra quase não tem ninguém e a gente fica cobrando. Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo daí não entendo direito porque caiu tanto." (51)

"Pouca gente participa, não gostam de reunião. E tem aqueles que vêm e são sempre os mesmos." (52)

"O pessoal é muito inconstante, qualquer problema larga tudo. Eles não têm constância e apesar de buscar a comunidade como um local religioso, até para assumir o religioso é difícil." (53)

O mesmo grupo, como está sendo mostrado em todo este capítulo, identifica-se pela mesma fala. Apresenta-se como duplo modelo: de existência e de linguagem. A pertença ao grupo se define pelo mesmo agir e falar. O "nós" aparece numa relação de diferença com os outros ao mesmo tempo que confirma a si próprio.

Três impasses do grupo foram detectados: crescimento

51. Depoimento Nº 10, III Relatório FAPESP, p. 143.

52. Depoimento Nº 17, III Relatório FAPESP, p. 227.

53. Depoimento Nº 20, III Relatório FAPESP, p. 252.

reduzido, indeterminação da linguagem e dificuldades para estabelecer o equilíbrio na relação entre o indivíduo e o coletivo. O "nós" imaginário, criado pelo grupo, tende a apagar a individualidade. Vejamos algumas considerações de Heidegger que podem contribuir para esta problemática dos militantes católicos.

"Preocupando-nos com aquilo que aprendemos com, para ou contra os outros, inspiramos-nos constantemente na preocupação de nos distinguir desses demais. Seja que nos esforcemos apenas para apagar toda a diferença com eles; seja ainda que o ser-aí sentindo-se inferior, procura nas suas relações com eles igualá-las; seja ainda o ser-aí, colocando-se acima dos outros, procura mantê-los abaixo dele. A coexistência - embora ela procura dissimular isto para si mesma - inquieta-se e se angustia com esta distância. O que se pode exprimir existencialmente dizendo que o ser-em-comum existe sob o signo do distanciamento. Quanto mais este modo de ser passa desapercibido do ser-aí cotidiano, mais profundamente e de modo tenaz ele age sobre ele.

(...)

O "se" tem suas próprias maneiras de ser. A tendência característica do ser com o outro que chamamos distanciamento baseia-se no fato de que o ser comum procura impor tudo o que é conforme a média. A média é uma característica essencial do "se". É dela que se trata essencialmente para o ser do "se". É por isso que, de fato, o "se" permanece sempre na média daquilo que é conveniente, daquilo que é estabelecido, daquilo que não o é, daquilo que merece assentimento e daquilo que não o é.

(...)

A preocupação com a média mostra uma nova tendência com o ser aí, nós a chamamos nivelamento com todas as possibilidades do ser.

(...)

Cada um é o outro e ninguém é o si mesmo.

O "se" que responde a questão de saber quem é e ser aí cotidiano é ninguém. A este "ninguém", o ser-aí, misturando na massa, é sempre abandonado." (54)

Os outros, que não possuem o mesmo compromisso, a mesma consciência, o mesmo modo de interferir na realidade,

não podem participar do "mesmo grupo". Há os que estão dentro e os que permanecem no seu exterior.

Este modo de identificar o pequeno grupo assemelha-se ao conceito de "cristais de massa" em Elias Canetti. Vejamos:

Por cristais de massa eu designo pequenos e rígidos grupos de homens, fixamente limitados e de grande constância, que servem para desencadear massas. É importante que esses grupos sejam facilmente controláveis, que possam ser abrangidos de uma só vez. Sua unidade é muito mais importante que seu tamanho. Sua função deve ser familiar. É preciso saber para que existem. Uma dúvida quanto à sua função os privaria de todo sentido; o melhor é que sempre se mantenham iguais a si mesmos. Eles não podem ser confundidos. Um uniforme ou um determinado local de ação é muito conveniente. O cristal de massa é duradouro. Nunca varia de tamanho. Seus integrantes aprenderam o que fazer ou que convicção devem ter." (55)

b. O tempo e sua vivência

O modo como o agente organiza o próprio tempo já se orienta por uma percepção ideológica. À primeira vista, todos os agentes reclamam da falta de tempo. O acúmulo de tarefas tira-lhes tempo para as leituras, para o estudo individual, para o lazer e até para a oração.

Como o agente administra o seu próprio tempo? A idéia de tempo elaborada pela Igreja tem interferência no seu modo de conceber? Como as lideranças podem efetivar a percepção do mundo se dizem não ter tempo?

A forma como é exercida a militância demonstra que a lógica da utilidade e da conquista rege a administração do

55. Elias Canetti. *Massa e poder*, p. 78.

tempo. Parece que não se sabe usar o tempo sem alguma finalidade útil ao projeto de mudança social. Todos os minutos são empregados para a conquista de idéias, estratégias, adeptos e espaços novos.

O acúmulo de tarefas, junto com a escassez de tempo, levam o agente a adotar metodologias contraditórias às mensagens libertadoras defendidas no nível do discurso. Os possíveis novos adeptos não se convenceriam com as propostas libertárias apresentadas pelo discurso, constando que a vivência do agente tornou-se mecanizada.

A urgência da militância aparece na prática contradizendo os propósitos. Porque programa libertar as classes populares, o agente empenhado não pode perder tempo com eles em atividades desinteressadas, onde se cultivariam outros valores.

A Igreja Particular se diferencia da Igreja Universal também no modo de tratar o tempo. A primeira se concentra no plano do instante, enquanto a segunda, no registro do eterno.

No campo do instante a Igreja se reproduz socialmente mas, a sua universalidade é garantida pelo seu ancoramento no eterno. O excessivo empenho da militância no instante, pode comprometer a universalidade eclesial. Daí, a necessidade de controlar este tipo de prática para que a hierarquia eclesial reestabeleça o equilíbrio tenso entre o instante e o eterno, entre as atividades pastorais e a oração, entre a teoria e a prática.

O sistema econômico vigente impõe obstáculos aos es-

forças comunitários, determinando-lhes formas de usar o tempo. O tempo está dividido entre a produção das mercadorias ou a reprodução da força de trabalho. Que tempo restará aos trabalhadores, adeptos das CEB's, para se dedicarem aos afazeres comunitários?

Neste depoimento percebe-se esta preocupação. Vejamos:

"Na questão das tarefas, a gente percebe que é um grupo bem pequeno que assume, (56) não se chegou a aprofundar o porquê disso não. Há uma preocupação, uma insistência das lideranças de incentivar o pessoal para que possa assumir. Mas há dificuldades, tais como: rotatividade de serviço, horário de serviço, isso atrapalha muito realmente. Muitas vezes as pessoas que assumem tem que deixar, nós estamos com um coordenador da comunidade que tem um serviço de vigia com mais dois, e ele nunca sabe quando é a folga dele, então é uma situação muito difícil para assumir um serviço na comunidade." (57)

Tanto no tempo que o agente tem para se dedicar à pastoral, quanto no tempo que o fiel tem para participar da comunidade, foram apontados os impasses. Para a instituição católica o agente deverá superar o excesso de atividades e contribuir para restabelecer o equilíbrio entre o eterno e o instantâneo. Na contradição entre o tempo para o mercado capitalista e o tempo para efetivar as propostas comunitárias, o segundo sempre saiu prejudicado.

56. Note-se a pertinência da tese de Elias Canetti, sobre os "cristais de massa" que "não crescem".

57. Depoimento Nº 18, III Relatório FAPESP, p. 229.

c. Ritual como estratégia

Refletindo sobre as respostas ao questionário que efetivei, constato que na lida com o ritual e o simbólico o conflito entre a forma e o conteúdo aparece. Devo ressaltar que este trabalho se propõe a analisar uma pedagogia que é religiosa e laica simultaneamente. Sendo religiosa, o rito e a cultura católica não podem ser utilizados apenas como instrumentos. De acordo com os depoimentos, predomina o sentido instrumental e há um descuido com os conteúdos teológicos que se diluem. O rito, normalmente, é usado como uma forma de se "chegar ao povo". Os militantes tornaram o rito e o dogma cristãos prosaicos. As lideranças católicas, principalmente os leigos, participam de uma entidade que administra o sagrado, mas dele se distanciam e se alienam.

O rito é abafado pela força dada à "consciência" e ao "compromisso social". A relação com o sagrado entrou num crescente processo de intelectualização, sem buscar formas novas de lidar com o sistema simbólico.

Uma importante dimensão desse sistema, como forma do homem adaptar-se no seu ambiente, é mostrada por Cassirer.

Vejamos:

Entre o sistema receptor e o sistema de reação que se encontram em todas as espécies animais, encontramos no homem um terceiro elo, que podemos descrever como sistema simbólico. Esta nova aquisição transforma toda a vida humana. (...) O homem não vive apenas numa realidade mais vasta, vive por assim dizer, numa nova dimensão da realidade." (58)

58. Cassirer, E. *Antropologia Filosófica*, p. 49.

O homem "(...) já não vive num universo puramente físico, mas num universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes deste universo. São os vários fios que tecem a rede simbólica, a teia emaranhada da experiência humana. Todo progresso humano no pensamento e na experiência aperfeiçoa e fortalece esta rede." (59)

"(...) Portanto, em lugar de definir o homem como um animal_rationale, deveríamos definí-lo como um animal_symbolicum. Deste modo, podemos designar sua diferença específica, e podemos compreender o novo caminho aberto ao homem: o da civilização." (60)

O texto de Cassirer nos faz perceber um estreitamento na prática católica educativa, em que o sistema simbólico está esquecido e a dimensão intelectual do indivíduo está sendo super-valorizada.

Os esforços implementados para a conscientização dos fiéis poderiam ser traduzidos, metaforicamente, por uma grande marcha, em que os líderes libertadores, primeiramente, arrancariam o "povo de Deus" das cadeias simbólicas, ritos e doutrinas cristãs, para conduzi-lo à "terra prometida", submetendo-o ao domínio do intelecto. Na nova terra, os religiosos partilhariam da mais perfeita claridade, em que a verdade seria vista.

A chamada Igreja Renovada efetivou mudanças nos significados rituais atingindo a prática sacramental. Através dos depoimentos, pode-se perceber que a mudança de significação não ocorreu de forma tranquila. Algumas violências aconteceram e suas consequências podem ser detectadas nos conflitos internos das CEB's.

Por meio da pastoral renovada, um grupo propõe a vi-

59. Idem, p. 50.

60. Idem. p. 51.

vivência sacramental sempre relacionando-a às práticas comunitárias, expressas na forma de compromisso com as lutas reivindicatórias para suprir necessidades imediatas. Outro grupo usa os serviços religiosos e se relaciona com o sagrado, sem compreender ou aceitar o compromisso comunitário ou social. O sagrado funciona para este grupo como ponto de referência, ordenador de outras práticas em seu meio. Deste mecanismo surgem formas de vivências religiosas identificadas como catolicismo popular, difíceis de serem controladas pelo catolicismo oficial.

A nova forma de vivência sacramental apresentada pela pastoral inovadora, se não observar com mais cuidado o trato com a religiosidade popular e o confronto com o catolicismo tradicional, pode destruir o ponto de referência vital de alguns grupos sociais. Geralmente são grupos pertencentes às camadas sociais marginalizadas do modelo econômico monopolista e que estariam, também, sendo desapropriados dos seus valores religiosos.

A vivência dos sacramentos estabelece um ritual que acompanha as principais etapas da vida de um católico. As mudanças implementadas no ritual católico tem consequências no modo como esses indivíduos concebem a vida em seu meio. O batismo passa a ser coletivo, sem valorizar as individualidades. O campo da instabilidade humana deixa de aparecer nas confissões. Nas missas de corpo-presente e de sétimo-dia se concretizaria um ritual em que os vivos se exorcisariam dos mortos. Nestas observações encontra-se mais um impasse para os católicos na Igreja Renovada.

Como no capítulo anterior foram discutidos alguns impasses da pedagogia católica na pastoral inovadora da Igreja em Vitória, passarei à elaboração de pistas teóricas com o objetivo de contribuir com o esforço organizativo de seus militantes. O uso constante das metáforas físicas, especificamente as espaciais, estimulou-me a efetivar a análise discursiva. Na conclusão estabeleço uma crítica sobre a concepção instrumental de método e indico um outro sentido, o método enquanto processo.

CONCLUSÃO

O ponto de partida para o debate sobre a metodologia na educação popular, neste meu trabalho, está na análise das práticas dos militantes nas diversas instâncias da pastoral popular. Essas práticas partilham entre si um mesmo propósito: a transformação social. Poderia me referir à "nova sociedade" se o termo "novo" não estivesse comprometido na atual conjuntura política.

Tendo como pressuposto o ideal comum colocam-se algumas perguntas sobre os resultados dessas práticas pastorais e políticas: quais são as consequências concretas? Quais são os sinais garantidores de uma eficácia na realização do ideal? As pistas para responder a essas questões estão nas próprias práticas dos militantes.

Inicialmente podemos perceber um grande número de tarefas assumidas por um só indivíduo. Compondo a sobrecarga de trabalhos estão o excesso de reuniões, a falta de tempo para o estudo pessoal, a impossibilidade do lazer e da convivência, a dificuldade em priorizar os diversos compromissos, etc. Observem como alguns desses problemas transparecem no seguinte depoimento:

"Não se sente com a mesma intensidade a formação de novos quadros. Há uma falta total de novas pessoas. Então, a gente vai indo, vai deixando brechas, estas brechas não são preenchidas. (...)
No tempo que eu comecei, a gente realmente fazia um trabalho de educação popular. Agora, a gente não faz mais trabalho de educação popular. A gente

faz reuniões. Reuniões, reuniões, reuniões ... Tem que correr, tem que sair correndo de uma reunião para outra." (1)

O grupo de militantes apresenta um crescimento lento, quase sempre são os mesmos indivíduos que fazem tudo e dificilmente surge um número grande de novos elementos, com os quais se poderia dividir as tarefas. Daí surge uma possível interpretação: o que está acontecendo é que esse pequeno grupo, mais constante, está criando um "nós" imaginário que dirige o todo apagando as individualidades. A imposição do "nós" passa a ser um hábito e os novos elementos deverão aderir ao seu fazer e falar para serem bem aceitos.

O discurso dos militantes oferece um dado curioso quando se ocupa do relato das organizações populares. Quase sempre leva o ouvinte a imaginar algo muito além do que existe realmente no fato transmitido. O mais preocupante dessa fala não é a distância situada entre os dados reais e o discurso e nem a falta de coerência. Mais que na teoria, está nas consequências práticas o risco de se confiar nesse tipo de descrição, levando a uma imagem falsa da correlação de forças nos movimentos, confirmando a possibilidade do confronto com os interesses defensores do sistema vigente sem dados precisos, isto é, com pouco senso de realidade.

O debate metodológico deve perguntar também pelo modo de efetivar as conquistas populares, nas esferas da produção e do consumo, para conferir um caráter irreversível às organizações. Deve ou não augurar a irreversibilidade nos movimentos

1. Depoimento N° 12, IV: Relatório FAPESP.

populares e se fundamentar na idéia do acúmulo de forças como uma das condições para efetivar a transformação das estruturas sociais?

Enfim: coloco para o debate questões relacionadas a dois fatos observados nos movimentos populares. De um lado, há o reduzido grupo de militantes e as dificuldades no surgimento de novos indivíduos assumindo tarefas; de outro lado, percebe-se diversas organizações populares sendo cooptadas por uma nova forma de populismo em fortalecimento com o capitalismo monopolista (2), revelando seu caráter reversível.

1. Da ferramenta

A metodologia na educação popular teve seu debate situado nas questões expostas acima. Os militantes usam, frequentemente, em suas falas algumas metáforas mecânicas; entre elas, há uma reservada para definir método: a ferramenta, fala-se em ferramenta de lutas.

O uso da palavra 'ferramenta' para designar o método lembra a concepção de conhecimento como 'instrumento' em Kant. Essa idéia de conhecimento foi criticada por Hegel, quando ele diz que se pretende "agarrar a verdade com pinças", conhecer a faculdade cognoscitiva "antes de conhecer ou 'querer' aprender a nadar sem se jogar na água" (3).

O método aparece como um terceiro elemento entre o

2. Ver Primeiro Capítulo, p. 29.

3. Hegel, História da Filosofia, "Kant".

sujeito e o objeto, como neutralidade tranquilizadora, em que o movimento gerador de ambos não é considerado. O conceito de método como ferramenta é sinônimo de controle, disciplina e domínio do sujeito sobre o objeto ou sobre outros sujeitos. A insistência sobre tal concepção metodológica pode revelar os reais interesses de certos grupos que se apresentam com ideais libertários, no sentido que preenchem todo o tempo discutindo os métodos para evitar o debate sobre outras coisas.

2. Sobre meios e fins

A transformação da sociedade é ao mesmo tempo um juízo sobre meios e fins e um juízo sobre valores. O debate sobre a metodologia, enquanto ferramenta, manifesta uma redução nos limites dos meios. Os indivíduos se prendem ao metodológico, ao conjuntural e não discutem as finalidades.

Percebe-se um esforço para estabelecer a unidade conjuntural sobre o método adiando o debate sobre os fins. Todo debate adiado é autoritarismo em ato. Não se trata o aliado enquanto aliado, mas apenas como parte incompleta de si mesmo, concede-se que ele seja como é por enquanto, depois se decidirá isto.

Nessa perspectiva os meios podem ser entendidos como recursos ou instrumentos adotados para concretizar uma proposta política. Os fins significam as propostas ou os objetivos elaborados pelo grupo. Mas, não podemos nos limitar apenas nesses significados. Os meios também se referem ao espaço e os fins se referem ao tempo.

A análise sobre os meios, recursos e instrumentos utilizados por um grupo pode mostrar suas relações com o espaço, desde o modo de o conceber até os critérios e mecanismos de distribuição e controle para si e para os de fora. Prender-se nas concepções metodológicas é fixar-se no espaço e descuidar-se do domínio sobre o tempo. Daí a necessidade de aprimorar os conhecimentos sobre o meio, apto para perceber a maior quantidade possível de detalhes, o que significa dobrar a atenção sobre as diferenças. Quanto mais diferenças se encontra mais se distancia no espaço, mais se penetra e domina o tempo.

Na instância dos fins estão colocadas as utopias dos indivíduos: é aí que podemos relacioná-las às motivações para a militância política. A transformação social, referida à objetividade se faz fundamentada no juízo sobre meios e fins, o juízo fáctico; se considerada a subjetividade, necessita do juízo de valores, lidando necessariamente com as motivações pessoais.

Uma utopia "revolucionária" assumida por um grupo consegue manter sua força inovadora por um instante determinado. Após certo tempo surgem as tentativas de administrar a utopia, fazendo com que ela se institucionalize. As normas, os preceitos são elaborados, o método torna-se preocupante.

Portanto, preocupar-se com o método apenas é motivo para se questionar a utopia do grupo, sobre a instância das finalidades. O questionamento se explicita sob duas formas: primeiro, o grupo perdeu a utopia ou suas motivações perderam o sentido? Segundo, podem as finalidades se referirem ao campo do implícito e a prática cotidiana ao explícito sepa-

radamente? Há casos em que as finalidades não podem ser discutidas porque nelas está situada a força do grupo. Quando isso acontece a política é concebida como a arte de bem ordenar o explícito através de um jogo minucioso e cheio de tramas no campo do implícito.

3. Organizar e articular

As tarefas mais necessárias nos movimentos populares podem ser classificadas em dois tipos: primeiro, aquelas com o objetivo de organizar as classes populares; segundo, as tarefas de articulação.

O dinamismo dos acontecimentos no cotidiano não possibilita a observação dessas categorias, de modo estanque, uma vez que qualquer iniciativa de interferência no social, com a finalidade de mudanças, exige simultaneamente tarefas organizativas e articuladoras. Alguma característica própria do social representado como objetividade futura, por pequena que seja, pode se efetivar nas relações de mudanças travadas na objetividade presente. O movimento operado por sujeitos que negam uma objetividade e afirmam outra é mais visível que a linha divisória determinando o momento final de uma e o começo de outra.

Há circunstâncias em que a organização antecede às iniciativas articuladoras e outras em que um grupo específico

de articulação desencadeia movimentos organizativos em regiões controladas amplamente pelos interesses reacionários à mudança social. Portanto, a classificação acima é apenas didática. O importante é perceber o dinamismo nos movimentos populares e qual princípio está sendo privilegiado, o organizador ou articulador, nos diversos instantes da militância política.

Organizar e articular são duas tarefas interligadas, porém distintas. Pretendo nesta reflexão explicitar possíveis diferenças sugeridas pela análise dos depoimentos de alguns militantes das comunidades eclesiais de base.

A organização e a articulação assumidas por grupos específicos entram no movimento social e necessitam do auxílio da pedagogia em todo o percurso. Usando a ciência pedagógica o grupo deverá estar atento às modificações dos corpos e das mentes, às mudanças comportamentais e à explicitação de um novo fazer, à possibilidade de um conhecimento criativo e de socializar o maior número possível de informações, relativas às estruturas e conjunturas políticas.

Voltemos ao ativismo dos militantes percebido na sobrecarga de trabalho, conforme foi referida acima. Entre todas as atividades assumidas sobressai o número de reuniões. Se observarmos suas pautas, parecem prevalecer as reuniões com fins articuladores em detrimento dos encontros de estudos e formação dos indivíduos.

A prioridade estabelecida com o objetivo articulador (4) sugere algumas reflexões. Quem se ocupa de articulação estará raciocinando constantemente com os dados geográficos, no esforço de "fazer um sumário topográfico e geológico" das lutas. O espaço recebe maior atenção. Pois, ao articular se buscará a conquista de novos espaços e a eficácia no controle dos espaços já ocupados.

A militância empenhada na conquista e controle do espaço, confirma uma concepção metodológica restringida aos meios, evitando o debate sobre as finalidades. A armadilha do instante conjuntural absorve os esforços que se pretendem inovadores, fazendo com que o objetivo transformador seja outra vez adiado.

O critério da quantidade orienta o empenho articulador. Deve-se especificar os resultados da articulação através dos números: conta-se os adeptos, as organizações populares, os sindicatos, etc. Para avaliar basta comparar os números dos novos membros e dos novos espaços. Este critério quantificador mostra coerência com uma concepção instrumental de método, a ferramenta feita para medir. Pois, o método quantifica.

-
4. O leitor poderá observar a importância estratégica do elemento articulador na estrutura pastoral da Arquidiocese de Vitória, conforme foi mostrado no Segundo Capítulo. Ao conceituar a comunidade eclesial de base, observem o predomínio da metáfora física espacial na fala de D. Luís: "Penso não me enganar concluindo que a CEB é mais retarguada do que vanguarda. Quero dizer: nos encontros de oração e reflexão, nas reuniões de estudo e de reciclagem, na troca fraterna e avaliação da ação, é que os militantes verdadeiros se aprofundam e firmam suas posições. Ali também acendem mais forte a chama da fé que ilumina e esquentam seu compromisso". D. Luís Fernandes,, COMO SE FAZ UMA COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE?, pp. 74-75.

Portanto, o critério da quantidade e a lógica do espaço são privilegiados pelos grupos dedicados às atividades articuladoras. A permanência nos limites desses princípios dificultará a concretização dos ideais libertários.

Vejamos as tarefas de caráter organizativo. A organização segue a lógica do tempo, com um trabalho mais demorado para formar os militantes e os grupos empenhados na mudança social. A entrada no domínio do tempo está relacionada com o conjunto de conhecimentos sobre o meio, com a arte de matizar, na percepção das diferenças até se libertar do espaço.

O critério da qualidade prevalece nas tarefas organizativas como orientador na formação de lideranças e grupos. Este empenho não apresenta resultados imediatos a ponto de serem quantificados a curto prazo. Os programas educativos ultrapassam os momentos de reuniões e se concretizam de modo mais intenso nos encontros de estudos, nos debates e avaliações dos movimentos populares. Espera-se que os grupos dedicados às atividades organizativas considerem a educação popular mais atentamente no cotidiano da militância.

A essa altura de nossa reflexão, vejo uma pista que pode ser útil para o debate metodológico: não seria necessário conseguir certo equilíbrio entre as atividades organizativas e a articulação? Esse equilíbrio não ofereceria sustento para maior constância por parte dos militantes e alguma garantia de irreversibilidade para os movimentos populares? Em todas as instâncias dos movimentos populares os militantes deveriam explorar mais o potencial educativo de cada atividade.

Nós estamos numa conjuntura política em que a articu-

lação é priorizada. Muitas alianças se estabelecem justificadas pelos argumentos da conquista de espaços, restringindo o debate sobre as finalidades às cúpulas políticas. Nessa conjuntura se situa minha crítica, pretendendo ser, ao mesmo tempo uma pista pedagógica: tanto nas atividades organizativas como nas de articulação constata-se duas carências: a primeira, no nível da prática falta a paciência do tempo; a segunda: no nível da teoria falta a paciência do conceito. Referindo-se ao tempo, percebe-se a pressa privilegiadora das articulações. Referindo-se ao conceito, percebe-se discursos políticos impondo conceitos acabados, impedindo um processo de conhecimento criativo do sujeito sobre a realidade que se pretende transformar.

Há sinais indicativos de mudanças ocorridas no modo como se concebe o tempo dedicado à organização da pastoral.

Vejamos:

"(...) Agora começa a entrar essa problemática, que não basta só falar para o outro entender. Acho que o pessoal começou a entender que ele mesmo custou a entender, então se torna menos duro para com quem não entendeu, e lembra a própria experiência pessoal. Que o novo convertido custa a entender porque faz pouco tempo ele era tão burro como ele e alguns começam a assimilar isso, se finalmente a gente entendeu não era diferente de quem não entendeu." (5)

4. Sujeito e objeto

A crítica elaborada acima se refere diretamente à concepção mecânica de método, por perceber nesse conceito uma

restrição do debate político nos meios, evitando o debate sobre as finalidades.

Com o escopo de superar essa concepção de método trago para a nossa reflexão o agente que pretende modificar o social. Desse modo, recuperamos a idéia de que o método é o resultado do movimento criado pelo sujeito ao se relacionar com outro sujeito ou com o objeto. Esse resultado é "o caminho pelo qual a própria verdade, ou a essência objetiva das coisas, ou as idéias (todas essas palavras significam a mesma coisa) são procuradas na devida ordem" (6). Assinalamos nesse conceito de método duas idéias que nos interessam: primeiro, a do caminho para procurar a verdade, por sugerir o movimento do indivíduo que não está parado; segundo, a idéia de procurar na devida ordem. Tal idéia permite interpretar que há necessidade de uma ordem e que esta se elabora conforme a finalidade de quem caminha. Os fins, que determinam a ordem, trazem de volta a relação entre meios e fins para o nosso debate. A finalidade, traduzida no propósito de mudança social, ordena a procura, pois os meios não devem determinar a atividades humana.

4.1. O sujeito

A relação sujeito-objeto desencadeia um movimento alterador dos dois polos. Pretendo refletir sobre o primeiro polo, trazendo para o debate o tema da individualidade. O modo como os militantes consideram a individualidade é preocupante para uma pedagogia que se pretende libertária. O apagamento da

6. Espinosa, Tratado da reforma da inteligência, Nº 36.

individualidade pelo "nós" imaginário entra em confronto com uma reflexão do projeto pessoal, sem se desligar do movimento resultante da relação do sujeito com outros sujeitos e com o objeto.

A troca intersubjetiva necessita, para se realizar, da recuperação do valor da individualidade nos movimentos sociais. A necessidade de tal tipo de relacionamento surge do sujeito que percebe efetivamente a imperfeição dos seres humanos, valoriza a troca intersubjetiva e o respeito às individualidades e à personalidade. Portanto, o outro não pode ser apagado. A sua diferença, que não é a repetição de si mesmo, leva a um processo gradativo de aperfeiçoamento dos seres humanos.

Há sinais de cansaço e desânimo em alguns militantes, conforme os depoimentos analisados (7), deixando transparecer que a prática política tornou-se um peso. De tanto o indivíduo ouvir falar do "nós", ele se cansa e passa a perguntar pela própria realização na militância. O respeito à individualidade e à sua relação pessoal possibilita a exteriorização da riqueza intersubjetiva. Os indivíduos crescem e o todo cresce. Ele

-
7. Observemos no seguinte depoimento o comentário sobre o cansaço sentido entre os adeptos das CEB's: "Uma das características das comunidades agora é que há certo desânimo geral. As CEB's tiveram um crescimento, foram a um pique, e agora elas estão abaixando. Estão num período como se não tivesse mais novidade. (...) Eu pessoalmente, na minha vida estou passando uma fase assim. Durante 15 anos foi ativismo, militância, doideira. Agora, cheguei num estado de que não aguento mais. Se eu não parar pelo menos um tempo pra estudar mais ... Agora eu estou priorizando certas coisas, dando tempo para outras coisas. Estou começando a ver isto com clareza. Eu sinto que a história que a gente passa pessoalmente, os grupos também passam. A gente sente que as comunidades chegaram a um ponto de cansaço total." (Depoimento Nº 12, IVº Relatório FAPESP, p. 89).

se multiplica, se diferencia, se torna contraditório. Dessa contradição nasce o vigor.

O indivíduo se associa a uma proposta de mudança social com uma motivação interior, conforme valores que tem para si, e não simplesmente de acordo com uma racionalidade estrita, pois no momento de organizar grupos efetivadores de mudança há que conquistar a adesão das pessoas. Os valores interferem no momento em que o indivíduo adere ao grupo, mostrando que o juízo ético antecede ao juízo fáctico nos limites do empenho organizativo. Não podemos esquecer que o juízo ético tem uma história própria, pois os valores tiveram outros percursos anteriores ao instante da opção política.

Concluindo: na relação sujeito-objeto deve-se captar o movimento entre os polos e exercitar o respeito à individualidade como condição para a troca intersubjetiva eficaz.

4.2. O objeto

O objeto significa as condições concretas em que se dá a existência do ser humano, é o contexto social que se pretende transformar. Além de ser o social que aí está, o objeto significa o ponto de chegada, o mundo intencionado que se situa na finalidade, para o qual se ordenam os meios.

As condições materiais de existência, primeiro significado da objetividade visto acima, circunscreve o campo das possibilidades do indivíduos. O homem é o que ele pode e pode o que é. O campo dos possíveis é a finalidade para a qual o agente supera a sua condição objetiva.

A sociedade se situa no campo dos possíveis, explicitando-se no início do processo quando se instaura o debate aberto sobre as finalidades. A atividade humana aqui, se refere à necessidade de elucidar, de representar a negação da objetividade em que se encontra.

Através da representação o homem concebe o impossível. O possível será o resultado da submissão do impossível às condições objetivas. Noutras palavras, após conceber o impossível se conhece o possível por meio da experiência e da análise da factibilidade.

A atividade humana, orientada pela representação da finalidade, interfere na história, altera a objetividade que aí está; ao mesmo tempo, o homem é feito por essa história, nela ele se objetiva e se aliena. "(...) Neste sentido a História, que é a obra própria de toda a atividade de todos os homens, aparece-lhes como uma força estranha na medida exata em que eles não reconhecem o sentido de sua empresa (mesmo localmente eficaz) no resultado total e objetivo (...)" (8).

O movimento resultante das relações travadas entre os vários sujeitos, e desses com a realidade objetiva, mostra a importância e a necessidade de perceber o processo gerador do método. Compreendido como processo, o método recupera a unidade contraditória entre o sujeito e objeto, evitando cair no puro empirismo, caso considere apenas o objeto, ou no idealismo, caso privilegie o sujeito.

8. Sartre, Questão de método, p. 75.

5. O projeto

A "melhor sociedade possível" será definida a partir da representação da sociedade futura, negadora da objetividade que aí está. Tanto no momento da representação como no instante da atividade transformadora, se sustentará a unidade contraditória do sujeito e do objeto, garantindo o elemento dinâmico presente nesta relação. Isso quer dizer que o coletivo estará considerando o indivíduo sem o propósito de seu apagamento.

A representação da sociedade futura se fará no intercâmbio entre o indivíduo e o grupo. De nada serve a representação "revolucionária" elaborada pelo grupo se os projetos individuais não se explicitam e não se confrontam; ou melhor, o projeto coletivo submetido ao dirigismo do "nós" imaginário não interessa aos objetivos democráticos.

Cada indivíduo necessitará de condições favoráveis à elaboração de seus próprios projetos, sendo que a autonomia é fundamental para isso. A política, deixando de ser o jogo manipulador de corpos e mentes, se converterá em exercício da autonomia. Será compreendida e exercida como "(...) uma praxis que se dá como objeto a organização e a orientação da sociedade de modo a permitir a autonomia de todos, reconhecendo que esta pressupõe uma transformação radical da sociedade que, por sua vez, só será possível pelo desdobramento da atividade autônoma dos homens" (9). A autonomia, estando simultaneamente

9. C. Castoriadis, A instituição imaginária da sociedade, pp. 96-97.

nos meios e nos fins, deve ser um princípio atuante no dinamismo da relação instaurada por esses dois polos.

O fim da manipulação política se dá com a multiplicidade de projetos individuais em confronto, da qual surgirá uma nova realidade provida de significação própria, sem converter numa média grupal.

Cada proposta elaborada seria apresentada ao grupo, colocada no debate e, neste momento, o autor se empenharia na persuasão dos indivíduos. A persuasão faz parte do discurso político; o seu ocultamento caracteriza os sectarismos, resultado de duas posturas autoritárias: a defesa de si próprio ou de seu grupo pela carência de uma proposta política suficientemente articulada (10); ou a tática política de adiar, quando não é possível evitar, o debate das finalidades. A prática fundamentada numa proposta pode ser discutida sem decretar o monopólio do próprio fazer ou do próprio saber.

Não basta combater a manipulação política para os projetos individuais se explicitarem quando persiste o monopólio da "boa via". Há militantes das CEB's, que estão apresentando o comunitarismo como uma proposta política, talvez sem perce-

10. Sobre o sectarismo, veja como o seguinte depoimento aborda a questão: "Então, você vai conviver com outros grupos que tem outros projetos junto às classes populares. E aí, você como não consegue ter claro qual é o seu projeto, porque você ficou o tempo todo na Igreja, num negócio meio vazio, que é que acontece? Acontece o sectarismo. O sectarismo é um negócio que a gente vê aí também. Na minha opinião é uma coisa seríssima. Agentes e lideranças de Igreja, quando vão para os movimentos populares e sindical, são os mais sectários que existem. Por que isso? Defendendo o que? Na verdade, apenas para se defender, porque não tem projeto claro, não tem discussão, não tem uma prática. Estou falando isso a grosso modo." (Depoimento Nº 12, IV: Relatório da FAPESP)

berem o seu possível caráter autoritário. Assim se caracteriza pelos seguintes dados: apresenta-se como "boa via", reduz o múltiplo ao uno, predomina o dirigismo do "nós" imaginário sobre as individualidades.

Resumindo: os múltiplos projetos de indivíduos autônomos se confrontam e produzem uma realidade nova, mais próxima do possível imaginado.

5.1. O_único_sentido_histórico

A multiplicidade participa da essência do sujeito e do objeto. Considerando o objeto como as condições reais que se quer transformar, esse real possui uma história e nela detectamos a pluralidade de sentido. Os diversos sentidos captados serão ordenados em direção ao único sentido, à totalização futura.

Na busca do sentido único os homens criarão as condições para um novo fazer da história, em que esta será ao mesmo tempo, obra de todos os homens e obra sem autor. Os projetos individuais se confrontam e se superam progressivamente orientados para a conquista do sentido único. "Nosso ofício teórico e prático é o de tornar esta totalização cada dia mais próxima. Tudo está ainda obscuro e, entretanto, tudo está em plena luz, temos - para nos ater ao aspecto teórico - os instrumentos, podemos estabelecer o método: nossa tarefa histórica, no seio deste mundo polivalente, é aproximar o momento em que a História só terá um_único_sentido e em que ela tenderá a se

dissolver nos homens concretos que a farão em comum" (11).

O método consiste, pois, no processo de busca do único sentido, na tarefa de realizar a totalização histórica. Os múltiplos sentidos são captados para se ordenarem à totalização histórica e, ao mesmo tempo, serem contrapostos a ela.

O único sentido da história não supõe uma anulação da multiplicidade dos projetos individuais. Dependerá mais do exercício efetivo da autonomia como forma de garantir aos homens a possibilidade de construir em comum a história.

Numa prática política que se pretende democrática, os indivíduos fazem a história como podem, com uma intenção transformadora. Isto é, eles consideram as condições reais e animam suas atividades guiados por uma representação do sentido da transformação social.

A praxis participa do projeto negando e afirmando. Ela nega a objetividade que aí está e afirma a que ainda há de vir. A objetividade futura revela a realidade por sua ausência mesma; enquanto futuro, real mantém e transforma a coletividade. Através do projeto o sujeito supera a objetividade em direção à objetividade, no desenvolvimento tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas do campo dos possíveis.

Concluindo: a totalização futura e o projeto, presente e ausente simultaneamente, confirmam e acentuam o dinamismo da relação sujeito e objeto.

11. Sartre. op. cit. p. 76.

6. O PROCESSO

O método compreendido como processo pretende substituir a outra forma de concebê-lo, a instrumental. Rejeitamos o apelo a um terceiro elemento entre o sujeito e o objeto e valorizamos o movimento produzido pela unidade contraditória dos dois. O método não é uma ferramenta, devendo ser compreendido como processo, como movimento, como desenvolvimento da relação sujeito-objeto.

O processo se desenvolve combinando "obscuridade" e "clareza" como nos sugere a citação de Sartre acima. Os enunciados "obscuridade" e "clareza" podem se referir ao esforço cognitivo do ser humano em qualquer atividade que ele realiza. Todo fazer está relacionado com um saber. O fazer histórico pode ser caracterizado pela lucidez com que se dá a relação fazer-saber. A temática do conhecimento participa do debate metodológico, por ser referência necessária ao projeto social e à dinâmica da relação sujeito-objeto.

Vejamos em Espinosa uma consideração estabelecida entre conhecimento e método.

"Quanto mais coisas a mente conhece, tanto melhor entende a sua própria capacidade e também a ordem da natureza; e por outro lado, quanto mais entende sua capacidade, tanto mais facilmente pode dirigir-se e estabelecer regras para si mesma; e, quanto mais entende a ordem da natureza, tanto mais facilmente pode evitar o que é inútil; como dissemos, é nisto que consiste todo o Método." (12)

A citação acima mostra a necessidade do conhecimento para o sujeito aprimorar num sentido criativo, as relações

12. Espinosa, op. cit. N.º 41.

consigo, com outros sujeitos e com o objeto, e, para evitar o desgaste de energias com coisas inúteis. O conhecimento é importante tanto para o acerto no cálculo sobre os meios, como para o debate das finalidades.

Ainda com o sentido de valorizar o conhecimento, vejamos a seguinte citação:

"(...) não se trabalha com a arte dos matizes. E, no entanto, somente ela poderia trazer à luz uma prática de democracia em seu mínimo elementar, a do pensamento. Somente ela poderia salientar as diferenças dos discursos políticos, possibilitando um diálogo efetivo das correntes opostas." (13)

A arte de matizar, afinar os sentidos para captar no real a maior quantidade possível de detalhes, a percepção das diferenças no meio, todas essas tarefas contribuem para garantir lucidez ao fazer humano.

Tomando como pressuposto os argumentos apresentados acima, fortalece ainda mais a crítica à manipulação na militância política. O fato de se apropriar do fazer alheio, para conferir o voto ou o número em programas ditos como "participativos", sem o desenvolvimento do raciocínio, só esconde outra forma de autoritarismo. O fazer, deve se acompanhar necessariamente do saber; e, o estímulo para criar e explicitar novos saberes consiste em mais um desafio para a educação popular.

O conhecimento possibilita ao indivíduo exercitar o método progressivo-regressivo, de modo que ao representar a sociedade intencionada ele se projeta no futuro; e, ao tratá-

13. Roberto ROMANO, Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo, p. 22.

la nas condições materiais de existência, ele retorna ao presente.

Na idéia de projeto está o ponto de convergência de todos os enunciados desenvolvidos até aqui. Com a recuperação do movimento criado pela unidade contraditória entre o sujeito e o objeto foi possível mostrar o projeto como o elemento dinamizador entre os dois polos. Ele se concretiza na história, através do processo, que é o movimento mesmo.

7. Alguns desafios pedagógicos para a pastoral

O relato histórico da Igreja Católica em Vitória, a descrição da estrutura pastoral e toda análise desenvolvida até aqui, deram pistas para enumerar alguns desafios pedagógicos que se apresentam aos militantes católicos. Como conclusão deste meu trabalho relato estes desafios nos itens que se seguem.

7.1. Diferenciar as contradições pedagógicas das contradições de classes

Denomino contradições pedagógicas os impasses relacionados ao empenho educativo dos agentes pastorais, nos momentos em que eles atuam transmitindo conteúdos ou acompanhando as comunidades. Vejamos sinais destas contradições em alguns depoimentos:

"Quando se fala na doutrina se faz silêncio, fica se vagando. Houve umas reuniões na paróquia sobre liturgia. A catequista que transmitiu para a comunidade também não entendeu e passou do mesmo jeito para a comunidade. O povo vagava e conversava. Nem eu consegui entender o que queria transmitir e levava cartazes para ilustrar, tudo arrumadinho. Às vezes escutam em silêncio, por delicadeza." (14)

"Nem sempre entende tudo, porque a gente tem uns esquemas na nossa cabeça e a gente acha que eles entendem tudo. Quanto vai ver, eles entenderam diferente. A gente faz reunião com o Conselho e quando vai ver, na prática, eles entenderam tudo diferente, a respeito de normas também de batismo, por exemplo." (15)

"(...) Agora, no momento em que você parte para esse pessoal assumir um compromisso, por mais simples que seja, mas que precisa tirar o pessoal de casa num domingo ou numa tarde, ou qualquer hora que seja, a coisa já começa a ficar complicada. Porque não se consegue reunir gente para participar de reunião, a menos que seja uma reunião para batizar, se for uma reunião só para falar de batismo, mas tendo batizado na outra semana. (...) Para se falar dos problemas da vida ou estudar a Bíblia, o pessoal vem a minoria sempre as mesmas pessoas." (16)

A pastoral inovadora da Igreja de Vitória, com seus propósitos de mudança social, não favorece amplamente à rea-

14. Depoimento Nº 16, IIIº Relatório FAPESP.

15. Depoimento Nº 17, IIIº Relatório FAPESP.

16. Depoimento Nº 15, IIIº Relatório FAPESP.

lização dos interesses do capital monopolista no Estado do Espírito Santo. Em decorrência disto, os representantes do sistema econômico vigente reagem com críticas e ataques às comunidades eclesiais de base. O exemplo mais recente deste fato é o conflito entre a UDR (União Democrática Ruralista) e a Igreja em todo o Estado, como pode ser comprovado pela Carta Pastoral do dia 07 de outubro de 1986, assinada pelos bispos das três dioceses capixabas. Outros exemplos desse tipo de contradição aparecem nos seguintes depoimentos:

"(...) Porque tem muita gente que custa a aceitar por reflexos, mas não é rejeição positiva. E tem outros que não aceitam de jeito nenhum, e querem reconstruir uma Igreja que abençoe tudo. Esse grupo é pequeno, mas é super poderoso, porque se deram conta que a Igreja escapou do poder, por isso é tão agressivo. De fato, com as CEB's, a Igreja escapou do poder deles de controlar, é o grupo que tem controle no lugar. São os usineiros, sindicato patronal, os industriais de Linhares, os comerciantes, querem reconstruir uma Igreja que venha perpetuar o sistema. E acho que entenderam o Evangelho, se a gente reflete friamente. Entenderam perfeitamente o anúncio. Não é que o anúncio não chega até eles. Chegou com clareza olímpica e a resposta é clara também. Acho que quem não recebeu é esse povo simples e de pequena classe média, que por reflexo de cultura, ainda não assimilou em que vai esse anúncio." (17)

Diante destas contradições surge uma pergunta: como considerar cada uma delas nas atividades pastorais? Os agentes não podem dar respostas idênticas aos dois casos. Para as contradições pedagógicas existem soluções. Elas serão encontradas através dos estudos, das pesquisas, dos debates e com a aprendizagem no trabalho em equipe.

As contradições de classes serão resolvidas nos movi-

mentos populares, mais especificamente, os movimentos sindicais, políticos e reivindicatórios, quando os interesses dos trabalhadores se confrontam com os interesses dos capitalistas. Como as contradições de classes não se apresentam identificadas como tais, cabe ao educador ajudar os adeptos das comunidades na diferenciação dos conflitos enfrentados. Deverá, portanto, na medida do possível, desvelar as contradições de classes e buscar respostas para as contradições pedagógicas.

b. Aproximar o cálculo entre meios e fins

A pedagogia poderá auxiliar os militantes católicos no momento em que consideram as questões relacionadas com os meios utilizados para efetivar seus propósitos. Na referência aos meios, a tarefa pedagógica consiste, prioritariamente, na elucidação. Deverá estimular a todos no desenvolvimento de formas elucidativas, que favoreçam o maior conhecimento possível sobre suas condições objetivas de vida. Entre os agentes pastorais, este esforço se concretiza nas análises de estrutura, conjuntura e no conhecimento da "realidade".

O esforço lembra a necessidade de recuperar o equilíbrio entre as atividades organizativas e aquelas de cunho articulador. Para isso, deverá criar programas de estudo e de formação dos quadros católicos.

Referindo aos fins, a pastoral deverá estimular os adeptos das CEB's no exercício de representar as finalidades. Nesta instância, as relações com o sagrado e a imagem do Reino de Deus, possuem fundamental importância. Disso provém a ne-

cessidade dos agentes cultivarem a mística e elaborarem a mediação teológica.

Os católicos deverão recuperar o movimento dinâmico entre meios e fins. Os fins, determinados pelos participantes no ato de representar, atuam na instância dos meios, orientando e animando as atividades pastorais.

c. Elaborar e confrontar os projetos

A comunidade eclesial de base deveria ser um espaço propício para que cada membro elaborasse o seu projeto individual. Em seguida, deveria estimular o debate entre os vários projetos e, desse confronto, definir o projeto coletivo.

Neste conjunto de atividades, todos se educariam para o confronto e o debate dos projetos, sem decretar o monopólio do próprio fazer ou saber. Este momento possibilitaria o exercício da autonomia e a superação da proposta comunitária como "boa via". As tarefas necessárias neste esforço de elaborar e confrontar projetos se situam na instância organizativa, conforme a classificação por mim estabelecida acima.

d. Sustentar o movimento tenso entre o indivíduo e o grupo

O movimento popular se efetiva por meio de um conjunto de atividades que se classificam em: organizativas, articuladoras e transformadoras. Algumas diferenças entre organizar e articular foram enumeradas neste trabalho. Importa, agora, observar como se dá a relação entre o individual e o coleti-

vo nestes três níveis.

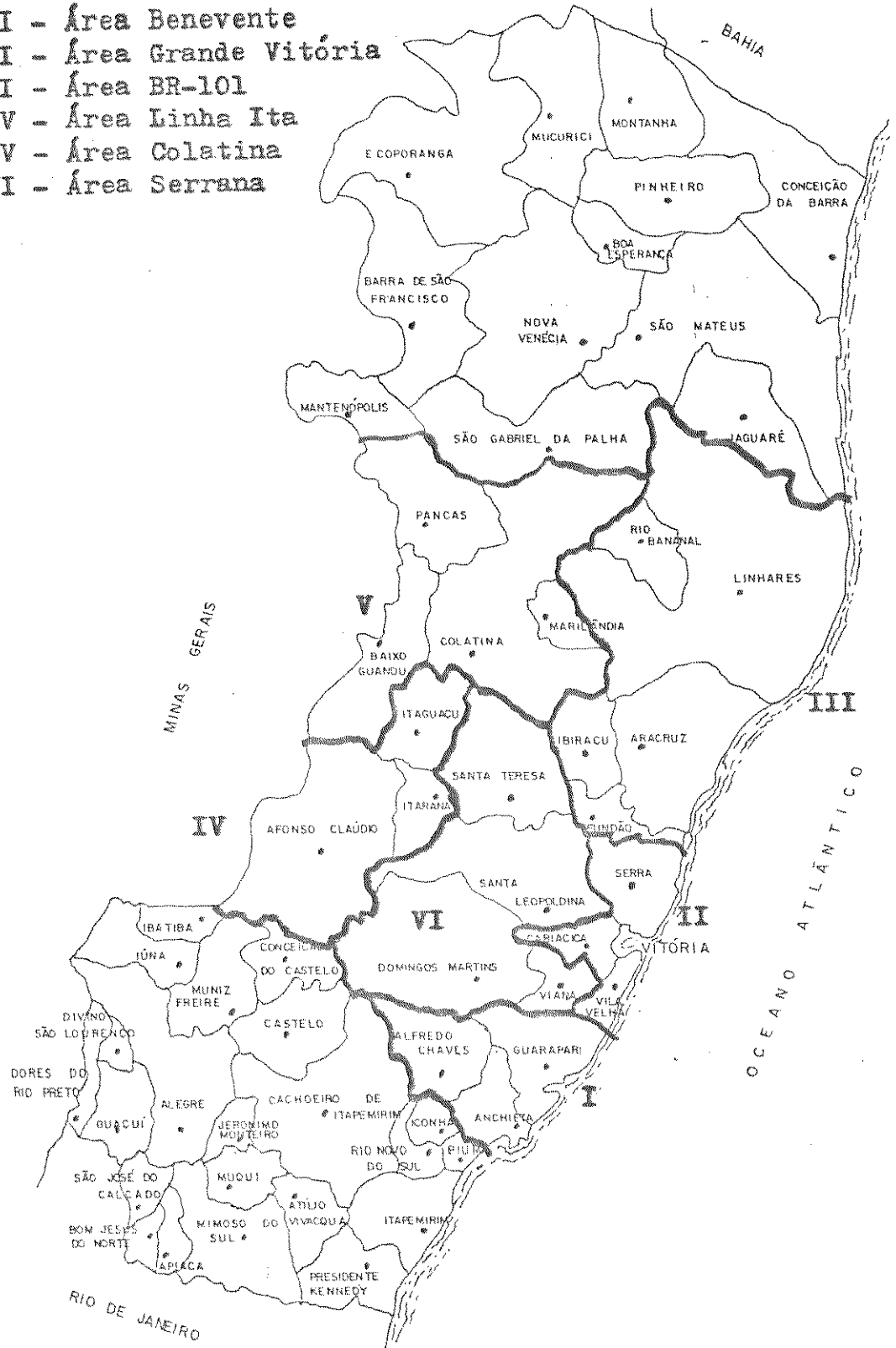
As tarefas organizativas se localizam nas pequenas comunidades. Nesta instância as individualidades se manifestariam e seriam consideradas por todos, o que evidenciaria a multiplicidade. A vontade de mando, implícita nos indivíduos, deveria ser explicitada e elaborada a partir dos objetivos que levaram este grupo a se organizar.

Muitos grupos organizados se encontrarão numa instância articuladora orientados e motivados pelo mesmo objetivo. As atividades aí realizadas levarão ao nível transformador, em que a interferência no social resultará na mudança desejada. Para que isto aconteça, todos os grupos se unificariam num único projeto político. A unidade deveria ser priorizada em detrimento da multiplicidade e a individualidade seria submetida ao coletivo.

Neste esquema, o desafio pedagógico consiste em recuperar o movimento tenso entre o individual e o coletivo, estabelecendo as diferenciações necessárias nas instâncias mencionadas acima.

Localização das Áreas Pastorais da Arquidiocese de Vitória

- I - Área Benevente
II - Área Grande Vitória
III - Área BR-101
IV - Área Linha Ita
V - Área Colatina
VI - Área Serrana



A N E X O I

O conceito de Comunidade em H. Freyer, F. Tönnies e M. Weber

1. Comunidade e Sociedade em Hans Freyer

Freyer define a comunidade como um grupo social que antecede, necessariamente à sociedade. Esta surge pela irrupção da dominação no seio daquela. A categoria fundamental de diferenciação entre comunidade e sociedade é a presença da dominação. A esta categoria, acrescentam-se outras, como o patrimônio cultural, cultura superior, formação histórica.

A comunidade seria um grupo em convivência sem dominação. Todos os membros da comunidade possuiriam um patrimônio cultural intacto e total. Se existem diversidades na posse comum do patrimônio cultural, estas seriam provenientes das diferenças naturais de idade, sexo, força e capacidade. No entanto, seria possível a existência da autoridade, somente por representar de forma perfeita a posse do mundo comum a todos.

Os participantes da comunidade formariam um grande "nós" num espaço em que todos vivem, e que vive em todos; onde, os fatos não afetam os indivíduos enquanto indivíduos, mas o "nós". A vinculação de todos nesta primeira pessoa do plural garantiria o caráter de duração e imperecibilidade, constituindo assim a natureza própria da comunidade.

A comunidade se renovaria através da sucessão das gerações, mas sobrevivendo às mudanças. Tem duração, mas não tem história. Os acontecimentos históricos não urgem de seu âmbito, embora penetre nela.

O princípio da comunidade pode estruturar grupos sociais, inseridos em um mundo social especificamente diversos, como a família, a estirpe, a comunidade vicinal.

A cultura superior, para existir, necessitaria de um grupo social grande e articulado, que só seria possível por meio da dominação. Inicialmente estruturar-se-iam os pequenos grupos. Um deles se tornaria dominante, conquistando o monopólio de partes do patrimônio cultural, rompendo com a homogeneidade comunitária possibilitando o nascimento da cultura superior.

A dominação seria a essência da sociedade ao mesmo tempo responsável por sua forma histórica. A sociedade possuiria o germe das modificações. Suas formas típicas pertenceriam à teoria dos corpos sociais.

2. Comunidade e Sociedade em Ferdinand Tönnies

A comunidade teria como sua essência a vida real e orgânica. Inclui relações de confiança, intimidade e tudo o que vive exclusivamente junto. O homem está nela desde o seu nascimento.

A teoria da comunidade parte da união perfeita da vontade humana. Esta permanece e se desenvolve conforme as relações estabelecidas entre as pessoas. Existiriam, para Tonnies três tipos de relações fundamentais onde a união das vontades é intensificada pela afirmação recíproca:

1. a relação entre mãe e seu filho;
2. a relação entre marido e mulher;
3. a relação entre irmãos descendentes de um mesmo corpo materno.

Estas três relações favorecem o desenvolvimento da comunidade, embora, em graus diferentes. A relação entre a mãe e o filho é a mais profunda; tem sua base no instinto e no prazer. Após o crescimento do filho, tornando-se independente da mãe, a ligação pode permanecer pelo hábito, pelas lembranças saudáveis e o reconhecimento dos cuidados maternos.

A relação entre marido e mulher é conservada pelo hábito de viver juntos para transformar-se numa relação durável e num mútuo acordo. A relação entre irmãos, fundada no laço sanguíneo, é a mais humana das relações entre os homens. Nesta relação há um enfraquecimento dos instintos, se comparando com os outros. Conta com o auxílio da recordação, na gênese, conservação e consolidação dos laços do coração. A uniformidade de existência e de forças desta relação resiste às diferenças surgidas da inteligência ou experiência.

O processo comunitário se desenvolveria gradativamente, partindo da comunidade de sangue para a comunidade de lugar, sustentando-se na convivência local, terminando na comu-

nidade de espírito, como resultado da mera atuação e administração recíproca na mesma direção, no mesmo sentido. A vida animal estabelece a comunidade de lugar. Já a comunidade de espírito supõe um vínculo mental, é o tipo mais elevado, é a propriamente humana.

Enquanto na comunidade de sangue há uma participação comum em relação ao corpo de cada pessoa, na comunidade de lugar a participação comum dá-se com relação à terra possuída; e na comunidade de espírito, com relação a lugares considerados sagrados ou à divindade venerada.

Conforme a classificação efetuada, temos três tipos-ideais de comunidades:

- parentesco;
- vizinhança;
- amizade.

O primeiro tipo-ideal, o parentesco, caracteriza-se pela convivência sob o mesmo teto, posse e gozo comum das coisas, principalmente a alimentação, veneração dos mortos e a consequente tutela assegurada da convivência e colaboração pacífica. A vontade e o espírito de parentesco podem sobreviver à distância, alimentados pela recordação, ultrapassando os limites da casa e a exigência de proximidade.

Na vizinhança, a convivência do povoado, caracteriza-se pela proximidade das casas, bens comuns, ou a continuidade dos campos, determina numerosos contatos entre os homens e faz com que estes se acostumem a tratar-se e conhecer-se mutuamente. A ordem e o governo são impostos pelo trabalho em comum.

Os deuses e os espíritos são implorados em demanda de favor e graça. Determinado essencialmente pela convivência, este tipo de comunidade necessita apoiar-se em certos costumes de reuniões e de usos conservados como algo sagrado.

Independente de parentesco e vizinhança, a amizade se faz como condição e efeito de atuações e concepções coincidentes. A participação no mesmo trabalho facilita seu surgimento, devendo fortalecer-se e conservar-se por meio de fáceis e frequentes reuniões. A divindade fundada e celebrada à base de um espírito comum é importante segundo Tonnies, para conservar o vínculo, pois imprime na amizade uma forma viva e permanente. O bom espírito mora na consciência de seus devotos e os acompanha em seus deslocamentos. Os companheiros se sentem unidos pelo vínculo espiritual e são partícipes do mesmo trabalho comum. A relação entre os amigos são as menos instintivas, e estão menos determinadas pelo costume que as de vizinhança; são de índole mental, se comparada com as relações anteriores, parece basear-se na casualidade ou na livre escolha.

As principais leis da comunidade são:

1. Parentes e cônjuges se amam e se acostumam facilmente entre si: falam e pensam entre si com maior frequência e gosto acontecendo o mesmo, em graus diferentes, entre os vizinhos e os amigos;
2. Há consenso entre os que se amam;
3. Os que se amam e se entendem, convivem e permanecem juntos e ordenam sua vida em comum.

A comunidade é regulada pela compreensão e pela concórdia.

A sociedade é, para o autor um grupo de homens que convivem pacificamente, como na comunidade, mas não está essencialmente unido, mas essencialmente separado. Cada pessoa vive para si e está em constante tensão com todos. A relação de todos para com todos, fora qualquer contrato, pode ser compreendida como uma hostilidade em potência ou como uma guerra latente.

Em resumo, a sociedade é uma associação "mecânica" e "artificial", resultado da inteligência discursiva da vontade reflexa. É uma soma de indivíduos que associam suas vontades explícitas, mas permanecem independentes uns dos outros, sem ação recíproca no íntimo.

Tonnies exalta a vida comunitária e deprecia a sociedade. Há, para ele, na história contemporânea, uma evolução progressiva da comunidade para a sociedade. O mundo atual é decadente, perde a vitalidade, naturalidade, torna-se mecânico e artificial.

3. Comunidade e Sociedade em Max Weber

A comunidade é um tipo de relação social estabelecida pelos indivíduos a partir de um sentimento subjetivo voltado para a constituição de um todo. Para definir uma comunidade não é suficiente a participação comum em algumas qualidades, da situação ou da conduta. O caráter determinante é a ação re-

ciprocamente referida, traduzindo o sentimento de formar um todo, tendo como base o "sentimento" da situação comum. a comunidade pode apoiar-se sobre toda espécie de fundamentos, afetivos, emotivos e tradicionais. Sua expressão mais adequada é a comunidade familiar. A comunidade de linguagem apenas não é o suficiente para definir uma comunidade, mas facilita a formação de relações de sociedade, o entendimento mútuo e aumenta o grau de compreensão recíproca.

Normalmente a comunidade é apresentada como a contraposição radical da "luta". Mas, ocorre frequentemente na comunidade, as pressões sobre as pessoas, "seleção" de tipos e diferenças nas possibilidades de vida e sobrevivência criadas por ela.

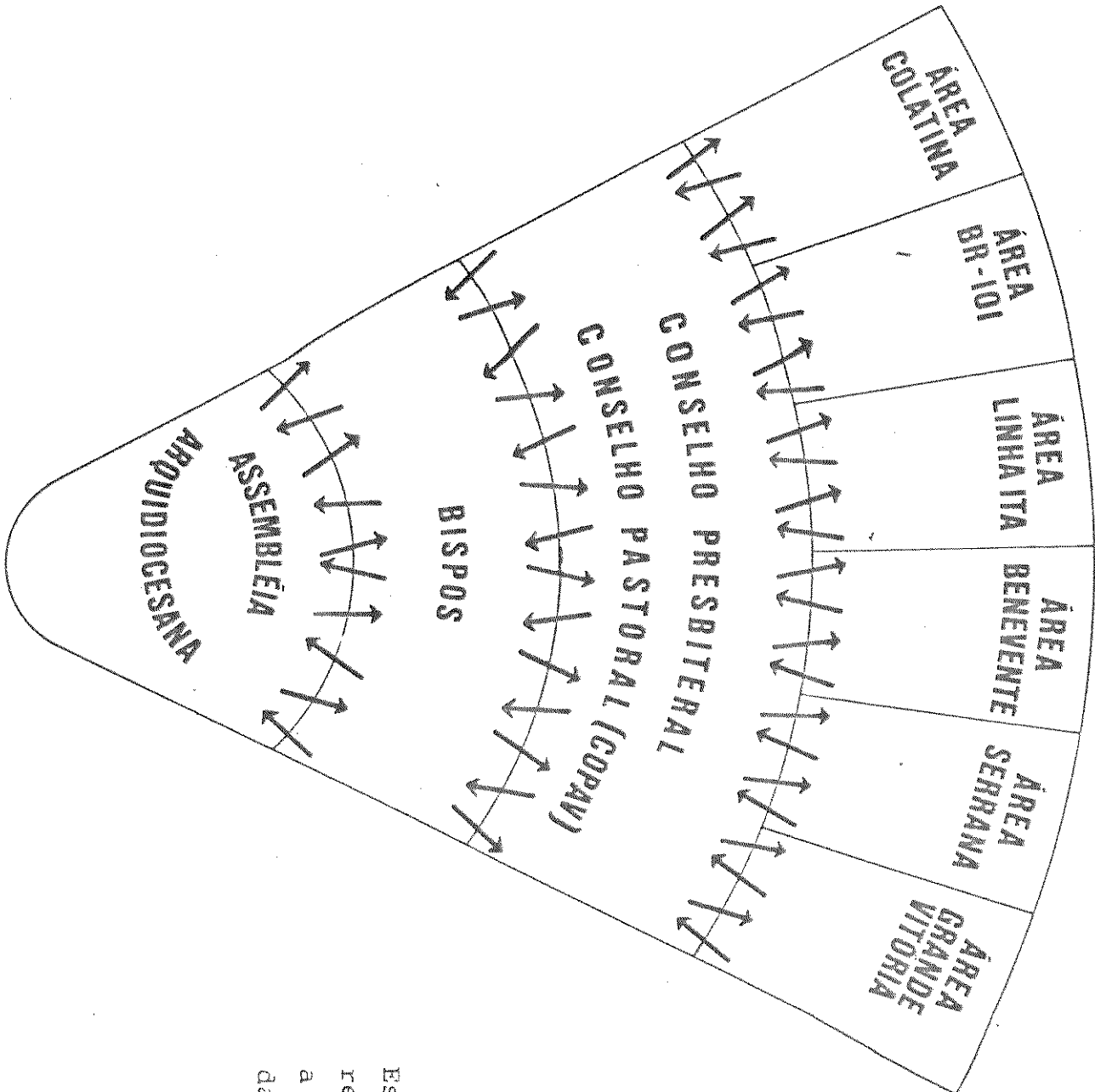
Os valores afetivos podem estar presentes em toda relação social, de modo que transcendem os simples fins almeçados; isto, se tratar das relações originadas na busca racional de algum fim.

A imensa maioria das relações sociais participa em algumas situações da "comunidade" e noutras da "sociedade", pois o termo comunidade, tem aqui, um sentido muito amplo, podendo abarcar situações heterogêneas.

A sociedade se estabelece sobre o interesse de indivíduos em pactuar racionalmente. O motivo racional orienta as atividades na busca da compensação de interesses, se orienta, portanto, em relação a valores ou fins, necessitando da manutenção do pacto recíproco.

ANEXO II

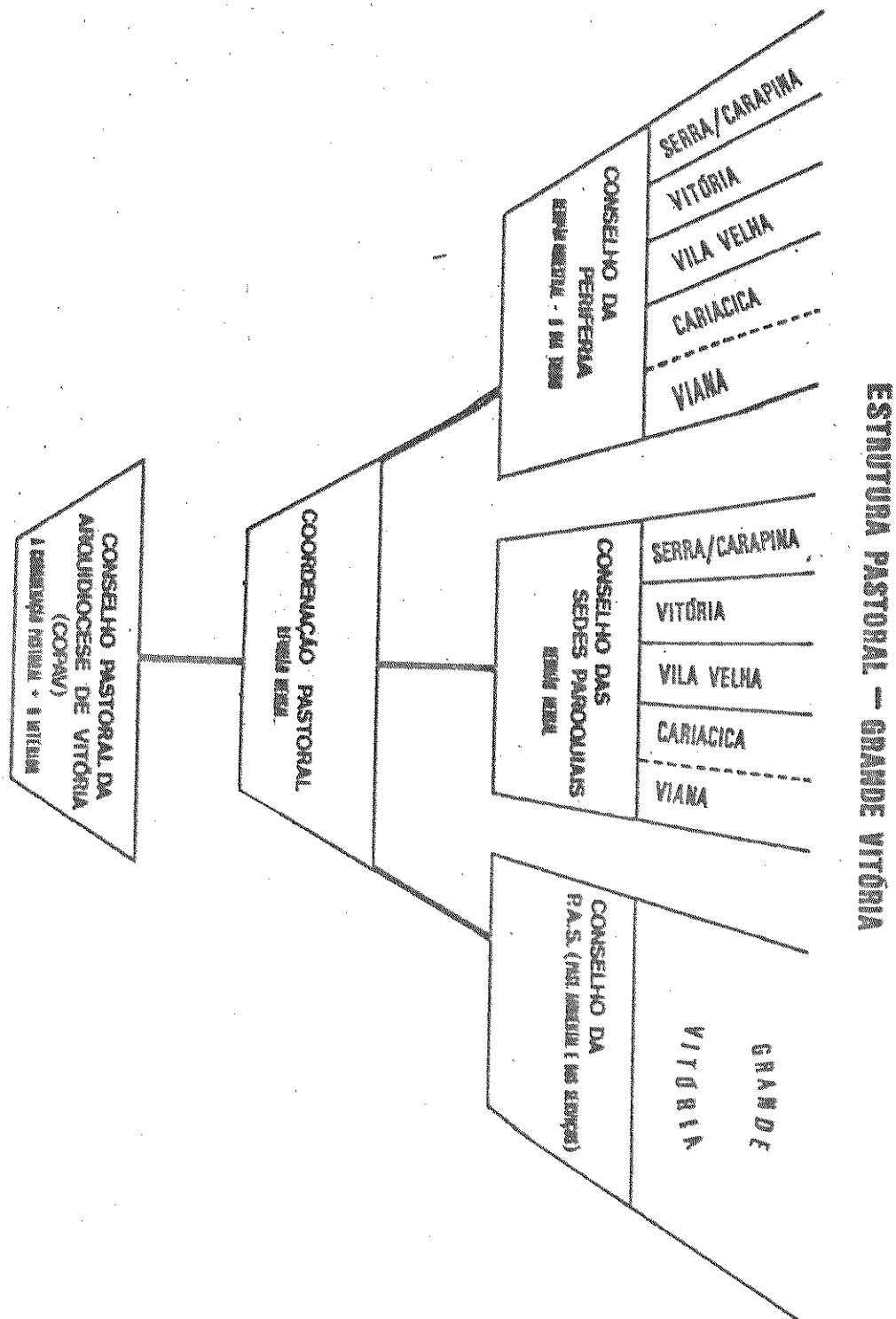
Estrutura Pastoral da Arquidiocese de Vitória



Este desenho
representa apenas
a estrutura pastoral
da Arquidiocese de

Outubro

Estrutura Pastoral da Grande Vitória



ANEXO IV

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA
GRANDE AVALIAÇÃO - 3º MOMENTO

RELAÇÃO DAS PARÓQUIAS DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA:

ÁREA BR 101 = BR

- 01- Paróquia de Linhares
- 02- Paróquia de Rio Bananal
- 03- Paróquia de João Neiva
- 04- Paróquia de Ibiraçu
- 05- Paróquia de Aracruz
- 06- Paróquia de Fundão

ÁREA DE COLATINA = CO

- 07- Paróquia Coração de Jesus
- 08- Paróquia São Silvano
- 09- Paróquia Vila Lenira
- 10- Paróquia de Itapina
- 11- Paróquia Novo Brasil
- 12- Paróquia São Domingos
- 13- Paróquia de Pancas
- 14- Paróquia Marilândia
- 15- Setor Honório Fraga

ÁREA LINHA ITA = IT

- 16- Paróquia Itarana
- 17- Paróquia Itaguaçu
- 18- Paróquia São Roque
- 19- Paróquia Afonso Cláudio
- 20- Paróquia Baixo Guandu

ÁREA SERRANA = SE

- 21- Paróquia Santa Tereza
- 22- Paróquia Santa Isabel
- 23- Paróquia Santa Leopoldina
- 24- Paróquia Viana (SEDE)

ÁREA BENEVENTE = BE

- 25- Paróquia Anchieta
- 26- Paróquia de Guarapari
- 27- Paróquia Alfredo Chaves

REGIÃO ILHA DE VITÓRIA = VI

- 28- Paróquia de Catedral
- 29- Paróquia Jucutuquara
- 30- Paróquia de Maruípe
- 31- Paróquia Santa Rita - Praia do Canto
- 32- Paróquia São Pedro - Praia do Suã
- 33- Paróquia Goiabeiras
- 34- Paróquia Jardim da Penha
- 35- Paróquia Vila Rubim
- 36- Paróquia Santo Antônio
- 37- Setor Pastoral - São Pedro

REGIÃO VILA VELHA = VV

- 38- Paróquia N.S. Rosário - Vila Velha
- 39- Paróquia Santa Mãe de Deus - IBES
- 40- Paróquia Cobilândia
- 41- Paróquia Santa Terezinha - Paul
- 42- Setor ACA - Aribiri/Cavaliéri/Ataíde

REGIÃO CARIACICA/VIANA = CV

- 43- Paróquia Cariacica (SEDE)
- 44- Paróquia Pom Pastor - Campo Grande
- 45- Paróquia Jardim América
- 46- Paróquia de Itaqueri
- 47- Paróquia de Itacibã
- 48- Setor Porto de Santana
- 49- Setor Viana (Periferia)

REGIÃO SERRA = SE

- 50- Paróquia Serra (SEDE)
- 51- Setor Carapina
- 52- Setor Jacaraípe

- Evolução da População do Estado do Espírito Santo, 1960/1980

Anos	População			Taxa de Crescimento		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	total
1960	1.014.887	403.461	1.418.348	-	-	-
1970	883.101	734.756	1.617.857	-1,3*	6,2*	1,4*
1980	738.978	1.324.701	2.063.679	-1,8**	6,1**	2,5**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos, 1960, 1970 e 1980

(*) Taxa de crescimento (1960/70)

(**) Taxa de crescimento (1970/80)

ESPIRITO SANTO

POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA; SEGUNDO O SETOR

SETORES	1950		1960		1970	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
TOTAL	303.996	100,00	425.800	100,00	457.788	100,00
Primário	230.635	75,87	299.544	70,35	240.383	52,51
Secundário	16.608	5,46	22.820	5,36	62.264	13,60
Terciário	56.753	18,67	103.436	24,29	155.141	33,89

FONTE: BANDES. Alguns Indicadores Econômicos e Sociais do Espírito Santo, 1972.

ANEXO I - A
ESPÍRITO SANTO
1920-1970

ALCANCES E GRUPOS DE ÁREA	1920 ¹		1940		1950		1960		1970	
	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)	ESTAB.	ÁREA (ha)
REGIÃO DO CENTRO										
0 - 100	10.814	539.472	16.944	739.320	17.044	775.965	19.604	833.000	20.904	866.000
100 - 500	10.031	27.706	17.767	672.763	13.604	535.236	16.069	504.900	20.904	607.100
500 - 1000	730	12.383	1.147	171.740	1.310	201.615	1.444	227.710	1.570	239.000
+ 1000	45	22.773	25	12.722	40	25.316	70	27.710	12	37.000
	3	15.572	3	3.001	4	13.086	11	21.017	12	37.000
REGIÃO SUL										
0 - 100	6.810	604.712	14.756	637.626	13.522	856.501	15.202	656.420	19.167	676.000
100 - 500	5.510	264.286	12.993	502.218	11.682	366.991	13.412	336.302	17.575	451.000
500 - 1000	1.063	191.940	1.623	255.939	1.675	302.729	1.637	312.082	1.603	310.000
+ 1000	173	101.307	101	69.600	120	84.642	117	73.500	101	66.700
	58	107.209	39	70.069	45	50.135	38	72.700	28	46.000
REGIÃO NORTE										
0 - 100	3.317	139.629	8.219	501.065	13.603	859.417	20.009	1.179.153	29.122	1.560.000
100 - 500	3.174	90.849	7.557	228.634	11.423	424.114	17.012	603.644	24.000	611.000
500 - 1000	110	49.115	611	103.050	2.037	333.362	4.451	376.047	3.770	700.000
+ 1000	23	14.028	30	19.049	90	56.471	110	73.842	101	100.000
	10	14.037	20	29.812	53	23.500	53	128.217	103	100.000
TOTAL DO ES TADO	20.941	1.279.813	41.918	1.268.231	44.169	2.624.673	64.795	2.866.667	79.211	3.055.000
0 - 100	18.721	463.673	39.317	1.503.805	38.789	1.326.063	45.114	1.530.374	63.268	1.870.000
100 - 500	1.503	332.408	3.381	670.809	5.028	883.050	5.312	507.665	6.811	1.226.000
500 - 1000	241	144.708	156	105.675	250	166.939	269	174.208	470	315.000
+ 1000	76	136.824	64	107.942	102	128.775	100	223.220	165	354.000

Fonte: Censos Agropecuários do Espírito Santo.

Nota: ¹Para o ano de 1920, o segundo e terceiro extrato de área são respectivamente de 100-400 e 400-1000.

B I B L I O G R A F I A

1. Documentos do Secretariado Pastoral - Arquidiocese de Vitória

Arquidiocese de Vitória, "Beabá do Sindicato". São Paulo, Paulinas, 1981.

-----, "Pastoral Urbana em Vitória (ES) - Um Problema". Mimeo.

-----, "Vida de Grupo nas Comunidades Eclesiais de Base". São Paulo, Paulinas, 1981.

ATAS DO CONSELHO PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, da 1a. Sessão 1/05/1973 à 35a. Sessão, 15 e 16/09/1984.

BOLETIM DA GENTE, Secretariado Pastoral e CEDIV, nº 01, abril de 1978 ao nº 13, janeiro 1981.

CAMINHADA, Folheto Litúrgico, nº 01, 1a. Semana, Novembro 1975 ao nº 525, Dezembro 1984.

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE VITÓRIA, Pastoral Social, Ante-Projetos, CEDIV, Legislação, Saúde, C.P.T., Política. Mimeo.

CENFINHO, História da Igreja no Espírito Santo. (mimeo).

COMISSÃO DE DIREITO À MORADIA, Direito à Moradia?, Gráfica da Arquidiocese, Vitória, 1981.

COPAV, a Igreja e a Crise, Subsídios para entender a crise. Relatório do COPAV, outubro 1983, Vitória.

COPAV, Normas Regimentais para o Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória, aprovado na 26a. Sessão do COPAV, 19/09/1981.

DIRETÓRIO DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, 1983. (mimeo)

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DE PERIFERIA, Relatório da Pastoral de Periferia, (mimeo).

EQUIPE DE MATERIAL LITÚRGICO, "Os Conselhos que a Gente Quer", Novembro de 1983.

FERNANDES, D. Luís, Igreja e Política (Artigos publicados no jornal "A Gazeta" em 1980) (mimeo)

- _____, "Vitória - E.S., Apostila sobre a Pastoral Urbana, (mimeo).
- Pastoral Operária, FERRAMENTA, Informativo da Arquidiocese de Vitória para o mundo operário, do nº 01, Fevereiro de 1978 ao nº 67 - Abril de 1984.
- FOLHA DA PERIFERIA, Ano 1, agosto de 1974 ao nº 01 da 3a. Fase, outubro de 1981.
- GAMA, Renato C., Desenvolvimento do Capitalismo no Espírito Santo: notas para um esboço teórico (primeira parte). Vitória, Maio/1980. (mimeo).
- JORNAL DA ARQUIDIOCESE, Secretariado de Pastoral, do nº 01, Julho de 1984 ao nº 03, Novembro de 1984.
- LYRIO, D. Geraldo e Marlene, História da Caminhada Pastoral da Arquidiocese de Vitória, (mimeo).
- MOTA E ALBUQUERQUE, D. João Batista, "Arquidiocese de Vitória", Relatório da Visita "AD LIMINA" 1980.
- NOTÍCIAS, Boletim Informativo da Arquidiocese de Vitória, do nº 01, 18/04/1977 ao nº 21, 22/12/1981.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro, "Comentários à 9a. Assembléia Arquidiocesana de Vitória, 08/11/1984, Vitória (mimeo).
- PASTORAL OPERÁRIA, Relatório, 22/04/1980, Vitória (mimeo).
- "POVO QUE LUTA", Jornal Especial do Secretariado Pastoral, números de abril 1982, fevereiro 1983, abril 1983, maio 1983.
- PRIORIDADES DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, Texto distribuído na 9a. Assembléia Geral Arquidiocesana, 1984. (mimeo).
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POPULAR PARA FORMAÇÃO DOS ANIMADORES DE COMUNIDADES DE BASE, (mimeo).
- RELATÓRIO DA PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR NA GRANDE VITÓRIA, 1984. (mimeo).
- RELATÓRIO DO ENCONTRO DE AGENTES DE PASTORAL - Áreas do Interior da Arquidiocese, 30/06 e 01/07/1984, (mimeo).
- RELATÓRIO DO ENCONTRO DOS AGENTES PASTORAIS E PADRES DA GRANDE VITÓRIA, 12 e 13/08/1983, Vitória, (mimeo).
- RELATÓRIO DO ENCONTRO DE AGENTES PASTORAIS, 23/05/1982, Vitória.
- RELATÓRIO DA EQUIPE DE ANIMAÇÃO DA CATEQUESE, 25/05/1983, Vitória, (mimeo).

SCADIAN, D. Silvestre e D. Geraldo Lyrio Rocha, "Carta Pastoral sobre Avaliação, Aprofundamento, Reflexão da Pastoral da Igreja de Vitória". 1984.

Relatório da 1a. Assembléia, 23 e 24/10/1976 e 9a. Assembléia 27 e 28/10/1984.

A Igreja e a crise: subsídios para entender a crise. Gráfica da Arquidiocese (mimeo). Vitória, 1983.

"A Igreja que a Gente Quer", In: REB, vol. 35, fasc. 138, Junho de 1975.

"As migrações no Brasil e no Espírito Santo" - Gráfica da Arquidiocese de Vitória, Vitória, 1980.

"Carta ao Povo de Deus que está na Arquidiocese de Vitória", 1979. (mimeo).

O Estado do Espírito Santo: breve estudo sócio-econômico. Arquivo do Secretariado de Pastoral, (mimeo) Vitória, 1976.

"Pistas Pastorais", Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, 1974, (mimeo).

Que Povo Somos Nós. (mimeo), 1979.

Relatório do Seminário com os Agentes de Movimento Popular (Grande Vitória e algumas cidades do interior) - 23 e 24/08/1980.

"Sondagem de Opinião entre os Leigos (em preparação ao Sínodo de Roma, 1971).

SIDAV, Serviço de Informação e Documentação da Arquidiocese de Vitória, 1972 a 1975.

2. Documentos das Órgãos Governamentais

AMORIN, J. P., A trajetória dos partidos políticos capixabas até 1980. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano IV, nº 01, Jan/Mar.85, Vitória, ES, pp. 28-29.

BALARINI, Sebastião José (Coord.), Setor Agrícola capixaba: diagnóstico e perspectiva. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano II, nº 03, Jul/Set. 1979, Vitória, ES, pp. 5-11.

- CASOTTI, Carmem Edy Losa, Setor Informal: o mata-borrão da Economia. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano IV, nº 01, Jan/Març. 1985, Vitória, ES, pp. 17-18.
- CEPA, Conjuntura agrícola do Espírito Santo, V. 1, nº 01, Jun. 1980, Vitória.
- _____, Proposta de ação conjunta Ministério da Agricultura/Secretaria de Estado da Agricultura do Estado do Espírito Santo, 1985, Vitória, 1984.
- _____, Programas e recursos para o setor público agrícola estadual - 1984, por Cleber Bueno e Nina Rosa Mazzini Muniz, Vitória, 1984.
- _____, Agricultura no Espírito Santo - Ano Agrícola 1975/1976.
- _____, Informações Conjunturais do Espírito Santo, V. 1, nº 01, agosto 1984, Espírito Santo, E.S.
- _____, Projeto de recuperação de várzeas da região cafeeira do Sul do Espírito Santo. Vitória.
- CONTAG, A violência no campo pela mão armada do latifúndio - 1981 a junho de 1984. Brasília, DF.
- Departamento Estadual de Estatística, Anuário Estatístico 1975/1976 - nº 21 - Ano XXI, Vitória, E.S., 1979.
- _____, Cadastro de Informações Estatísticas - 1984, Ano I, nº 01, Vitória, E.S.
- EMATER, Relatório de Atividades 1983, Vitória, E.S., 1983.
- _____, Extensão rural no Brasil - Uma introdução ao Serviço de Extensão Rural - (Folheto explicativo) Biblioteca da EMATER-Vitória, E.S.
- FERREIRA, Nildete Virgínia T., A explosão dos movimentos sociais na Grande Vitória na década de 70.. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano IV - nº 02, Abr/Jun, 1985, Vitória, E.S., pp. 44-46.
- Fundação Jones dos Santos Neves, Espírito Santo: Informações Bibliográficas, Vol. 4, Série Documentos Capixabas, Vitória, Março/1979.
- GERES e BANDES, Catálogo de Incentivos Fiscais - Coletânea de Legislação de Incentivos Fiscais e Creditícios no Estado do Espírito Santo. Junho/1978, Vitória, E.S.
- Instituto Jones dos Santos Neves, Programa de Desenvolvimento Regional Integrado, Região Programa II - Colatina.
- _____, Planejamento Regional, Região 1 - Vitória, Vol. 1, Estudos básicos, Março/1981.

- _____, PERSPECTIVAS Econômicas do Espírito Santo - Debate, Ano IV - nº 02 - Abr/Jun. 1985, Vitória, E.S., pp. 5-15.
- _____, Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa IV - Linhares, Relatório Preliminar, vol. 1.
- _____, Projeto Cidade Porte Médio/BIRD - Subprojeto AUV, Planejamento de Intervenção Integrada em Assentamentos Subnormais da Grande Vitória, Agosto/1981.
- MARTINS, Manoel e Ricardo Santos, Agricultura no Espírito Santo: os (des)caminhos. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano II, nº 03, Jul/Set. 1979, Vitória, E.S., pp. 33-35.
- MEDEIROS, Antonio Carlos de, Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa, In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano I, nº 01, Jan./Març. 1978, Vitória, E.S., pp. 02-19.
- NETO, Agnelo, Diretrizes para uma agricultura complexa. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano II - nº 03 - Jul/Set. 1979, Vitória, E.S., pp. 38-39.
- NOVAES, Maria Stélla, Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo, Série M. S. de Novaes 1, Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória, 1980.
- PERIM, C. Alberto Feitosa, Introdução ao estudo das migrações no Espírito Santo. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano II, nº 03 - Jul/Set. 1979, Vitória, E.S., pp. 20-27.
- RIBEIRO, Maria Céli Chaves e M. Cristina A. Taveira, Sub-emprego ou longas jornadas são as opções que restam ao trabalhador. In: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Ano IV - nº 02 - Abr/Jun. 1985, Vitória, E.S., pp. 24-26.
- ROCHA, Haroldo C., Algumas considerações gerais sobre a Indústria do Espírito Santo entre 1920/1970, INEP/UFES, 1984, Vitória, ES.
- _____, FUNDAP: Incentivos Fiscais para que? In: Boletim AEES (órgão informativo da Associação dos Economistas do Espírito Santo), nº 01, Abril de 1981, Especial, pp. 4-5.
- SANTIAGO, Marcelo Carneiro, "A questão fundiária e o processo de ocupação do solo do Espírito Santo". Vitória, 1984 (mimeo) - Secretaria de Estado da Agricultura.

Secretaria Estadual da Indústria e Comércio, Anuário Industrial 1980/1981 - Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo, Vitória, E.S.

-----, Incentivos Fiscais e Creditícios no Estado do Espírito Santo, Vitória, 1983.

-----, As 100 maiores empresas - 1982, Vitória, E.S.

Secretaria Estadual do Planejamento, Migrações Internas no Espírito Santo, Departamento de Análise e Consolidação de Programas, Vitória, 1979.

-----, Projeto de Lei nº 001/83 - Título III - Capítulo IV, Do órgão Consultivo. Sessão única - Do Conselho Municipal.

Subsídios para a elaboração do programa de aproveitamento racional de várzeas irrigáveis para o Estado do Espírito Santo - Secretaria de Estado da Agricultura, Vitória, maio de 1981.

3. Literatura Eclesiástica, Teologia, Pastoral

BISPOS DO BRASIL. "As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil. 7a. Reunião Ordinário do Conselho Permanente". In: Documentos da CNBB, nº 25, São Paulo, Paulinas, 1983.

-----, "Catequese Renovada Orientações e Conteúdo. Documento aprovado pelos Bispos do Brasil na 21a. Assembléia Geral, 15/04/1983". In: Documentos da CNBB, São Paulo, Paulinas, 1983.

-----, "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1983-1986)". In: Documentos da CNBB; nº 28, São Paulo, Paulinas, 1983.

BISPOS LATINO-AMERICANOS. "Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. Conclusões da Conferência de Puebla". São Paulo, Paulinas, 1979.

BISPOS DO BRASIL. "Exigências Cristãs de uma Ordem Política. Documento aprovado pela XV Assembléia Geral da CNBB 08/02/1977". In: Documentos da CNBB, São Paulo, Paulinas, 1977.

- , "Igreja e Política - Subsídios Teológicos"
In: Estudos da CNBB, nº 02, São Paulo, Paulinas, 1974.
- , "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura
Política. Documento aprovado pelo Conselho Permanente da
CNBB.
- BISPOS LATINO-AMERICANOS. "A Igreja na Atual Transformação da
América Latina: Conclusões de Medellín". Petrópolis, Vozes,
1970.
- BOFF, Clodovis, Agentes de Pastoral e Povo. In: REB Vol 40,
fasc. 158, Junho de 1980, Petrópolis, Vozes.
- , Comunidades Eclesiais de Base e Práticas de
Libertação, In: REB, vol 40, fasc. 160, Dez. 1980.
Petrópolis, Vozes.
- BOSI, Alfredo, "Evangelho e luta operária" in prefácio,
Domingos Barbé, Teologia da Pastoral Operária,
Petrópolis:Vozes, 1983.
- BRUNEAU, Thomás C. Catolicismo brasileiro em época de
transição, São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- CEHILA, História da Igreja no Brasil, t. 2 e II/2,
Petrópolis:Vozes, 1980.
- Centro de Pastoral Verqueiro, As relações Igreja - Estado no
Brasil: 1964-1968; fasc. 2, Cadernos de Informação nº 03,
1979.
- CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações
Sociais). Anuário Católico do Brasil, Rio de Janeiro, 1977
e 1985.
- CHRISTO, Carlos Alberto Libâneo, A Semente e o Fruto:
Igreja-Comunidade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- , CEBs, Rumo à Nova Sociedade,
São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- , O Fermento na Massa,
Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- , O Que é Comunidade Eclesial
de Base, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- COMBLIN, Pe. José, "O Conceito de Comunidade e a Teologia" In:
REB, Vol. XXX, Setembro 1970, Fasc. 119, Petrópolis, Vozes,
pp.568-589.
- Compêndio do Vaticano II, Constituições, Decretos,
Declarações, 16a. Ed., Petrópolis, Vozes, 1983.

- CNBB, 3a. Reunião Ordinária, 29/08/1981. In: Documento da CNBB, nº22, São Paulo, Paulinas, 1981.
- COORDENAÇÃO DE CEBs. - CNBB - Leste II, "Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil". Versão Popular do Documento 25 - CNBB, Abril 1984.
- DE LUBAC, H. *Coeleus mysticum*. Paris, Aubier, 1949.
- Entraite et Fraternité. "Os Estados Unidos contra as Igrejas da América Latina". In: Flasch 82-130, 01/07/1982, Bruxelas.
- FERNANDES, D. Luís, *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- _____, Comunidades Eclesiais de Base e Pastoral de Conjunto, In: Pastoral Urbana, Francisco de Oliveira et alii., São Paulo, Edições Paulinas, 1980. p. 72.
- _____, Gênese, Dinâmica e Perspectiva das CEBs, In: Revista da Arquidiocese, Ano XXVII - nº 02, Fevereiro de 1984, Goiânia, p. 87-99.
- GUTIÉRREZ, Gustavo, *A força histórica dos pobres* (trad. Álvaro Cunha); Petrópolis:Vozes, 1981.
- _____, *Teología de la liberación: perspectivas*, Lima:Centro de Estudios y Publicaciones, 1981.
- HOORNAERT, Eduardo, *Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800*; Petrópolis, Vozes, 1974.
- HOUTART, François, *Religião e modos de produção pré-capitalistas*, (trad. Álvaro Cunha). São Paulo:Edições Paulinas, 1982.
- ISER, Pesquisa: Grande Avaliação,
- Relatório - Fichas dos Conselhos Comunitários
- Relatório - Tema 1 - Renovação da Igreja
- Relatório - Tema 2 - Liturgia
- Relatório - Tema 3 - Sacramentos - Rio de Janeiro, 1986.
- LIBÂNIO, J. B. *O Que é Pastoral*, São Paulo:Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de et alii; *Pastoral urbana*, São Paulo:Edições Paulinas, 1980.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de, *A nova forma da Igreja de Vitória*, Rio de Janeiro:ISER, 1986.
- _____, "O catolicismo do povo". In: B. Bení dos Santos et alii., *A religião do povo*. São Paulo:Paulinas, 1978, pp. 72-80.

- OLIVEROS, Roberto, Liberacion y teologia: génesis y crecimiento de una reflexión (1966-1976); Lima. Centro de Estudios y Publicaciones, 1980.
- PALÁCIO, Carlos, "Uma consciência histórica irreversível - 1960-1979" In: Síntese, 17, Set/Dez. 1979.
- SCHUBERT, Pe. Dr. Guilherme, A província eclesialística do Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Agir/São Paulo, Rio de Janeiro, Bale (Suíça): Serviço dos Países S.A., 1948.
- SEDOC, Comunidades Eclesiais de Base-Encontro de João Pessoas/2. Vol. 11, 118 - Jan./Fev. 1979. Petrópolis, Vozes.
- _____, Comunidades Eclesiais de Base - Igreja, Povo Oprimido que se Organiza Para a Libertação, Vol. 14, 144, Set. 1981. Petrópolis: Vozes.
- _____, Comunidades Eclesiais de Base, Povo Unido, Semente de Uma Nova Sociedade. Vol. 16, 165, Outubro 1983, Petrópolis, Vozes.
- _____, Comunidades Eclesiais de Base: Uma Igreja Que Nasce do Povo pelo Espírito de Deus, Vol. 9, Outubro 1976, 95, Vozes.
- _____, Comunidades Eclesiais de Base: Uma Igreja Que Nasce do Povo, vol. 7, Maio 1975, 81. Petrópolis: Vozes.
- VALLE, E. "João Paulo II: que conservadorismo?" In: Religião e Sociedade, nº 05, Jun. 1980. pp. 29-36.

4. Análise do Discurso

- BENVENISTE, émile. O aparelho formal da enunciação, (trad. Jonas de A. Romualdo) IEL - UNICAMP (mimeo.). Campinas, 1980.
- DUCROT, O. e Tzvetan Todorov, "Langage et action". In: Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage. Seuil. 1972.
- FOUCAULT, Michel, A ordem do discurso, (Trad. Sírio Possenti, Rev. Dinarte Belato e José Crippa), FIDENE, Ijuí, 1973.
- GINSBURG, Carlo. "Signes, traces, pistes: racine d'un paradigme de l'indice". In: Le Débat, nov. 1980, nº 06, pp. 3-44.

- GUIMARÃES, Eduardo R. J. "Sobre alguns caminhos da pragmática". In: Série Estudos nº 9, Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1983.
- HAROCHE, Claudine. "De l'effacement a l'émergence du sujet: les paradoxes de la littéralité dans le discours. Paris, CNRS, 1984 (mimeo).
- "Une politique de l'indifference". Paris, CNRS, 1984 (mimeo).
- "Eaire dice, vouloir dire. Paris, PUL, 1983.
- e J. J. Courtine. "L'homme devisage", Paris, CNRS, 1985 (mimeo).
- MAINGUENEAU, D., Genèse du discours. Paris: Pierre Mardaga Editeur, 1984.
- , Sémantique de la polémique: discours religieux et ruptures idéologiques au XVIIe. Siècle; Lausanne (Suisse): Editions l'Age d'Homme, 1983.
- ORLANDI, Eni P., A análise do discurso: algumas observações, IEL, UNICAMP, 1985 (mimeo).
- , A linguagem e seu funcionamento. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- , Ilusões na(da) linguagem, IEL-UNICAMP (mimeo).
- , O estatuto do liberal e a reforma da terra, IEL-UNICAMP, (mimeo).
- , A fala de muitos gumes (As formas do silêncio), IEL-UNICAMP, (mimeo).
- , Nem escritor, nem sujeito: apenas autor, IEL-UNICAMP, (mimeo).
- , Pátria e Terra: o índio e a identidade nacional, predição-1, Campinas, 1985.
- OSAKABE, Haquira, Argumentação e discurso político, São Paulo: Kairós, 1979.
- PÊCHEUX, Analyse automatique du discours, Dunot, Paris, 1969.
- REBOUL, O. Langage et idéologie. Paris: PUF, 1980.

5. Ciências Sociais

- ALVES, Márcio M. , A Igreja e a política no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Rubem. O enigma da religião. Campinas: Papirus, 1984.
- Associação de Bairro na Grande Vitória, nº 78, Mar/abr. 1982, Salvador, Bahia, pp. 39-46. CEAS
- AZZI, Riolando, Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira, Cadernos do ISER, nº 13, Rio de Janeiro: Tempo & Presença Editora, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, O ardil da ordem, Campinas: Papirus, 1983.
- CEAS, nº 56, Julho/Agosto 1978, Salvador-Bahia - Editorial.
- CADERNOS DO CEAS, nº 57, Setembro/Outubro 1978, Salvador-Ba. Editorial.
- CANETTI, Elias, Massa e poder, (Trad. Rodolfo Krestan), São Paulo: Melhoramentos/Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- CARDOSO, F. H. Autocritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARVALHEIRA, D. Marcelo Pinto, "Momentos históricos e desdobramentos da ação católica brasileira" In: Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 43, fasc. 169, março de 1983, Petrópolis: Vozes.
- CARVALHO, Horácio M., "Planejamento e Estado nas sociedades capitalistas" In: Encontros com a Civilização Brasileira, v. 9, pp. 49-77.
- CASSIRER, E. Antropologia Filosófica. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1977.
- CASTORIADIS, Cornelius, A instituição imaginária da sociedade (Trad. de Guy Reinaud) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Marcos de, 64: Conflito Igreja X Estado, Petrópolis: Vozes, 1984.
- Conselho Interamericano de Segurança dos EUA - Documento Reagan para a América Latina. In: Revista de Cultura Vozes, Ano 75, Vol. LXXV, dez. 1981, nº 10, pp. 5-33.
- COVRE, M. L. M. A fala dos homens. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- DAGOGNET, F. *Philosophie de l'image*. Paris:Vrin, 1984.
- DELLA CAVA, Ralph (Org.), *A Igreja em flagrante: catolicismo e sociedade na imprensa brasileira 1944-1980*. Rio de Janeiro: ISER/Ed. Marco Zero, 1985.
- DELLA CAVA, Ralph, "Igreja e Estado no Brasil no século XX" In: Estudos CEBRAP, São Paulo, 12, abril/junho 1975.
- _____, "Política a curto prazo e religião a longo prazo" In: Encontros com a Civilização Brasileira, 1, julho 1978.
- DEMO, Pedro, Problemas Sociológicos da "Comunidade", In: Cadernos do CEAS, nº 31, maio/junho, 1974, Salvador-Ba.
- DIAS, Luzimar Nogueira, "Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo", Vitória, Editora Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.
- DISPOT, L. *La machine à terreur*. Paris:Grasset, 1978.
- DOIMO, Ana Maria - *Movimento social Urbano. Igreja e Participação Popular: movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo*. Petrópolis:Vozes, 1984.
- _____, "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade", In: A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985). Paulo Krischke e Scoft Mainwaring (orgs.), Porto Alegre:P&PM/Cedec, pp. 101-129.
- ECA. "Para onde vai a Igreja". In: Cadernos do CEAS nº 99, set./out.1985, pp. 51-58.
- ESTERCI, Neide (org.), *Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil*, Rio de Janeiro:ISER/Ed. Marco Zero, 1984.
- EZCURRA, A. M. *O Vaticano e o governo Reagan*. São Paulo:Hucitec, 1985.
- FERNANDES, Florestan (Org.), *Comunidade e Sociedade*. São Paulo:Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- FERNANDES, R. C. *Os cavaleiros do Bom Jesus*. São Paulo:Brasiliense, 1982.
- FERNANDES, Rubem C. "Sem fins lucrativos". In: Comunicações do ISER, Ano 4, nº 15, jul. 1985, pp. 13-31.
- FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder* (trad. Roberto Machado) Rio de Janeiro:Ed. Graal, 4a. ed., 1984.
- FRANCO, M. S.C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo:Ed. Ática, 1974.

- FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*, 3a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREYRE, Hans, *Comunidade e Sociedade como estruturas histórico-sociais*, In: Fernandes; Florestan, *Comunidade e Sociedade*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 132.
- _____, *Teoria da época atual*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- GODELIER, Maurice, *Horizontes da Antropologia*, Lisboa: Edições 70, 1977.
- GRZYBOWSKI, Cândido, *Os movimentos sociais e o processo de organização dos camponeses*, n.º 87, Set./out. 1983, Salvador-Bahia, pp.50-60. CEAS
- HEGEL, G. W. F., *La phénoménologie de l'écrit*. Paris: Aubier.
- _____, *Lecciones sobre la historia de la filosofía*, Tomo tercero. México: Fondo de Cultura Económicas, 1985.
- HEIDEGGER, M., *L'etre et le temps*. Gallimard, 1984.
- HINKELAMMERT, Franz J., *Crítica a la razón utópica*, San José: Departamento Ecuménico de Investigaciones, 1984.
- JAPIASSU, H., *A pedagogia da incerteza*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- KUDO, Tokihiro e Cecilia Tovar, *La crítica de la religion*, Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 2a. Ed., 1980.
- LARA, Tiago Adão, *Caminhos da razão no ocidente*, Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEFORT, C., *L'invention démocratique - Les limites de la domination totalitaire*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1981.
- _____, *Un homme en trop*. Paris: Seuil, 1976.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza, "Notas sobre as Comunidades Eclesiais de Base e a Organização Política". In: *Alternativas Populares da Democracia: Brasil Anos 80*. Petrópolis: Vozes em co-edição com CEDEC (São Paulo), 1982.
- LUSTOSA, Fr. Oscar de Figueiredo, *A presença da Igreja no Brasil*, São Paulo: Editora Giro Ltda., 1977.
- MADURO, O. *Religião e luta de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MAINWARING, Scott, "A JOC e o surgimento da Igreja na base (1958-1970)" In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 433, fasc.169, março de 1983, Petrópolis: Vozes.

- MARTINS, José de Souza, "Exercerção e violência: a questão política no campo, São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARX, Karl, Manuscritos econômicos, filosóficos e outros textos escolhidos, seleção de textos de José A. Giannotti, 2a. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____, Teses contra Feuerbach, Os Pensadores. Abril Cultural, 1978.
- MOISÉS, José Álvaro et alii, Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80, Petrópolis: Vozes/CEDEC (São Paulo), 1982.
- MOTTA, Fernando C. P. Participação e co-gestão: novas formas de administração. São Paulo. Brasiliense, 1984.
- NIETZSCHE, F. W. Assim falava Zaratustra. São Paulo: Hemus, 1977.
- OLIVEIRA, José Teixeira, História do Estado do Espírito Santo. 2a. ed., Vitória, E.S., 1975.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro, O Povo nas CEBs da Arquidiocese de Vitória - Relatório Provisório - CERIS - Rio de Janeiro, 1981. (mimeo).
- _____, Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____, Totalitarismo: Problema também da "Igreja Popular", In: Comunicação do ISER, Ano 3, nº 12, Dezembro 1984. Rio de Janeiro. p. 5-9.
- PAIVA, Vanilda (Org.), Igreja e questão agrária, São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PAIVA, Vanilda (Org. e Int.), Perspectivas e dilemas da educação popular, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- PERANI, Cláudio, Comunidades Eclesiais de Base: alguns questionamentos, nº 56, jul/Ago. 1978, Salvador, Bahia, pp. 36-48. CEAS
- _____, Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular, nº 75, Set/Out. 1981, Salvador, Bahia, pp. 25-33. CEAS
- _____, Pastoral Popular e Assalariados Rurais, nº 89, Jan/Fev. 1984, Salvador, Bahia, pp. 24-36. CEAS
- PUCCI, Bruno, A nova práxis educacional da Igreja (1968-1979), São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

- REILY, Suzel Ana, "A senhora do Divino: a mulher na festa e na comunidade" In: Cadernos de Pesquisa, Fund. Carlos Chagas, Agosto, nº 54, 1985, pp. 16-25.
- ROLIM, Francisco C., Comunidades Eclesiais de Base e Camadas Populares, In: Encontro com a Civilização Brasileira, V. 22, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, pp. 89-114.
- _____, De Volta ao Diálogo, In: Comunicações do ISER, Ano 3, nº 12- Dezembro 1984, Rio de Janeiro, p. 11-15.
- _____, Religião e classes populares, Petrópolis: Vozes, 1980.
- ROMANO, Roberto, Consecracionismo romântico: origem do totalitarismo, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____, Corpo e cristal: Marx romântico, Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.
- _____, Brasil: Igreja contra Estado, São Paulo: Kairos, 1979.
- _____, "Marxismo instrumental? Uma colher torta", In: Comunicações do ISER, Ano 3, nº 9, Agosto de 1984, pp. 3-16.
- SALEM, H. A Igreja dos Oprimidos. Antônio C. Moura ... (et. al.); São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1981. p.200-208.
- SANCHIS, P. "A caminhada ritual". In: Religião e Sociedade; nº 9, Rio de Janeiro, 1983, pp. 15-26.
- SARTRE, J. P., Critique de la raison dialectique, Paris: Gallimard, 1960.
- _____, Questão de método, (Trad. Bento Prado Júnior) São Paulo: DIFEL, 1967.
- SCHIAVO, José, "História Eclesiástica do Espírito Santo". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Ano 1983, nº 34, Vitória, pp. 29-37.
- SCHNEIDER, Laura M., Isto não se aprende na escola - a educação do povo nas CEB's, Petrópolis: Vozes, 1983.
- SIGRIST, J. L. A JUC no Brasil: evolução e imensidão de uma ideologia, São Paulo: Cortez, (Piracicaba) UNIMEP, 1982.
- SILVA, José Graziano da, A pequena produção e as transformações da Agricultura Brasileira, nº 69, Set/Out. 1980, Salvador, Bahia, pp. 56-67. CEAS

- SIRVENT, Maria Teresa (Org.), Educação comunitária: a experiência do Espírito Santo, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SOUZA, Itamar, A luta da Igreja contra os coronéis, Petrópolis: Vozes, 1982.
- SOUZA LIMA, Luís Conzaga, Evolução política da Igreja e dos católicos, Petrópolis: Vozes, 1979.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes, A JUC: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA NETTO, Francisco B., Tendências atuais do catolicismo no Brasil, Cadernos do ISER, nº 12, Rio de Janeiro: Tempo & Presença Editorial, 1979.
- SPINOZA, Benedictus de, Tratado da reforma da inteligência, (Trad., int. e notas de Lívio Teixeira), São Paulo: Ed. Nacional, 1966.
- TAMANINI, Virgínia G., Kacina, 10a. Ed., 1981.
- TUNNIES, Ferdinand, Comunidad y sociedad, Trad. J. R. Armengol. Buenos Aires: Losada, 1949.
- TURNER, Victor W., O processo ritual: estrutura e antiestrutura, Petrópolis: Vozes, 1974.
- VALLE, Edênio e José J. Queiróz (Orgs.), A cultura do povo, 3a. Ed., São Paulo: Cortez/Inst. de Estudos Especiais, 1984.
- VELHO, Otávio, "A propósito de terra e Igreja" In: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 22, Rio de Janeiro, 1980.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W., "Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base". Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____, "Igreja e sociedade no Brasil: 1950-1964/75" In: Religião e Sociedade, 3, outubro 1978.
- WEBER, Max. Economia y Sociedad. Trad. J. M. Echevarria. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- WEFFORT, Francisco, "E por que não a Igreja na política" In: Religião e Sociedade, 2, novembro, 1977.